

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Lilian Tavares Dias

Programa EJA Online: Um estudo sobre o
Ensino Médio a distância no Centro Paula Souza
de 2016 a 2018

São Paulo

2020

Lilian Tavares Dias

**PROGRAMA EJA ONLINE: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO
MÉDIO A DISTÂNCIA NO CENTRO PAULA SOUZA DE 2016 A
2018**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Clara Di Pierro

São Paulo

2020

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

Catálogo da Publicação Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a) Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Tavares Dias, Lilian

PROGRAMA EJA ONLINE: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO MÉDIO A DISTÂNCIA NO CENTRO PAULA SOUZA DE 2016 A 2018 / Lilian Tavares Dias; orientadora Maria Clara Di Pierro. -- São Paulo, 2020. 100 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Estado, Sociedade e Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Educação a Distância. 3. Política Educacional. 4. Ensino Médio. 5. EJA Online. I. Di Pierro, Maria Clara, orient. II. Título.

DIAS, Lilian Tavares

Programa EJA Online: um estudo sobre o Ensino Médio a distância no Centro Paula Souza de 2016 a 2018. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovado em: 20 de março de 2020

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Jamais teria chegado até aqui sem que algumas pessoas, quase que literalmente, me pegassem pela mão. A elas, minha eterna gratidão.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Clara Di Pierro, pelos ensinamentos rigorosos e motivadores. Sua generosidade e paciência não deixaram com que minhas limitações me fizessem desistir no meio do caminho.

À Prof.^a Dr.^a Jarina Fernandes e ao Prof. Dr. Roberto da Silva pelas valorosas contribuições no meu exame de qualificação.

Aos meus pais, Ana e João, por me ensinarem o valor do estudo e por acreditarem na minha capacidade. Às minhas irmãs, Luciana, Amanda e Tamires, por fazerem parte da minha trajetória. Ao Rafael, meu marido, companheiro e grande incentivador de todas as minhas escolhas. Ao meu filho Vinicius, que, aos seus nove anos, tem a maturidade de compreender a importância deste trabalho.

Às minhas amigas Andrea e Renata Lívia pelas tantas palavras de incentivo, por nunca me deixarem desistir.

Ao coordenador do curso “EJA On-line”, Carlos Augusto de Maio, por sua disponibilidade e atenção nas entrevistas concedidas e nos momentos de prova presencial.

Aos colegas da Pós-Graduação, Angélica, Rita, Marcelo e Fernanda não só pelas leituras atentas dos meus textos, mas também pelas muitas palavras de incentivo que foram sempre muito oportunas.

A cada colega de trabalho que caminhou junto comigo na luta para fazer uma escola pública de qualidade. Tive a sorte de ter tido muita gente do bem em minha trajetória profissional, que tornaram a caminhada um tanto menos pesada.

Setembro
8

Dia da Alfabetização

Sergipe, Nordeste do Brasil: Paulo Freire começa uma nova jornada de trabalho com um grupo de camponeses muito pobres, que estão se alfabetizando.

- *Como vai, João?*

João se cala. Amassa o chapéu. Longo silêncio, e finalmente ele diz:

- *Não consegui dormir. A noite inteira sem fechar os olhos.*

Mais palavras não saem da sua boca, até que ele murmura:

- *Ontem, eu escrevi meu nome pela primeira vez.*

(Eduardo Galeano)

DIAS, Lilian Tavares. **Programa EJA Online: Um estudo sobre o Ensino Médio a distância no Centro Paula Souza de 2016 a 2018**. 2020. 171f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020

RESUMO

O estudo analisa a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na etapa do Ensino Médio na modalidade a distância no Estado de São Paulo por intermédio do Programa EJA On-line, implementado desde 2016 pelo Centro Paula Souza (CPS), autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

A partir do levantamento das produções acadêmicas acerca da educação a distância na EJA e da revisão da literatura sobre o tema, procedemos com o estudo de caso dessa política de oferta de Ensino Médio na modalidade a distância, desenvolvida de forma autoinstrucional. Os cursistas estudam o conteúdo disponibilizado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, produzido pela instituição e complementado com a coleção de livros didáticos públicos para o Ensino Médio disponibilizada pela rede estadual do Paraná, e não contam com qualquer tipo de orientação ou acompanhamento das aprendizagens, seja por meio de tutoria, fóruns de discussão ou de encontros presenciais. Quando completam as agendas de estudo de cada série e área de conhecimento do currículo do Ensino Médio, os estudantes se inscrevem para os exames presenciais obrigatórios em uma das escolas polo localizadas na Capital de São Paulo, Campinas, Sorocaba e São José do Rio Preto.

Além da revisão da literatura, a pesquisa recorreu à análise da legislação e dos documentos da política, entrevistas com gestores e aplicação de questionários a uma amostra de cursistas que se submeteram aos exames realizados na Capital em abril e novembro do ano de 2018, com base na qual foi traçado um perfil dos estudantes e captada sua avaliação a respeito do Programa.

As conclusões discutem, à luz da literatura sobre educação à distância e educação de jovens e adultos, os conceitos de mediação e interação nos processos de ensino e aprendizagem, bem como autodidaxia na EJA, competência exigida para o acompanhamento do curso em questão.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância; Ensino Médio; Política educacional; São Paulo (Estado); EJA On-line

DIAS, Lilian Tavares. **EJA Online Program: A study on distance learning High School at Centro Paula Souza from 2016 to 2018.** 2020. 171f. Dissertation (Master). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020

ABSTRACT

The study analyses the offer of Youth and Adult Education (EJA, from the acronym in portuguese) in High School into distance learning modality in the state of São Paulo through the “EJA On-line” Program, implemented in 2016 by Centro Paula Souza (CPS), which is a local authority linked to the State Department of Economic Development. From the survey of the academic productions about distance education in the EJA and the literature review on the subject, we proceeded with the case study of this policy, which is the offer of High School through distance learning modality, developed in a self-instructional way. The apprentices study the content available in a Virtual Learning Environment, produced by the institution and complemented with the collection of public textbooks for High School provided by the state of Paraná, and do not have any kind of guidance or monitoring while learning, either through mentoring, discussion forums or face-to-face meetings. Once the students complete the study agendas for each grade and area of knowledge of the High School curriculum, they apply for the obligatory exams (that are presentials) at one of the polo schools located in São Paulo (city), Campinas, Sorocaba and São José do Rio Preto.

In addition to the literature review, the study used analysis of legislation and documents related to this policy, interviews with managers and application of questionnaires to a sample of students who underwent examinations that took place in the capital of São Paulo in April and November 2018, which allowed us to draw a profile of the students and their evaluation about the program.

The conclusions discuss, in the light of the literature on distance education and Youth and Adult Education, the concepts of mediation and interaction in the teaching and learning processes, as well as self-learning in EJA, which is a required competence to follow the course.

Keywords: Youth and Adults Education; Distance Learning; High School; Educational Policy; São Paulo (State); EJA On-line.

Lista de Siglas e Abreviações

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPS	Centro Paula Souza
EaD	Educação a distância
EM	Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ETEC	Escola Técnica Estadual
Fatec	Faculdade de Tecnologia
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GEEaD	Grupo de Estudo de Educação a Distância
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SED	Secretaria Escolar Digital
SESI	Serviço Social da Indústria
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Univesp	Universidade Virtual do Estado de São Paulo

Lista de Quadros

Quadro 1	Produção acadêmica discente que abordou a intersecção EJA/EaD	29
Quadro 2	Produção acadêmica que abordou as relações de estudantes da EJA com as tecnologias digitais	35
Quadro 3	Síntese da legislação que regulamenta a EaD no Brasil	53
Quadro 4	Perfil dos cursistas – síntese dos dados	84
Quadro 5	Definição dos conceitos adotados para avaliação do cursista	85

Lista de Figuras

Figura 1	Diagrama de Venn que apresenta o objeto de estudo	23
Figura 2	Conteúdo apresentado na agenda nº 3 da disciplina de matemática do 2º ano	78
Figura 3	Atividade proposta aos estudantes após concluído o estudo da agenda nº 3 da disciplina de matemática do 2º ano	79
Figura 4	Grade curricular e número de agendas – 1º ano –Programa EJA Online	87
Figura 5	Grade curricular e número de agendas – 2º ano –Programa EJA Online	87
Figura 6	Grade curricular e número de agendas –3º ano –Programa EJA Online	89

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Ensino Médio no Estado de São Paulo – evolução das matrículas 2015 - 2018	59
Gráfico 2	Sobre a ausência de um professor tutor	78
Gráfico 3	Avaliação do material disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem.	86
Gráfico 4	Facilidade no acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem	87

Lista de Tabelas

Tabela 1	Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio – Brasil.....	21
Tabela 2	Quantidade de cursos de educação básica na modalidade a distância registrados no ano de 2018	22
Tabela 3	Síntese da oferta pública de Ensino Médio para EJA – 2017	54
Tabela 4	Oferta de Ensino Médio EJA (modalidade presencial) em escolas municipais no Estado de São Paulo	54
Tabela 5	Oferta de Ensino Médio EJA (modalidade semipresencial) em escolas municipais no Estado de São Paulo	55
Tabela 6	EJA Online – dados estatísticos de exames presenciais _ Polo São Paulo	85

Sumário

Apresentação.....	13
Introdução.....	14
Trajetória pessoal: o percurso realizado para chegar até aqui	14
Apresentação do tema e metodologia utilizada	21
Capítulo 1: A educação a distância na EJA: levantamento bibliográfico e fundamentação teórica	
1.1 Levantamento de produções acadêmicas.....	25
1.2 Revisão da literatura	37
1.3 Aspectos legais	45
Capítulo 2: A EJA na etapa do Ensino Médio na modalidade a distância	
2.1 Educação de Jovens e Adultos no Estado de São Paulo: oferta pública	55
2.2 O Ensino Médio no Estado de São Paulo: breve contextualização	59
2.3 O Centro Paula Souza	63
2.4 A Educação a distância no Centro Paula Souza	64
2.4.1 Ensino Médio EJA na modalidade a distância.....	69
2.5 Programa EJA Online: surge uma nova proposta.....	74
2.5.1 Material didático disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem	77
2.5.2 Tutoria e mediação dos processos de aprendizagem	80
2.5.3 O perfil dos cursistas.....	83
2.5.4 Currículo e avaliação da aprendizagem	85
2.5.5 Exames presenciais	88
2.5.6 Avaliação do programa	89
Considerações Finais	92
Referências	96
Apêndices	
Apêndice 1 – Produção acadêmica da USP acerca da Educação a Distância....	101
Apêndice 2 – Hierarquização da interação	105
Apêndice 3 – Apresentação da pesquisa para coleta de e-mail dos cursistas ...	108
Apêndice 4 – Respostas dos questionários	109
Anexos	
Anexo 1: Plano de curso EJA 2016	115
Anexo 2: Comunicado aos cursistas	170

Apresentação

Esta dissertação analisa um programa de Ensino Médio para Jovens e Adultos na modalidade a distância desenvolvido pelo Centro Paula Souza, o Programa EJA Online¹. Com metodologia autoinstrucional, o curso de Ensino Médio destinado a jovens e adultos com idade superior a 18 anos teve sua primeira turma inscrita no primeiro semestre de 2016. O curso requer habilidades de autodidaxia, pois não dispõe de qualquer tipo de interação com professor tutor e/ou acompanhamento das aprendizagens.

A introdução está dividida em duas seções. Na primeira, apresento meu percurso trilhado até a conclusão deste trabalho. Posteriormente, exponho o objeto da pesquisa, seguido da metodologia utilizada.

O capítulo 1 trata da educação a distância, abordando a conceituação e o levantamento da produção acadêmica acerca do tema, expondo a fundamentação teórica e discussão dos aspectos legais que normatizam essa modalidade de ensino.

O capítulo 2 apresenta brevemente o contexto das políticas públicas acerca da Educação de Jovens e Adultos.

Apresenta a contextualização do Centro Paula Souza, seguida do estudo documental acerca do Programa EJA Online e da análise dos dados coletados tanto por intermédio de entrevistas com membro do Conselho Estadual de Educação e Centro Paula Souza, como por meio de questionários aplicados aos cursistas em ocasião de exame presencial.

Concluindo, as considerações finais apresentam breve reflexão a respeito da educação a distância em cursos da educação básica, especialmente para a oferta do Programa “EJA Online”, que exige de seus participantes níveis de letramento por muitas vezes não correspondentes a sujeitos de baixa escolaridade.

¹ Optamos por manter a grafia adotada pelo Centro Paula Souza. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) ainda não reconhece “online” como palavra da língua portuguesa, apesar do uso massivo. Nas ocorrências que não se referem ao curso do CPS, utilizamos a forma estrangeira “on-line”

Introdução

Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina.
(Paulo Freire)

Trajetória pessoal: o percurso realizado para chegar até aqui

A escolha pela carreira não foi uma surpresa. Mãe e tia professoras da educação básica tanto na rede estadual quanto municipal, cresci dentro da escola pública e desde muito pequena não tive dúvidas de que ali era meu lugar. Ou estava na escola estudando, ou acompanhando minha mãe no trabalho, ou em casa brincando de escolinha, sendo a professora das minhas três irmãs mais novas.

Com o fim do curso de magistério nas escolas estaduais, distanciou-se (também fisicamente) o sonho de ser professora e, na ocasião, optei pelo curso técnico (na época integrado ao Ensino Médio) em Secretariado, na ETEC Professor Aprígio Gonzaga, no bairro da Penha, zona leste da Cidade de São Paulo, região onde sempre vivi. Nunca exerci a profissão de secretária, no entanto, o curso proporcionou aprendizagens as quais jamais teria acesso aos dezessete anos: noções de Direito, Psicologia e Contabilidade, por exemplo.

O ano é 1999 e o vestibular se aproximava. Apesar da inclinação para o estudo do Direito, não tive dúvidas de que a carreira indicada na ficha de inscrição da Fuvest seria a de Pedagogia. Foram meses de intenso estudo autônomo que culminaram na realização do grande sonho de ingressar na USP.

Durante os quatro anos de curso, realizei, em momentos diferentes, estágios remunerados na Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho, nos setores de qualificação e recolocação profissional. O público-alvo desses programas era o mesmo: adultos nada ou pouco escolarizados que estavam em busca, respectivamente, de cursos profissionais ou de recolocação no mercado de trabalho. Ali eu já senti a quem deveria servir, seguindo o conselho do Prof. José Sergio Fonseca de Carvalho, que durante a graduação dizia que os alunos de universidade pública deveriam servir ao povo que lhe proporcionou a garantia do estudo gratuito.

Concluí a Pedagogia em dezembro de 2003 e, em outubro de 2004, fui chamada em outro concurso da Prefeitura de São Paulo no qual havia sido aprovada para exercer o cargo de Professor de Desenvolvimento Infantil e atuar nos Centros de Educação Infantil, na então recente migração das creches da Secretaria de Assistência Social para a Secretaria de Educação. Em 2008, fui chamada em um outro concurso da Prefeitura para Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, e passei a acumular dois cargos até o início de 2012 quando exonerei o cargo mais antigo.

Nunca me acostumei a ficar sem estudar, aliás, há mais de trinta anos que ininterruptamente ocupo os bancos escolares. Em um breve período do ano de 2004, recém-formada, trabalhei na coordenação pedagógica da Escola Paulista de Direito. Foi por pouco tempo, porém o suficiente para resgatar o antigo desejo de me aventurar na carreira jurídica. Não tive dúvidas e, por dois anos, frequentei um cursinho pré-vestibular para passar pela Fuvest novamente. Não obtive sucesso e fui tentar o segundo sonho, o mestrado. Particpei do processo seletivo na PUC e fui aprovada. No entanto, incompatibilidades de horário e restrição financeira me impediram de iniciar o curso.

O primeiro divisor de águas na minha vida acadêmica ocorreu no ano de 2009, quando ingressei no curso de Letras da FFLCH-USP. Estava ávida por retornar à universidade e recuperar o ritmo de estudo.

É preciso dizer como me aproximei da Educação de Jovens e Adultos, meu grande objeto de interesse. Minha mãe, em meados dos anos 2000, trabalhava no CIEJA Itaquera e eu, estudante de Pedagogia, era seduzida por suas histórias da sala de aula. Depois do ingresso na Prefeitura de São Paulo, passei a acompanhar os editais de seleção para professor dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs). Ano após ano, o texto da lauda era claro: dentre os requisitos, havia a necessidade da experiência na EJA, o que eu, professora de Educação Infantil, nunca tinha tido.

Até que, em 2012, uma palavra no edital representou o maior divisor de águas na minha vida profissional: “Preferencialmente experiência com a Educação de Jovens e Adultos”. Preferencialmente. Lembro-me bem que precisei dizer isso umas duas vezes quando realizei minha inscrição e insistiam em não aceitá-la porque faltava, dentre a documentação entregue, a comprovação da famigerada experiência.

Em 2013, tornei-me professora alfabetizadora de pessoas jovens e adultas. Era preciso transformar meu repertório todo pautado na experiência com as crianças em material que atendesse às expectativas daqueles muitos olhos tão cheios de esperança. Na sala de aula, tenho absoluta certeza de que aprendi muito mais do ensinei. Vinda de uma família inteira de retirantes nordestinos, sinto que tive uma ligação de almas com cada estudante com quem pude conviver.

É preciso lembrar que foi o primeiro ano do governo de Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo e a renovação das políticas públicas educacionais estava a pleno vapor. A Rede Municipal de Ensino oferecia cursos e mais cursos. Participei de grande parte, todos que cabiam nos horários de uma professora, mãe de criança pequena e estudante do curso de Letras.

O mais significativo deles foi o Juventude Viva (JUVIVA), curso voltado a professores atuantes na EJA, de iniciativa do Governo Federal, que buscou promover ações de diminuição da violência contra jovens negros da periferia. Nessa mesma linha, fui supervisora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que incentivou estudantes de cursos de licenciaturas a atuarem na escola pública. Acompanhei por sete meses um grupo de universitários de diversas licenciaturas de instituição de ensino superior privada que tinham como proposta oferecer aos educandos do CIEJA uma série de debates acerca de temas polêmicos e necessários à formação do todo cidadão, como racismo, homofobia, violência policial, machismo, dentre outros. Deixei o Programa por ter sido convidada a trabalhar como Assistente da Coordenadora Geral e, pelas regras do PIBID, apenas professores em regência de sala poderiam exercer a função de supervisor.

No biênio 2014-2016, fui eleita conselheira participativa pelo distrito do Parque do Carmo, na Prefeitura Regional de Itaquera, e fiz parte do grupo temático de educação, que tinha como proposta mapear as dificuldades apresentadas pelas unidades escolares da região. Nessa mesma época, um grupo de professores e gestores de escolas de Itaquera, sob a orientação do então Diretor Regional de Educação Prof. Valter de Almeida Costa, formou o “Grupo de Estudos do Território”. A proposta era estudar de tudo um pouco, desde temas como ditadura militar (posteriormente formando a

Comissão da Verdade de Itaquera, da qual também fiz parte), conceitos de espaço e território, projetos educacionais, por exemplo.

As propostas de estudos, juntamente com a militância política, possibilitaram atividades como a organização de três congressos de educação (parceria com a Universidade Brasil, antiga Unicastelo), a implantação do Centro de Memória da Zona Leste no novíssimo campus da Unifesp em Itaquera, a articulação de grupos de estudos com a EACH-USP e a Unifesp de Guarulhos. Dentre essas ações, a que julgo mais significativa foi a elaboração da coleção “Gestão Educação”, publicada, em 2016, pela Prefeitura de São Paulo, com financiamento de emenda parlamentar. Tive a oportunidade de contribuir com o artigo “Em cada canto, um encanto. Pesquisa com professores e alunos do CIEJA Itaquera”, escrito juntamente com a Coordenadora Geral e a Assistente Pedagógica do CIEJA, que teve como proposta uma breve contextualização do bairro da Cidade Líder e a relação com o território de alunos e professores da unidade escolar.

Voltando ao ano de 2013, este não foi marcante apenas pela minha estreia na EJA, mas também pelo ingresso no curso de Especialização em Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, no Instituto Federal de São Paulo. Retomar os estudos na área da educação foi renovador. Impossível descrever a qualidade das discussões, dos temas estudados e a atenção e empenho dos professores. Concluí o curso em 2016, com a publicação do artigo pela Revista Sinergia: “A inclusão de jovens e adultos com deficiência no sistema escolar de ensino: a relevância dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA”, cuja proposta foi realizar um breve apontamento dessa especificidade atual dos CIEJAs: o atendimento ao aluno com deficiência intelectual.

Considero esse curso um segundo divisor de águas na minha vida acadêmica. Sem dúvidas, ele foi uma preparação psicológica e intelectual para que o ingresso no mestrado começasse a se tornar um sonho realizável. Para tanto, em 2015, cursei, na condição de aluna especial na Unifesp, a disciplina “A escola como objeto de estudo: contribuições das ciências sociais”, com o Prof. Luiz Carlos Novaes, do Programa de Pós-Graduação da Universidade. Temas como escola, educação e sociedade permearam

o curso, assim como leituras, dentre outras, de Marialice M. Foracchi, Pierre Bourdieu e Luiz Pereira.

Em 2016, fui aprovada no processo seletivo para a pós-graduação da FEUSP e iniciei o curso já no segundo semestre do mesmo ano. Jamais terei palavras para agradecer o acolhimento dado a mim pela professora Maria Clara Di Pierro e por suas orientandas de doutorado e iniciação científica. Logo no início, fui convidada a participar das reuniões do grupo de estudos sobre os centros exclusivos de EJA. Na época, meu projeto inicial de pesquisa propunha o estudo sobre o CIEJA e estava relacionado com pesquisa do grupo, grupo este que me proporcionou aprendizagens ímpares.

No primeiro semestre, cursei a disciplina “Educar o povo? Governo e governados no estado social e depois”, oferecida pela Prof.^a Fabiana Jardim. Fui introduzida a autores até então inéditos para mim, como Judith Butler, Jacques Rancière, Robert Castell e Giorgio Agamben. Quanto a Michel Foucault, já o havia estudado, porém de forma sucinta. Questões como governamentalidade, seguridade social e construção de estado social e suas relações com a escola foram os temas-chave do curso. Discussões sobre a maquinaria escolar e as formas de controle social foram importantes para reflexões sobre processos de exclusão do sistema escolar.

Cursei também “Paulo Freire e os Desafios Atuais da Educação Brasileira”, com a Prof.^a Lisete Arelaro. Disciplina indispensável a todo educador da escola pública, em especial da Educação de Jovens e Adultos. Em uma imersão dentro da obra de Paulo Freire, foram discutidos conceitos como conscientização, dialogicidade, educação popular, gestão democrática, formação de professores, dentre outros.

No segundo semestre de curso, cursei a disciplina “Educação e desigualdade”, ministrada pelo Prof. Romualdo Portela, que abordou as relações entre desigualdade social e desigualdade educacional. Muito pertinente compreender a gênese da produção dessas desigualdades que se dão, em grande parte das vezes, fora da escola e que provocam a exclusão dentro dela. Compreendendo que o estudante da EJA é um indivíduo vítima de uma sequência de exclusões, o debate é de extrema importância dentro desse campo de estudo.

A outra disciplina cursada, “Pedagogia Social e Práticas de Educação Popular, Social e Comunitária”, ministrada pelo Prof. Roberto da Silva, trouxe o debate acerca da educação que acontece fora do espaço escolar, especialmente no atendimento a minorias para a efetivação das garantias do direito à educação e da promoção da justiça social, sob a perspectiva da Pedagogia Social. Questões muito pertinentes ao debate da Educação de Jovens e Adultos.

Uma das discussões realizadas nesta última disciplina foi de grande importância para o novo rumo dado ao meu projeto de pesquisa. Durante uma aula, o Prof. Roberto da Silva discorreu sobre a pesquisa educacional no Brasil e relatou que muitos dos alunos que buscam o curso de pós-graduação na FEUSP estão interessados, na verdade, em sistematizações de suas práticas profissionais e que, em muitos casos, as pesquisas realizadas não possuíam relevância acadêmica.

Não tenho dúvidas de que esse foi o meu caso. A intensa experiência no CIEJA Itaquera me fazia querer escrever sobre, ainda que, no fundo, o trabalho pudesse não apresentar uma pertinência no campo da pesquisa da educação. Importante destacar que Faria (2014) já havia detalhado com grande mérito a trajetória do CIEJA frente às políticas públicas de EJA na Cidade de São Paulo.

Nesse contexto, a partir de sugestão da Prof.^a Maria Clara, surge o início do novo projeto de pesquisa. Havia um novíssimo programa de oferta de Ensino Médio na modalidade a distância implementado pelo Centro Paula Souza e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, sobre o qual havia uma urgência de investigação. O grande desafio foi aceito, e, após um período de elaboração e reorganização intelectual, a presente pesquisa começou a ser desenhada.

Destaco que o percurso foi marcado por uma intensa atividade profissional. Aliás, foram os três anos mais intensos que pude experienciar nestes 37 de idade. Atuei, por quase a totalidade do período como Assistente de Direção de Escola² em unidades de Ensino Fundamental da Prefeitura de São Paulo, dificultado as atividades relacionadas à pesquisa, tendo sido necessário um trancamento da matrícula durante o segundo semestre de 2018.

² Cargo sobreposto, equivalente à função de vice-diretor nas escolas estaduais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Embora o desejo fosse grande, não consegui participar de congressos e seminários, tão importantes para a vida acadêmica. No entanto, procurei, sempre que possível, comparecer aos encontros mensais do grupo de estudos sobre Educação de Pessoas Jovens e Adultas, coordenado pela Prof.^a Maria Clara Di Pierro. As potentes discussões sobre a temática, que passaram por política pública, produção acadêmica e relatos de prática, enriqueceram muito meu processo formativo.

Em setembro de 2019, tive uma comunicação oral aprovada para o Congresso EJA do Colégio Santa Cruz. Com o título: “A Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância: o programa EJA On-line, a experiência do Centro Paula Souza”, expus a pesquisa ainda em andamento, dando publicidade ao programa “EJA Online”. A existência de oferta pública de Ensino Médio para EJA exclusivamente a distância causou surpresa em todos que ali estavam, inclusive um professor do Centro Paula Souza que estava presente e desconhecia o curso.

Em um quadro de estafa completa que quase me fez desistir do sonho do mestrado, deixei a direção de escola e retornei ao meu cargo base de professora, em novembro de 2019, para recuperar a saúde mental e conseguir um fôlego para retomar a escrita deste trabalho. Segundo a professora Ana Paula Corti (2015, p. 6), “elaborar uma tese é uma viagem de longo prazo. Nem sempre se pode viajar na primeira classe, com conforto e segurança. Há sempre os viajantes clandestinos que dão um jeito de ingressar”. Esse foi meu caso.

A diferença é que escrevi uma dissertação. Em meio às dificuldades, parece que consegui!

Apresentação do tema e metodologia utilizada

Os números são alarmantes. Dentre os aproximados 3,2 milhões de jovens brasileiros com 19 anos de idade, apenas 2 milhões concluíram o Ensino Médio. Os dados são apresentados pelo Movimento Todos Pela Educação³. Desde 2012, o país vem apresentando uma discreta elevação do número absoluto de jovens certificados nessa etapa de ensino. No entanto, no ano em que houve a melhor marca, a porcentagem de concluintes não chegou a 64% da população total dessa faixa etária, expondo a necessidade urgente de políticas públicas educacionais que favoreçam o retorno desses jovens e adultos à escola.

Tabela 1: Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio - Brasil

Ano	Número absoluto	%
2012	1.652.244	51,7%
2013	1.741.645	53,6%
2014	1.882.250	55,7%
2015	1.845.289	55,9%
2016	1.919.267	58,9%
2017	2.005.152	59,2%
2018	2.046.949	63,5%

Fonte: IBGE/PNAD contínua. Elaboração: Todos Pela Educação.

Paralelamente a essa condição, assistimos à expansão da educação a distância, consequência da ampliação do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação.

Dados do Censo Digital 2018, elaborado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), apresentam a quantidade de cursos totalmente a distância e cursos da modalidade semipresencial, categorizados por nível acadêmico. Em ambas as formas de mediação didática, existe a grande predominância de cursos de nível superior, tanto na formação inicial quanto na pós-graduação lato sensu, o que permite inferir que o maior grau de escolaridade amplia as condições de desenvolvimento de habilidades relacionadas a autodidaxia, essenciais em cursos de modalidade a distância.

Ainda assim, o número de cursos de formação básica nessa modalidade não é pequeno e indica que a expansão da EaD está ocorrendo em todos os níveis de ensino,

³ Levantamento disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/128.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

sobretudo no Ensino Médio na modalidade EJA, conforme se observa na Tabela 2, que apresenta a quantidade de cursos EaD relacionados à educação básica, de acordo com o Censo EAD da ABED:

Tabela 2: Quantidade de cursos de educação básica na modalidade a distância registrados no ano de 2018

Modalidade totalmente a distância		Modalidade semipresencial	
Ensino Fundamental regular	43	Ensino Fundamental regular	26
Ensino Médio regular	22	Ensino Médio regular	6
Ensino Fundamental EJA	19	Ensino Fundamental regular	115
Ensino Médio EJA	29	Ensino Médio EJA	334

Fonte: Censo EAD.BR 2018

A metodologia utilizada pela Associação para elaboração do Censo faz o levantamento de informações a partir de uma participação voluntária das instituições, de forma que não temos dados fidedignos sobre o cenário da educação a distância no Brasil. Os números apresentados também não distinguem instituições privadas e públicas, o que seria bastante relevante para a pesquisa. No entanto, por meio desses dados, observamos que a oferta de EaD na educação básica na modalidade EJA é expressiva.

Conforme análise apresentada no capítulo seguinte, a legislação brasileira relativa à educação básica, que originalmente admitia a educação a distância apenas em circunstâncias emergenciais, vem sendo modificada por sucessivas normativas que liberalizam o emprego da educação a distância sob a justificativa, dentre outras, de favorecer a democratização do ensino.

O ato mais radical nesse processo foi a Resolução nº 3, de 21/11/2018, da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, fixando os princípios orientadores dessa etapa de ensino e a proposta de organização curricular, com indicações de ampliação progressiva da carga horária obrigatória.

No tópico atinente à Educação de Jovens e Adultos especificada no parágrafo 5º da Resolução, ampliam-se sobremaneira as possibilidades de emprego da EaD:

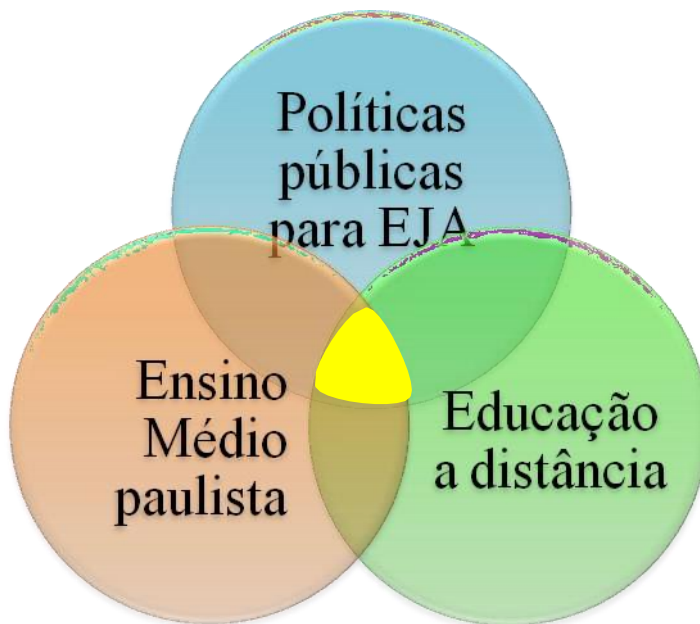
§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância,

tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado. (BRASIL, 2016 p. 10).

Se a EJA já estava à margem das políticas públicas, a permissão legal para que ela seja oferecida majoritariamente na modalidade a distância faz com que redobremos a atenção para com o Ensino Médio ofertado a jovens e adultos que, de alguma forma, estão procurando não integrar as preocupantes estatísticas que retratam sérios problemas na escolarização da população jovem do país.

É na intersecção das temáticas do Ensino Médio para a EJA e da educação a distância que se constrói este trabalho, mediante a investigação da oferta de Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância como política pública de ampliação da escolarização de indivíduos que não conseguiram ou não desejam acessar o Ensino Médio na rede regular de ensino presencial.

Figura 1: Diagrama de Venn que representa o objeto de estudo (elaboração própria)



A partir desse contexto, o Centro Paula Souza idealiza e implementa, no ano de 2016, uma forma de atender um público de jovens e adultos que não conseguiram concluir o Ensino Médio e que não podem ou não desejam frequentar um curso presencial. Denominado “EJA Online”, o Programa oferece o conteúdo dessa etapa de

ensino de forma exclusivamente a distância e sem qualquer tipo de tutoria ou acompanhamento das aprendizagens, exigindo, assim, alto nível de autodidaxia dos participantes.

Desta forma, a motivação para esta pesquisa está relacionada com a escassa visibilidade pública das informações acerca dessa proposta, cujo público-alvo preferencial é formado por jovens e adultos interessados em cursos técnicos da autarquia que, no entanto, ainda não possuem a certificação de Ensino Médio. O curso é exclusivamente a distância, e os estudantes possuem apenas o Ambiente Virtual de Aprendizagem como ferramenta de acesso ao conteúdo. A única exigência de presença é para a realização dos exames finais, não havendo, neste caso, nenhum tipo de acompanhamento ou tutoria.

Com o recorte geográfico do Estado de São Paulo, a pesquisa analisa a política pública, feita quase que concomitantemente à sua implementação, por meio de estudo de caso qualitativo que recorre à revisão da literatura, da legislação (que está sendo revisada também paralelamente à elaboração deste trabalho), análise documental, aplicação de questionários a uma amostra de cursistas e a realização de duas entrevistas com o coordenador da educação a distância no Centro Paula Souza, que possibilitou a compreensão do processo de gênese e implementação do curso. Entrevistamos também membro⁴ ocupante de cargo estratégico do Conselho Estadual de Educação, que contribuiu para esclarecermos algumas questões a respeito do processo de aprovação do curso por este órgão.

⁴ Entrevista realizada em março de 2019 com entrevistado que solicitou anonimato.

Capítulo 1: A educação a distância na EJA: breve contextualização

Para contextualizar a presente pesquisa, faz-se necessário compreender e conceituar a Educação a Distância (EaD), modalidade de ensino a qual se refere o curso “EJA Online”, nosso objeto de estudo. Com este objetivo, revisamos a produção acadêmica acerca do tema e a conceituação apresentada pela literatura que trata do assunto. Ao final do capítulo, discutimos a legislação brasileira que prevê a implementação e o desenvolvimento de cursos na modalidade EaD.

1.1 Levantamento de produções acadêmicas

Na ocasião da elaboração do Parecer CNE nº 06/2010, que reexaminou o Parecer nº 23/2008 que, por sua vez, instituiu diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, grupos que estudaram a relação entre EJA e EaD identificaram que há pouco conhecimento sobre o assunto, sendo necessários estudos para melhor compreensão das possibilidades deste tipo de oferta de ensino (Parecer CNE/CEB nº 06/2010, p. 22).

Joaquim e Pesce (2016) realizaram uma revisão da literatura sobre as tecnologias digitais da informação e de comunicação no contexto da EJA, que localizou trabalhos produzidos entre os anos de 2007 e 2014. Os autores selecionaram 14 pesquisas que apresentam experiências de uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) entre pessoas jovens e adultas, confirmando a escassez de estudos a respeito desta temática. Segundo a literatura revisada por esses autores, trata-se de uma prática pedagógica positiva, que deve ser aplicada de forma mais reflexiva. Para eles,

[...] a fusão dos dois olhares é necessária, uma vez que não há ainda grande mobilização de pesquisadores do campo das tecnologias educacionais para refletir sobre sua temática no contexto específico da educação de pessoas jovens e adultas, da mesma forma como não é prioridade dos pesquisadores do campo da educação de jovens e adultos a investigação sobre os limites e possibilidades do uso pedagógico das TDIC e da inclusão digital nesta modalidade escolar. (JOAQUIM; PESCE, 2016, p. 87).

Os autores apontam a necessidade de que a intersecção entre educação de jovens e adultos e educação a distância/uso das tecnologias digitais de informação e comunicação ultrapasse os limites do discurso acadêmico e das políticas públicas para ocuparem diretamente as salas de aula, a fim de que ela represente um novo movimento para a EJA, empoderando seus sujeitos como atores sociais.

Neste sentido, destacamos a pesquisa de Gonçalves (2007 *apud* JOAQUIM; PESCE, 2016) que, em sua dissertação de mestrado, analisa as contribuições do uso do computador no processo de alfabetização de educandos do MOVA no Município de São Carlos (SP), na medida em que o letramento digital contribui para a conquista de autonomia e empoderamento, baseados no conceito freireano de aprendizagem dialógica.

Na mesma perspectiva, a dissertação de Goulart (2007 *apud* JOAQUIM; PESCE, 2016) busca compreender a motivação de sujeitos da terceira idade por cursos de inclusão digital. A pesquisa não está relacionada à escolarização desses idosos, porém há relevância para o debate por evidenciar a demanda de inclusão digital por pessoas adultas e por compreender os recursos tecnológicos digitais como instrumentos importantes para o exercício da cidadania.

Embora o foco de nosso trabalho seja o estudo da EJA ofertada na modalidade a distância, o estado da arte elaborado por Joaquim e Pesce (2016) contribui para nosso trabalho, uma vez que eles apresentam em suas conclusões importante discussão acerca da marginalização da temática da EJA nas políticas públicas que promovem a inserção das TDICs nas redes de ensino.

A revisão de literatura dos autores comprovou que o letramento digital e o emprego das TDICs na EJA potencializam as aprendizagens, recomendando incrementar estudos sobre sua utilização na formação de jovens e adultos e na formação de professores para o uso dessas tecnologias na sala de aula da modalidade.

Procedemos à revisão da literatura sobre o tema, iniciando pelo banco de teses da USP a busca por dissertações e teses que possuíam como tema central a educação a distância. A partir do descritor “Educação a distância”, foram localizados 94 trabalhos. Excluindo deste compilado as produções que trataram de temas como a criação de software e plataformas de viabilização da EaD, bem como experiências relacionadas à educação corporativa e à formação acadêmica de outros profissionais que não da educação, restaram 12 estudos produzidos entre 2012 e 2017 (Apêndice 1).

Desta relação, destacamos duas teses de doutoramento e uma dissertação de mestrado produzidas na Faculdade de Educação. Tal destaque se deve às questões de

natureza mais teórica a respeito da educação a distância trazidas pelas pesquisadoras e que dialogam com nossa proposta de trabalho.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, Barros (2014) realiza a análise do discurso da legitimação da educação a distância via internet e investiga os elementos que sustentam o discurso do caráter democratizante das plataformas de EaD, relacionando tecnologia, democracia e educação. Para a pesquisadora, a educação a distância vem sendo considerada como “o novo paradigma educacional”, com o nome genérico de “Sociedade do Conhecimento”, apresentando-se como nova utopia da atualidade. Para ela:

Embora a consideração de que a EaD é potencialmente democratizante possa ser suficientemente razoável, ela exclui a hipótese contrária. Ainda permanece a questão de saber se as novas tecnologias portam em si a negação da possibilidade da democracia, entendida para além da expansão do acesso aos meios materiais. Se assim o for, o recrudescimento do acesso à educação por meio da internet se constituirá como uma democratização que, ao final, impedirá a existência da democracia, no sentido do estabelecimento de valores tidos como democráticos. (BARROS, 2014, p. 41).

Assim, para Barros, a EaD expande-se quantitativamente devido ao baixo custo de implementação e execução, possibilitando que mais indivíduos acessem processos educativos mais elevados. No entanto, a escola, ainda considerada um local privilegiado para as atividades educacionais formativas da cidadania, perde sua primazia.

Em perspectiva semelhante, a tese de Carvalho (2015) investiga a possibilidade de uma educação emancipadora a ser atendida pela modalidade a distância. Para a autora, não existe educação a distância, mas sim várias formas e perspectivas para pensá-la e fazê-la, já que sua principal finalidade é comum: a formação da cidadania. A modalidade a distância, então, dificulta esse tipo de formação, pois

Um contexto cidadão para o ensino-aprendizagem a distância não pode se erguer sob a lógica da fragmentação, tão marcantes na EaD. O fragmento é contrário ao sentido de parte de um todo, não carrega em si o sentimento de pertencimento. Pouco provável seria conseguir desenvolver o compromisso dos estudantes com a coletividade se os profissionais da formação atuam como fragmentos. Muito encontrado no trabalho da EaD, essa característica coloca em risco o sentido da ação porque pode não expressar o que almeja. (CARVALHO, 2015, p. 193).

Carvalho afirma, ainda, que a EaD aparece muitas vezes associada à democratização do acesso ao ensino. Para ela, o direito à educação só é efetivado quando há a garantia da qualidade e quando não é mercantilizada e desumanizada, características incompatíveis com a educação emancipadora.

A dissertação de Barbosa (2015) investiga, a partir de uma abordagem discursiva-analítica, a produção acadêmica no decênio 2002/2012 sobre EaD e as questões emergentes do seu paradigma educacional por meio de plataformas virtuais de aprendizagem. Para ela,

Na agenda brasileira de Educação no Brasil, as inovações das TDIC requerem novas metodologias voltadas à ação pedagógica (docentes e discentes) para que possam colaborar com a melhoria da qualidade não só da educação como um todo, mas de acesso aos que não tiveram oportunidade de estudo devido às dimensões continentais, com uma população de 200 milhões de habitantes que demandam soluções alternativas em relação à democratização de acesso à Educação Superior. Nesse sentido, a modalidade EaD apresenta certas características que se implementadas com critérios de qualidade podem contribuir com a ampliação da oferta de educação no país. (BARBOSA, 2015, p. 131).

A autora conclui que existe a necessidade da ressignificação educacional para a inserção das TDICs e pondera que a tecnologia por si só não é responsável pela efetivação da democratização e qualidade da educação.

Com a exceção dos três trabalhos citados anteriormente, a análise das produções possibilitou verificar que a produção acadêmica da USP que trata do tema priorizou em suas abordagens as propostas de formação continuada e, no que diz respeito à educação, com expressiva produção acerca da formação de professores a partir dessa modalidade de ensino, sendo escassos os estudos sobre questões conceituais. Não houve achado quanto à oferta em EaD para a educação básica ou para a EJA.

Refinando a procura por produções acadêmicas que contemplem a intersecção entre as temáticas “educação de jovens e adultos” e “educação a distância”, fomos ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir dos descritores “EJA” e “EAD”, localizamos 5.385 trabalhos que inicialmente atenderiam aos critérios estabelecidos. No entanto, identificamos apenas 12 dissertações de mestrado defendidas no período de 2006 a 2018

que, de fato, abordavam ambos os temas, tratando de cursos de Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância (Quadro 1).

Quadro 1: Produção acadêmica discente que abordou a intersecção EJA / EaD

ANO DA DEFESA	PESQUISADOR	TÍTULO	RESUMO	INST. DE ENSINO
2006	José Barone Mercadante Neto	Telecurso 2000: A semiformação na Educação de Jovens e Adultos	Análise dos aspectos do Telecurso 2000, apontado pelo autor como forma de educação deformadora para as classes mais pobres da sociedade.	Universidade Metodista de Piracicaba
2013	Gisele Joaquim Canarin	A organização curricular de educação de jovens e adultos na modalidade EaD, na perspectiva da educação profissional técnico de ensino médio	Estudo da organização curricular da EJA na modalidade EaD, a partir do contexto histórico e político da educação técnica profissional de nível médio, analisando o curso técnico em informática – PROEJA no Instituto Federal de Santa Catarina, ofertado na modalidade a distância pelo programa Rede e-Tec Brasil. A autora aponta para a readequação do currículo que, sustentada pela pedagogia das competências, possibilitou a diminuição da evasão, aumentando a qualidade da formação dos estudantes.	Universidade do Sul de Santa Catarina
2014	Geraldo Ananias Reis	Jovens e adultos na educação a distância: uma perspectiva disposicionalista	Acompanhamento de alunos egressos da EJA a distância do Centro de Educação de Jovens e Adultos na Asa Sul (DF). Ao final do trabalho, o autor aponta para a incapacidade da escola como instituição responsável por oportunizar melhorias na condição de vida dos educandos.	Universidade de Brasília

2014	Maria Filomena Correia do Rego	O processo interacional em matéria didático para EJA na modalidade a distância	Estudo dos recursos linguísticos que caracterizam as marcas de interlocução empregadas pelo professor para conduzir a aprendizagem de alunos do Projeto EMEJA (Ensino Médio a distância para EJA).	Universidade Federal Fluminense
2014	Ligia Maria Di Bella Costa Monteiro	A Educação de Jovens e Adultos Digital: o estudo de caso de metodologia como possibilidade emancipadora	Análise da experiência já finalizada da Cidade de Santos de oferta de EJA digital a jovens que se evadiram do ensino regular. A autora não avalia positivamente a proposta, já que ela não se aproxima da perspectiva de educação emancipadora, mantendo ainda objetivos muito tradicionais.	Universidade Católica de Santos
2015	Americo Homem da Rocha Filho	Do PEJA ao CREJA, cartuns e afeto nas aulas a distância de matemática	Estudo sobre o uso de cartuns como facilitador da criação de laços afetivos de alunos do Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos, curso a distância.	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
2016	Ana Lucia da Silva Bezerra	Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância: contribuições na perspectiva do aluno	Acompanhamento, em uma abordagem quanti-quali, do processo de implementação da EJA na modalidade a distância em parceria com o SESI no Centro de Referência de EJA na Cidade de São José (SC). A autora avalia positivamente a oferta, já que houve a permanência dos estudantes e boa aceitação no uso do computador.	Universidade Federal de Santa Catarina
2016	Jaqueline Fumis	Metodologia EJA-EAD no Ensino Médio e	Estudo do potencial educativo da metodologia EJA-EaD no Ensino	Universidade Luterana do Brasil

		seu potencial educativo: percepção de alunos e gestão institucional	Médio a partir do estudo de caso em uma escola da rede privada da Cidade de Porto Alegre (RS)	
2016	Claudia Fernanda Santos Klostermann	Aprendizagem e desenvolvimento na EJA/EAD: questões sobre o princípio de autonomia discente	Estudo sobre a autonomia dos educandos de ensino médio da EJA na modalidade a distância de uma escola privada da Cidade de Curitiba (PR). A autora explora, por meio de questionários, o perfil dos estudantes dessa modalidade de ensino, analisando suas disponibilidades para o estudo e desenvoltura com ambientes virtuais de aprendizagem. Ao final, o estudo verifica que existe a necessidade de mais esclarecimentos aos estudantes por parte das instituições de ensino acerca da modalidade a distância.	Centro Universitário Internacional
2018	Altair Hoepers	Ensino de História em EJA/EAD: uma investigação com professores para uma proposta de formação	Estudo sobre o ensino de História na EJA na modalidade EaD e uma proposta de formação para professores desta modalidade na Cooperativa de Educação de Professores e Especialistas, vinculada ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.	Universidade Estadual de Santa Catarina
2018	Andrea Christina Wolfsohn	EJA digital: um estudo sobre a juvenilização e aplicação da modalidade EAD na Educação de Jovens e Adultos	Estudo sobre os impactos da implementação da proposta de EaD na EJA como política pública da Cidade de Santos (SP).	Universidade Metodista de São Paulo

2018	Nivea Moreira de Camargo	Formação docente e o Ensino Médio a distância na Educação de Jovens e Adultos	Estudo da compreensão da percepção dos professores do curso de EJA a distância oferecido pelo SESI da Cidade de Joinville (SC)	Universidade Federal do Paraná
------	--------------------------	---	--	--------------------------------

Fonte: Levantamento da autora a partir de www.catalogodeteses.capes.gov.br . Acesso em: 12 maio 2019.

À exceção da pesquisa de Mercadante Neto, que data de 2006 e analisa a formação de jovens e adultos a partir do programa “Telecurso 2000”, todos os trabalhos localizados são dissertações de mestrado publicadas a partir do ano de 2013 e apresentam estudos de caso acerca de experiências com a EJA na modalidade a distância. Podemos inferir que se tratam de práticas recentes, que requerem maior aprofundamento nas análises, tanto no ponto de vista da produção acadêmica, quanto no debate da política pública.

Dentre os dez achados, verificamos que a metade deles se refere a experiências na região sul do Brasil e é uma constatação que carece de uma maior investigação para compreender a prevalência de práticas com a EaD na EJA nessa região do país. Sugerimos o fato de estas pesquisas se referirem a programas desenvolvidos no centro-sul, onde o emprego das tecnologias digitais de informação e comunicação apresenta uma maior difusão.

A dissertação de Canarin (2013) estudou a orientação curricular da EJA na modalidade a distância sob a perspectiva da educação profissional, a partir do contexto histórico e político da educação técnica profissional de nível médio, analisando o curso técnico em informática PROEJA, no Instituto Federal de Santa Catarina, ofertado na modalidade a distância pelo Programa Rede e-Tec Brasil. A autora aponta para a readequação do currículo que, sustentada pela pedagogia das competências, possibilitou a diminuição da evasão, aumentando a qualidade da formação dos estudantes.

Reis (2014) estuda os egressos do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul em Brasília (DF), na modalidade a distância. O autor identifica particularidades, na perspectiva das teorias de Bourdieu e Lahire, das trajetórias de vida dos estudantes que os levam a ingressar e permanecer no curso. Ao final do trabalho, aponta para a incapacidade da escola como instituição responsável por oportunizar melhorias na condição de vida dos educandos.

O trabalho de Monteiro (2014) consiste na análise das possibilidades emancipadoras da “EJA Digital”, proposta experimental iniciada em 2006 da Cidade de Santos (SP), que oferta os anos finais do Ensino Fundamental II por meio de conteúdo disponível em Ambiente Virtual de Aprendizagem. Devido à carga horária obrigatória de 400 horas por semestre, os estudantes devem comparecer diariamente à escola. O programa é voltado à preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e um professor de informática educativa acompanha o processo de aprendizagem dos alunos.

A pesquisadora constata que a proposta atende prioritariamente um público jovem que frequentou o sistema regular de ensino e que foi excluído por ele, dado seu caráter elitista. Ela conclui que o curso estudado não pode ser considerado uma forma emancipadora de fazer educação, trata-se de um programa que ainda reproduz os mesmos fazeres escolares que promoveram a migração dos estudantes do ensino regular para a EJA e, mesmo oferecendo uma dinâmica de aula diferenciada, o objetivo da proposta está na promoção de certificação dos alunos por meio de provas de competência.

A dissertação de Rocha Filho (2015) analisa a importância da utilização de cartuns nas aulas de matemática como forma de facilitar a criação de laços afetivos entre alunos e professores da EJA, na modalidade a distância, no Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA), centro exclusivo de EJA localizado no centro da Cidade do Rio de Janeiro (RJ). A educação a distância na instituição começou a ser elaborada em 2011, com o objetivo de transpor, por meio das tecnologias de informação e comunicação, obstáculos físicos e temporais, os quais impedem, muitas vezes, jovens e adultos de retornarem aos bancos escolares.

Para o pesquisador, a autonomia para estudo do aluno, fundamental nos cursos em EaD, “não pode se construir no vazio”. Deve haver, para ele, uma relação afetiva entre os atores do processo. Na conclusão de seu trabalho, Rocha Filho retoma o entendimento de que a escola é um espaço de relações sociais e afirma que os cartuns favorecem e aproximam os estudantes da disciplina lecionada por ele, “quebrando o gelo” que ele considera comum nos cursos a distância.

Bezerra (2016) analisa a experiência do Município de São José (SC) na implementação da educação de jovens e adultos, na modalidade a distância, por meio de parceria estabelecida com o Serviço Social da Indústria (SESI). Com a criação do Centro de Referência de EJA, a cidade ficou responsável pela cessão do espaço físico e dos equipamentos, e o SESI pela contratação da equipe técnica e disponibilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). A partir de questionários aplicados aos estudantes, a experiência foi avaliada positivamente, já que houve a permanência dos alunos durante o curso e também uma boa aceitação do uso do computador e das plataformas digitais para o aprendizado.

Fumis (2016), em sua pesquisa, realiza a investigação do potencial educativo da EaD no Ensino Médio para a EJA, tendo como corpus uma escola privada associada a uma rede educacional especializada da Cidade de Porto Alegre (RS). A autora analisa a percepção dos estudantes e gestor a partir de questionários respondidos por eles e verifica que o curso atende às necessidades dos estudantes, que são, em grande parte, trabalhadores que dispõem de pouco tempo para estudo, e a metodologia favorece a aprendizagem, dada a atuação efetiva do professor mediador.

A dissertação de Klostermann (2016) propõe o estudo do princípio da autonomia discente em uma instituição não identificada, mas que se trata de um grupo universitário experiente na oferta de EaD na Cidade de Curitiba (PR), verificando como os estudantes lidam com o planejamento e a organização de estudo, a ausência de uma rotina diária nos bancos escolares e as dificuldades de acesso à tecnologia. A partir da análise de questionários, a pesquisadora verifica que os estudantes não apresentaram grande autonomia durante o percurso escolar por falta de direcionamento inicial da instituição, especialmente no que diz respeito ao uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e à falta de compreensão do *modus operandi* da educação a distância.

Wolfsohn (2018) analisa os impactos decorrentes da implementação da oferta de Educação de Jovens e Adultos na Cidade de Santos (SP) e possíveis relações com a juvenilização da EJA. A proposta, assim como já apresentada por Costa (2014), surgiu em 2006, diante de uma demanda de trabalhadores da Ilha Diana que necessitavam de uma maior flexibilização de horários e apresentavam dificuldades de acesso à área continental.

O curso consistiu na utilização de recursos tecnológicos, com aulas presenciais nos laboratórios de informática, cumprindo a carga horária de 1.400 horas semestrais, de forma que os alunos devessem comparecer à escola diariamente.

A metodologia foi considerada ideal para atender o educando com grande inserção das TICs e, na prática, abarcou o universo jovem, que se adequou melhor à proposta. A pesquisadora aponta a exposição à desatualização das escolas ante o uso das tecnologias. Ela não considera adequada uma oferta exclusivamente a distância pelo risco de os educandos esbarrarem em situações, como problemas com a internet, que pudessem dificultar o estudo. Uma fragilidade apresentada pela EJA/EaD é a falta de garantia de que todos os estudantes terão acesso ao ambiente virtual fora da escola, de forma que os encontros presenciais são fundamentais para a execução da proposta.

Além de experiências com a oferta de Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância, localizamos também trabalhos que investigam a relação da EJA com o uso de recursos digitais para a aprendizagem (Quadro 2):

Quadro 2: Produção acadêmica que abordou as relações de estudantes da EJA com os recursos digitais

ANO DA DEFESA	PESQUISADOR	TÍTULO	RESUMO	INST. DE ENSINO
2005	Jarina Rodrigues Fernandes	O computador na educação de jovens e adultos: sentidos e caminhos	Investigação dos sentidos atribuídos pelos educandos da EJA à presença do computador na sala de aula em um colégio da rede privada da Cidade de São Paulo (SP)	Pontifícia Universidade Católica (São Paulo)
2011	Livia Andrade Coelho	As relações dos alunos da EJA com as tecnologias digitais: implicações e possibilidades na vida de cada um	Estudo da apropriação das tecnologias digitais a partir da entrevista com alunos da EJA de uma escola municipal da Cidade de Salvador (BA)	Universidade Federal da Bahia
2012	Bianca Maria Santana de Brito	Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais: quem usa, a favor de quem e para quê?	Investigação da presença das tecnologias digitais na EJA em escolas públicas da zona noroeste da Cidade de São Paulo (SP)	Universidade de São Paulo

2016	Helga Valéria de Lima Souza	Jovens na modalidade EJA na escola pública: autodefinição de jovem e função das TDICEs	Estudo da autodefinição de jovem com relação às funções das tecnologias digitais de informação nos discursos produzidos pelos educandos matriculados no Centro Educacional de Taguatinga (DF)	Universidade de Brasília
------	-----------------------------	--	---	--------------------------

Fonte: Levantamento da autora, realizado a partir de www.catalogodeteses.capes.gov.br . Acesso em: 12 maio 2019.

As produções elencadas no Quadro 2 não estão diretamente relacionadas com nosso objeto de estudo, contudo, como já observado na leitura do artigo de Joaquim e Pesce (2016), entendemos que esses estudos também dialogam com nosso objeto de pesquisa, já que o uso das tecnologias na EJA tem relação com a oferta dessa modalidade de ensino na forma a distância.

Fernandes (2005) evidencia que o perfil da população digitalmente excluída em muito se assemelha ao perfil majoritário dos educandos da EJA. Para ela, cotidianamente, a população se depara com situações relativas ao universo digital, como a utilização de cartões magnéticos e urnas eletrônicas, sendo importante

Proporcionar que os jovens e adultos não alfabetizados e com baixos níveis de letramento possam aproximar-se do computador e apropriar-se das tecnologias da informação e comunicação na medida de suas necessidades e interesses já é um dever da sociedade. Refletir sobre o que o computador e as TIC têm para oferecer de novo e incremento à Educação torna-se papel dos educadores de EJA no início do século XXI. (FERNANDES, 2005, p. 87).

A dissertação de Coelho (2011) analisa a experiência de uma escola privada da Cidade de Salvador (BA) que realiza um trabalho com os estudantes utilizando as tecnologias digitais desde a etapa da alfabetização. Por meio de uma abordagem qualitativa, ela investiga a forma com que os estudantes se apropriam das ferramentas digitais e verifica que eles

Ressignificam seus saberes, a partir do momento que compreendem que o que sabem e o que precisam saber é muito mais do que apenas aprender a ler e escrever. Que é preciso desenvolver novas habilidades e competências para transitar das mais variadas formas possíveis pelos espaços sociais, de forma autônoma, sem ter que solicitar ajuda de terceiros. (COELHO, 2011, p. 114).

Dessa forma, para a pesquisadora, as TDICs ampliam as possibilidades de aprendizagem e transformam o cotidiano das escolas e das salas de aula, tornando o estudante protagonista de seu processo educativo, concordando com Belloni (2010), que afirma que se as tecnologias digitais estão presentes na sociedade moderna, elas devem fazer parte das práticas escolares, pois

A escola pública tem uma missão incontornável em todos os países como o nosso, onde as desigualdades sociais são muito grandes: formar o cidadão de todas as classes sociais também para a leitura e apropriação crítica e criativa de todas as mídias, funcionando desse modo, efetivamente, como dispositivo de democratização do acesso ao saber e não apenas como fator de reprodução das estruturas sociais desiguais. (BELLONI, 2010, p. 165-166).

Nesse sentido, experiências educacionais que incrementam o letramento digital de estudantes da EJA alicerçam as práticas pedagógicas no sentido de proporcionar a eles ampliação da autonomia e senso crítico, favorecendo o desenvolvimento de competências que vão além do aprendizado das letras.

Brito (2012) investigou a presença das tecnologias digitais na educação de jovens e adultos e as relações dos educandos com elas em meio a seus processos de escolarização. A partir de questionários aplicados a estudantes de escolas públicas da região noroeste da Cidade de São Paulo (SP), a pesquisadora verificou que a maior parte dos sujeitos utiliza as tecnologias digitais fora da escola para comunicação, diversão e aprendizagens diversas. Ela aponta que a primeira barreira a ser superada para o uso significativo das tecnologias digitais é o acesso à internet. Para ela,

Políticas de incentivo aos recursos educacionais abertos – que disponibilizem na internet, em formatos e licenças livres, o material didático comprado com dinheiro público – aumenta a possibilidade de os indivíduos acessarem, nas escolas e fora delas, o conhecimento sistematizado e necessário para que se cumpram a escolarização básica e as suas necessidades básicas de aprendizagem. (BRITO, 2012, p. 89).

Para ela, é importante haver uma revisão da legislação sobre o direito autoral, a fim de que seja permitida a reprodução de material com finalidade didática. Por fim, ela propõe o investimento em ações que atendam às expectativas do paradigma de educação ao longo da vida.

1.2 Revisão da literatura

Se estamos falando em “distância”, para início de conversa, fomos ao dicionário (FERREIRA, 2009, p.368) buscar o que melhor define o termo:

Distância: [do latim: *distantia*] s.f. Espaço entre duas coisas ou pessoas, intervalo. 2. Intervalo de tempo entre dois momentos. 3. Lonjura, longitude. 4. Separação, apartamento, afastamento. (...) **A distância:** 1. Um tanto longe. 2. Sem familiaridade.

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009) conceitua o verbete “distância” e a expressão “a distância” relacionando-os à separação e ao afastamento entre coisas e seres. O processo educativo que tradicionalmente conhecemos pressupõe interação presencial entre o educador e o aprendente, sendo que o ensinar e o aprender ocorrem simultaneamente, no mesmo espaço. Isso não ocorre na educação a distância, já que professor e aluno não estão fisicamente próximos, e a mediação da aprendizagem acontece a partir de algum meio de comunicação.

A evolução da EaD acompanha o avanço tecnológico e a difusão dos meios de comunicação, como o correio, o telégrafo, o rádio, a televisão, as redes de computadores, a telefonia móvel, etc.

No que tange à definição da educação a distância, vemos que, a partir dos anos 1970, diversos autores (HOLMBERG, 1977; MOORE, 1973; CROPLEY; KAHL; REBEL, 1983; KEEGAN, 1983 *apud* MOORE; KEARSLEY, 2007) ocuparam-se em conceituá-la. A ausência da presença física do professor junto ao aluno e a mediatização do processo de aprendizagem por meio de dispositivos de comunicação são fatores consensuais àqueles que buscaram definir essa modalidade de ensino. Nas palavras de Moore e Kearsley (2007):

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE; KEASLEY, 2007).

Para esses autores, o estudo da educação a distância é necessariamente uma abordagem sobre ensino e aprendizado, não devendo ser confundida com treinamento e nem com outras formas de educação que se utilizam da tecnologia em suas

metodologias, e apontam que a introdução da educação a distância se deve à necessidade de considerar questões como:

- Acesso crescente a oportunidades de aprendizagem e treinamento;
- Proporcionar oportunidades para atualizar aptidões;
- Melhorar a redução de custos dos recursos educacionais;
- Apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes;
- Melhorar a capacitação do sistema educacional;
- Nivelar desigualdades entre grupos etários;
- Direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos;
- Proporcionar treinamento de emergência para grupos-alvo importantes;
- Aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento;
- Oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar;
- Agregar uma dimensão internacional à experiência educacional. (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 8).

Moore e Kearsley categorizam as formas de interação esperadas em cursos de formação a distância (Apêndice 2), de forma a hierarquizá-las em uma escala, de acordo com a qualidade das trocas entre instrutor e aluno. Critérios como relacionamentos sociais, utilização de recursos de tecnologias, *feedbacks* positivos de alunos e instrutores são utilizados na avaliação do nível de interação de um curso. Destacamos que, na forma classificada como “qualidade reduzida”, há, seguramente, a figura do instrutor que acompanha a aprendizagem do aluno, com comunicação estabelecida entre eles. Em contraste, há a interação de alto nível de qualidade, na qual o instrutor incentiva também a interação aluno-aluno e utiliza bons instrumentos de tecnologia para garantir a possibilidade de trabalhos cooperativos.

No que concerne à história dessa forma de ensino, o primeiro registro conhecido do que se compreende por Educação a Distância é o ensino por correspondência, com o anúncio de aulas por correspondência publicado na Gazette de Boston (EUA), em 20 de março de 1728. Já no século XIX, surgiram na Grã-Bretanha cursos como taquigrafia, contabilidade e preparatórios para concursos públicos, todos também por meio de correspondência. A partir do século XX, com a necessidade de capacitação rápida de recrutas para a Segunda Guerra Mundial, várias experiências de ensino a distância

foram registradas, inclusive a partir de novas metodologias e meios de comunicação, como o telégrafo e o rádio, por exemplo.

Ao traçar a história da EaD no mundo, Nunes (2009) pontua que os primeiros modelos se desenvolvem simultaneamente em diversos lugares na década de 1970, porém a experiência mais exitosa ocorre na Inglaterra com a Universidade Aberta, que passa a ser referência mundial.

Alves (2009) apresenta um panorama do início da EaD no Brasil, apontando que, antes mesmo dos anos 1900, já havia registros de cursos profissionalizantes por correspondência, porém a história de êxito se inicia com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro⁵, em 1923, com a proposta educação popular, difundindo cursos por todo o Brasil.

Em 1939, o então Presidente da República Getúlio Vargas cria o Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda, por meio do Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939, e em seu artigo 7º destaca a preocupação com a qualificação rápida da população e a importância da radiodifusão, cuja incumbência seria:

[...] levar através da rádio, às aglomerações que se acham situadas em zonas afastadas dos centros irradiadores de cultura do país, elementos capazes de aumentar o contingente de conhecimentos práticos necessários a uma evolução rápida, obedecendo às seguintes condições: 1) programas que facilitem a divulgação de modo prático e atraente, das conquistas do homem em todos os ramos de suas atividades; 2) esses programas, a cargo de técnicos, compreenderão um serviço de consultas destinadas a cooperar na resolução de problemas que enfrenta diariamente o homem do interior; 3) entre outros assuntos, deverá tratar dos seguintes: agricultura, pecuária, indústria, comércio, higiene, puericultura, viação, mecânica, direito, odontologia, química, física, pesca, esportes, ciências domésticas, navegação, história do Brasil, literatura brasileira, línguas, rádio, história das artes, eletricidade e ofícios diversos; 4) essas matérias serão transmitidas em forma de cursos práticos ao alcance popular. (BRASIL, 1939 *apud* RODRIGUES; RUFINONI, 2006).

Diversos estudos sobre os movimentos de educação e cultura popular do final dos 1950 e início da década de 1960 se dedicaram a historiar as escolas radiofônicas mantidas pela Igreja Católica, especialmente no meio rural nordestino, enquanto outros

⁵ Radio de difusão nacional, idealizada pelo antropólogo Edgar Roquete-Pinto, foi doada ao Governo Federal em 1936, passando a se chamar Rádio MEC, como é denominada até hoje. <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/266.pdf> . Acesso em: 15 dez. 2019.

analisaram o papel desempenhado pelo rádio educativo, em especial o Projeto Minerva, no período do regime militar (FÁVERO, 2006).

O início da década de 1960 foi marcada por movimentos expressivos de cultura e educação popular, como o Movimento de Cultura Popular, em Recife; a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, em Natal; e as experiências de alfabetização com o método de Paulo Freire, em Angicos e Natal. É neste contexto que o Movimento de Educação de Base (MEB) é criado em 1961 pela Igreja Católica, a fim de desenvolver um programa de educação de base, empregando, dentre outros meios, as escolas radiofônicas. Os cursos por meio do rádio contavam com a monitoria de pessoas da comunidade (exigia-se delas apenas que fossem alfabetizadas) que prestavam auxílio aos ouvintes. Fávero (2006) descreve:

O programa e o método de alfabetização, assim como os procedimentos relativos à monitoria (manejo do rádio, debates com alunos) e ao relacionamento com a comunidade (reuniões, debates), eram desenvolvidos de maneira extremamente prática aproveitavam-se as emissões no momento em que eram feitas ou então através de gravações, no que designa hoje como “mini aulas”. Por outro lado, as situações reais eram frequentemente vivenciadas através da dramatização – uma das técnicas mais utilizadas tanto na programação radiofônica quanto nos treinamentos, para provocar o debate. (FAVERO, 2006, p. 140).

Nos anos 1970 e 1980, cursos por meio de rádio, TV e correspondência já atraíam a população em busca de escolarização, qualificação profissional e preparação para os “exames supletivos”, como passaram a ser nomeados os exames de madureza a partir da Lei nº 5.692, de 1971, de Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, que previa a preparação dos candidatos por meios a distância. Niskier (1999) reforça a função de “suprir” defasagens escolares por meio do rádio:

A utilização do rádio, para atingir o homem, onde ele estivesse, ajudando-o a desenvolver suas próprias potencialidades, tanto como ser humano quanto cidadão participativo e inteligente de uma grande sociedade era a grande meta. Através da função de **suplência** o ensino supletivo **supria** e **supre** a escolaridade daqueles que não fizeram seus estudos regulares na idade própria. (NISKIER, 1999, p. 216, grifo do autor).

Haddad (1987) aponta para a falta de autodidaxia do público dos exames supletivos e apresenta a pesquisa de Velloso *et al.* (1977) acerca da tele-educação como meio de preparação aos exames:

[...] uma das grandes vantagens do ensino por rádio ou televisão consistiria na redução dos custos unitários de ensino [...] ao se estudar a viabilidade de projetos deste tipo, a expectativa de uma audiência pequena em geral não justificaria as despesas de instalação, e de funcionamento, considerando-se os custos e a eficácia relativa do empreendimento (VELLOSO *et al.*, 1977, p. 117-118 *apud* HADDAD, 1987, p. 45).

A televisão também desempenhou um papel importante para a instrução de jovens e adultos no Brasil. Na década de 1990, vimos as iniciativas da Fundação Roberto Marinho, que promoveu diversos telecurtos e certificou um grande número de pessoas. Posteriormente, o uso do computador e o acesso à internet favoreceu a expansão da EaD. O papel da tecnologia é fundamental para a efetivação da educação a distância. No entanto, dado o fato de o acesso ao computador e as redes de acesso à internet não estarem universalizados, as propostas de cursos de formação na modalidade EaD podem resultar excludentes. Nesse sentido, afirma Pretto (2003):

[...] é preciso estar atento para o fato de que, ao pensarmos nessas tecnologias como potencialmente redutoras das distâncias, temos que ter sempre em mente que se isso não acontecer amplamente, podemos estar iniciando, mais uma vez, um perverso mecanismo de aumento da exclusão daqueles que já são excluídos socialmente em termos das condições mínimas de sobrevivência. (PRETTO, 2003 p. 36).

Silveira (2001) historia o surgimento das tecnologias de informação, apresentando o uso do computador como instrumento vital da revolução, já que, na sociedade atual, os processos de comunicação são feitos fundamentalmente por meio dele. O autor aponta que a informatização penetrou na sociedade tal como a luz elétrica na 2ª Guerra Mundial. No entanto, no início dos anos 2000, o acesso à internet ainda era uma atividade bastante cara, o que resultou em um analfabetismo digital.

O autor afirma que há a necessidade do estabelecimento de uma política de inclusão digital, que deve estar aliada ao desenvolvimento e à solidificação dos segmentos nacionais de tecnologias da informação, de forma que a saída seria a informatização completa das escolas. Para ele:

A política educacional deve ser formulada para absorver e utilizar as tecnologias intelectuais que amplificaram a inteligência humana e suas funções cognitivas. A memória foi ampliada pelos bancos de dados, pelos documentos em hipermídia e pelos arquivos digitais. A imaginação teve nas tecnologias de simulação um enorme avanço. O raciocínio pode atingir complexidade inimaginável nos modelos

matemáticos estocásticos e nos mecanismos de inteligência artificial. (SILVEIRA, 2001, p. 28)3.

Nesse sentido, é importante que a educação a distância seja pensada dentro de um contexto mais amplo da política educacional e de comunicação brasileira:

Em síntese, o que se pretende firmar desde o início é que o ensino a distância é parte de um todo, do qual não pode ser isolado. Necessariamente ele deverá sempre ser considerado no contexto da educação, assim como esta não pode ser tratada separadamente do contexto histórico-social em que se realiza. (LOBO NETO, 2001, p. 60).

Por outro lado, a educação a distância pode significar que um maior contingente de sujeitos está acessando com mais facilidade melhores alternativas de aprendizado do que em outros tempos. Em termos gerais, oportuniza diversas possibilidades de formação para um grande número de pessoas, principalmente para aluno trabalhador ou aquele que, por vários motivos, não consegue ou não deseja frequentar um curso presencial.

As tecnologias não são boas (ou más) em si, podem trazer grandes contribuições para a educação, se forem usadas adequadamente, ou apenas fornecer um revestimento moderno a um ensino antigo e inadequado. É essencial, porém, que tenhamos consciência de que sua integração à educação já não é uma opção: estas tecnologias já estão no mundo, transformando todas as dimensões da vida social e econômica. (BELLONI, 1998, p. 104).

Em todos os autores estudados (BELLONI, 2009; FERNANDES, 2005; KENSKI, 2003; MATTAR, 2012; SILVA, 2000), vimos que existe consenso de que haja uma distinção entre o que sejam consideradas boas práticas de educação a distância e o que sejam meras formas de certificações em massa. E, por existirem ofertas de cursos que contrariam tanto os postulados teóricos quanto a legislação vigente, ainda há um preconceito para com a modalidade. Litwin (2010) pontua que existe um preconceito muito grande no que se refere à EaD, pois existe o temor de que sejam propostas de baixa qualidade e baixo custo, o que não deve ocorrer quando há compromisso com a educação: “Em todos os casos, as boas propostas de educação a distância nunca implicaram o barateamento dos custos, mas, fundamentalmente, o compromisso do país ou da região com a educação pública” (LITWIN, 2001, p. 20).

Ainda sobre propostas de educação a distância bem planejadas e executadas, a mesma autora pontua:

O desafio permanente da educação a distância consiste em não perder de vista o sentido político original da oferta, em verificar se os suportes tecnológicos utilizados são os mais adequados para o desenvolvimento dos conteúdos, em identificar a proposta de ensino e a concepção de aprendizagem subjacente e em analisar de que maneira os desafios da “distância” são tratados entre alunos e docentes e entre os próprios alunos. (LITWIN, 2001, p. 21).

A literatura que baliza a educação a distância é vasta e percorre as diferentes gerações pelas quais passou a modalidade, bem como aborda seus vários campos de estudo. Dentre as principais produções, localizamos a obra organizada por Litto e Formiga (2009), que realiza um estado da arte acerca do tema, abordando o histórico da EaD e explorando múltiplas questões que permeiam a modalidade, como: *e-learning*, *m-learning*, *blended learning*, teorias pedagógicas fundamentais, avaliação da aprendizagem, educação básica e formação de professores, educação corporativa, universidades abertas, dados estatísticos. Para nosso trabalho, priorizaremos as produções que trataram o tema de forma mais conceitual.

Litto (2010) compreende que as formas de aprendizagem estão em constante transformação e que os indivíduos deverão se apropriar destas novas formas:

Aprender como aprender será a habilidade mais importante a ser adquirida por todas as pessoas no futuro. Aprender, nesse sentido, não significa saber identificar problemas, mas achar informação apropriada para a solução do problema em mãos, tirar conclusões adequadas, e comunicar a terceiros, com clareza, os resultados da tarefa, fazendo isso novamente várias vezes ao dia. (LITTO, 2010, p. 23).

Essas novas formas de se apropriar do conhecimento estão baseadas na autonomia do aprendente, como bem esclarece Belloni (2009):

Por **aprendizagem autônoma** entende-se um processo de ensino e aprendizagem **centrado no aprendente**, cujas experiências são aproveitadas como recurso, e no qual o **professor deve assumir-se como recurso do aprendente**, considerado como um ser autônomo, gestor de seu processo de aprendizagem, capaz de autogerir e auto regular este processo. (BELLONI, 2009, p. 40, grifo da autora).

Silvia Coiçaud (2001) pondera que são os sistemas simbólicos de cultura que possibilitam aos indivíduos irem à busca de significados para o conhecimento e a

comunicação. A partir disso, considera que “a educação a distância constitui uma modalidade que permite organizar ferramentas culturais poderosas em contextos cada vez mais amplos de interação social” (p. 64).

A mediação da aprendizagem e a interatividade entre os participantes do processo constituem-se hoje como desafios da educação a distância, que são proporcionar um processo educativo que vá além da transmissão de informação e ofereça condições para que o aprendente seja protagonista de seu processo de aprendizagem a partir do conteúdo transmitido. Já sob o ponto de vista da educação a distância, Belloni afirma que a mediatização didática significa:

[...] definir as formas de apresentação de conteúdos didáticos, previamente selecionados e elaborados [...], conceber metodologias de ensino e estratégias de utilização de materiais de ensino/aprendizagem que potencializem ao máximo as possibilidades de aprendizagem autônoma. (BELLONI, 2009, p. 64).

Em um contexto de análise de formação de professores na modalidade a distância, Gatti e Barreto apontam que a tutoria é um aspecto que tem sido considerado bastante vulnerável nas experiências em EaD e afirmam:

É certo que os técnicos em EAD são necessários para tornar o sistema operacional e adequado às especificidades do ensino a distância. Entretanto não há indícios de especial atenção à articulação dos docentes no âmbito das próprias licenciaturas para a elaboração e implementação do projeto pedagógico, produção e revisão sistemática do material didático e acompanhamento dos tutores e alunos. Um núcleo de EAD não pode se reduzir a uma equipe mínima de operadores, mesmo que estes sejam professores inclusive, pois é necessário um envolvimento mais coletivo dos docentes para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem e equacionar as dificuldades que aparecem. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 114-115).

Ao estudar a teoria acerca da educação a distância, vemos que não há processo de ensino-aprendizagem nessa modalidade que não envolva formas de mediação e interatividade entre os sujeitos, podendo ser consideradas de grande, média ou baixa qualidade.

É a partir desses postulados que iniciamos nossos estudos sobre o Programa EJA Online, que, ao longo de seu terceiro ano de existência, ainda não conseguiu ofertar a seus cursistas qualquer tipo de possibilidade de interação com professores tutores para

esclarecer dúvidas que, eventualmente, surjam a partir do acesso ao conteúdo disponibilizado.

1.3 Aspectos legais

A legislação que regulamenta a EaD no Brasil está em constante transformação. Ao longo dos anos, houve sucessivas publicações, dentre leis, decretos, pareceres e resoluções. Começamos, entretanto, pelo direito à educação, que está assegurado, primeiramente, pela Constituição Federal promulgada em 1988, e a ela está subordinada toda a legislação do campo educacional. Em seu artigo 205, a Carta Magna fundamenta:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Não existe, no texto constitucional, qualquer referência direta à educação a distância, no entanto, pode-se inferir que todos têm direito à educação, devendo o Estado ofertá-la de forma a garantir acesso e permanência.

Formalmente, a Educação a Distância é compreendida no Brasil como uma modalidade integrante dos sistemas brasileiros de ensino, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. As disposições transitórias do texto legal, no inciso II do parágrafo terceiro do artigo 87 delega a estados e municípios (e a União, supletivamente) a promoção de cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados. Na sequência, o texto autoriza a formação continuada de professores por meio desta modalidade de ensino.

São medidas que visam, por exemplo, atender a demandas, como reduzir custos educacionais, nivelar desigualdades entre grupos etários e proporcionar conciliação entre estudo e trabalho (MOORE; KEARSLEY, 2007).

A definição mais recente do termo encontra-se no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, sendo a legislação mais atual que regulamenta a EaD, considerando-a como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal

qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

É na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que a Educação a Distância aparece de forma explícita. No que diz respeito ao Ensino Fundamental, o quarto parágrafo do artigo 32 considera as especificidades desta etapa de escolarização e prevê o ensino a distância apenas para complementação de aprendizagem e casos emergenciais: “§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”.

Documentos oficiais relacionam a trajetória dessa modalidade de ensino à necessidade de ampliação da oferta de oportunidades educacionais, especialmente para as classes sociais menos favorecidas, que, por várias razões, encontraram barreiras para o acesso às formas presenciais de educação.

No que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, o artigo 37 não apresenta a EaD como possibilidade de oferta. No entanto, quando o texto legal aponta que os sistemas de ensino levarão em consideração as características do alunado, podemos compreender que a modalidade a distância faz parte das formas oficiais de se ofertar cursos de EJA.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

O artigo 47 faz menção à EaD no que diz respeito à frequência dos alunos no Ensino Superior:

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

É no artigo 80 que vemos a garantia do Governo Federal em promover a educação a distância, incentivando-a em todas as etapas de ensino.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (regulamentado pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (regulamentado pelo Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, 1996)

Em 1998, foi publicado o Decreto nº 2.494/1998, que traz a educação a distância como forma de ensino, não como modalidade. Para Lobo Neto (2006), essa diferenciação nos termos contempla melhor o campo metodológico, pois a normativa brasileira utiliza modalidade para caracterizar especificidades de ensino levando em consideração público e objetivos.

Tal Decreto foi precedido pelo Parecer nº15/97, que trata da consulta sobre Ensino Fundamental e Médio na modalidade a distância para a Educação de Jovens e Adultos (a terminologia utilizada pelo documento é “supletivo”). Os cursos dessa

natureza, até então, possuíam autorização dos conselhos estaduais de educação, de acordo com a antiga LDB, Lei nº 5.692/71.

O Parecer, compreendendo ser o ano de 1997 como de transição para implementação da nova LDB, aconselha que os cursos previamente aprovados continuem com o atendimento, e o voto do relator ocorre no sentido de incentivar a modalidade a distância, compreendendo-a como possibilitadora de oportunidades educacionais. Oportunidades essas que estariam ligadas principalmente ao acesso aos sistemas de ensino, não aparecendo menção à permanência dos estudantes, e considera que, em resposta às profundas carências educacionais, “a educação a distância pode proporcionar oportunidades educacionais supletivas a elevados contingentes de jovens e adultos trabalhadores que não alcançaram a escolarização regular na idade própria.” (p.3).

O Decreto nº 2.494/1998 aponta ainda a necessidade de que haja o estabelecimento de regras por parte do Poder Público que reflitam em políticas para a educação a distância asseguradas por padrões mínimos de qualidade. Outro aspecto relevante do Parecer é a observação da nomenclatura a ser utilizada e chama a atenção para termos como educação semi-indireta, semipresencial, indireta como “eufemismos geradores de confusão” e que um curso, em “sua identidade institucional, ou é presencial ou a distância, nada mais” (p.4).

O referido documento também delegou a competência pela EaD aos sistemas de ensino, de que trata o artigo 8º da LDB, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 2º Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências a serem estabelecidas em ato próprio, expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (BRASIL, 1998).

O Parecer CEB nº 41/2002, relatado por Sylvia Figueiredo Gouvêa, proprietária de escola privada, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio. O documento coloca a tecnologia da educação como uma nova

revolução industrial, de forma que ela contribuiria para a eliminação da exclusão educacional, considerando que as desigualdades da vida escolar estariam relacionadas ao sistema tradicional do ensino brasileiro.

O relatório interpreta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional inova ao prever a educação a distância, pois esta possibilitaria a ampliação de oportunidades educacionais dentro de todos os níveis de ensino. Ainda, compreende que uma parcela dessa modalidade seria a população desempregada que buscaria aperfeiçoar-se de maneira mais “acessível”, assim como indivíduos que não tiveram acesso à escola na idade própria, de forma a proceder com uma histórica reparação social, como já apontado no Parecer CNE/CEB nº 11/2000.

O resgate histórico da EaD apresentado mostra como cursos realizados por meio dos correios, do rádio e da TV serviram como molas propulsoras para a ampliação do número de instituições que ofereciam qualificação a partir de novas tecnologias, que, em princípio, atuaram como forma suplementar ao convencional. Dentre os usos da mídia educativa, o documento apresenta a necessidade de atingir um maior número de pessoas e argumenta:

Em nações pobres, (a EAD) tornou-se a única maneira de fazer a educação acessível a grandes parcelas da população. O equipamento e a infraestrutura para esse tipo de educação foram se tornando mais baratos, mais confiáveis e disponíveis de modo geral. (BRASIL, 2000, p. 3).

A constatação de que o acesso à internet e às tecnologias digitais não esteja universalizado explicita que:

[...] os governos e a sociedade como um todo devem estar muito atentos ao fato, indesejável, da educação a distância vir a se constituir numa nova forma de discriminação e de alijamento de parte da população mundial a uma educação equânime. (BRASIL, 2000, p. 5).

O Parecer definiu conceitos básicos como tele-educação, educação continuada, educação aberta, à distância, virtual e presencialidade. A presencialidade na educação presencial consiste no contato sensorial físico, quando os alunos frequentam a mesma sala de aula, tendo sua presença computada. Já a presencialidade na educação a distância é o fator obrigatório estabelecido pelo Decreto nº 2.494/1998 “para fins de promoção, certificação ou diplomação” (art. 7º). A interação, nessa modalidade, pode ocorrer sem que os protagonistas estejam fisicamente juntos, sendo mediados, então,

por aparatos de comunicação. A esse respeito, o relatório pondera que a autoaprendizagem propiciada por meios de comunicação na educação a distância “não ocorre sem o compromisso de acompanhamento ou desempenho do aluno por parte do professor que planeja e elabora a situação de ensino”. (BRASIL, 2000, p. 12)

Por fim, o relatório detalha as normas para implementação da modalidade de ensino a distância na educação básica de jovens e adultos e no Ensino Médio, que está prevista pelo artigo 4º da LDB, que garante a oferta de educação regular a jovens e adultos, contemplando características e modalidades adequadas às suas necessidades e possibilidades.

Dessa maneira, no entendimento dos conselheiros, a educação a distância se mostra como opção àqueles que não se escolarizaram na idade própria. Observadas as condições para estabelecimento do currículo e todas as questões que regulamentam a educação de jovens e adultos e o Ensino Médio, a oferta na modalidade a distância deverá ser efetivada por instituições habilitadas pelos sistemas de ensino, que, por sua vez, deverão ser credenciadas pela União, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, conforme previsto no artigo 80 da LDB.

O relatório foi aprovado unanimemente na Câmara de Educação Básica, em 02 de dezembro de 2002, tendo sido a sessão presidida pelo conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury.

A regulamentação do artigo 80 da LDB, dada pelo Decreto nº 5.622/2005, trata das competências do Ministério da Educação no que tange à concepção da Educação a Distância, bem como a forma de oferta e os processos de credenciamento de instituições de cursos de nível superior. No caso da Educação de Jovens e Adultos, a competência fica a cargo dos estados e Distrito Federal:

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de: I- educação de jovens e adultos; II - educação especial; e III - educação profissional. (BRASIL, 2017).

Ainda com relação à Educação de Jovens e Adultos, temos:

Art. 18. Os cursos e programas de educação a distância criados somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 19. A matrícula em cursos a distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 2005).

Os casos de complementação de aprendizagem e situações de emergência previstos no artigo 32 da LDB, que assegura a EaD para a educação básica, também são regulamentados por este Decreto:

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, exclusivamente para:

I - a complementação de aprendizagem; ou

II - em situações emergenciais.

Parágrafo único. A oferta de educação básica nos termos do caput contemplará a situação de cidadãos que:

I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;

II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;

III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;

IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;

V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou

VI - estejam em situação de cárcere. (BRASIL, 2005).

Em relação à certificação da educação básica, o Decreto estabelece:

Art. 31 Os cursos a distância para a educação básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no ensino fundamental e um ano e meio no ensino médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

§ 1º Os exames citados no caput serão realizados pelo órgão executivo do respectivo sistema de ensino ou por instituições por ele credenciadas.

§ 2º Poderão ser credenciadas para realizar os exames de que trata este artigo instituições que tenham competência reconhecida em avaliação

de aprendizagem e não estejam sob sindicância ou respondendo a processo administrativo ou judicial, nem tenham, no mesmo período, estudantes inscritos nos exames de certificação citados no caput. (BRASIL, 2005).

A modalidade foi, ao longo dos anos, regulamentada por meio de decretos e portarias que procederam com orientações e normas para que os sistemas de ensino pudessem organizar a oferta de cursos instituídos nesta modalidade de ensino, conforme podemos observar na síntese constante no Quadro 3:

Quadro 3: Síntese da legislação que regulamentou a EaD no Brasil

Portaria MEC 4.059/2004	Autoriza as Instituições de Ensino Superior (IES) a ofertarem em seu currículo disciplinas na modalidade semipresencial.
Decreto 5.622/2005	Regulamenta o artigo 80 da LDB e institui orientações gerais para a educação a distância, como metodologias, avaliação do aluno, credenciamento da instituição, dentre outras.
Decreto 5.773/2006	Regulamenta as IES e cursos de sistema federal de ensino, bem como o credenciamento de entidades.
Portaria MEC 873/2006	Autoriza, em caráter experimental, a oferta de cursos superiores a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior.
Resolução CNE/CEB 1/2016	Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
Decreto 6.303/2017	Realiza adequações dos decretos anteriores, inclui novas regras às instituições de ensino presencial e altera o processo de credenciamento de <i>campi</i> que estão fora da sede de origem dos cursos.
Decreto 9.057/2017	Atualiza as diretrizes para a EaD no Brasil e define a oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu. O decreto regulamenta, ainda, a oferta de cursos a distância para o Ensino Médio e para a educação profissional de nível médio.
Lei 13.415/2017	Reforma do Ensino Médio: autoriza a oferta de uma porcentagem do ensino na modalidade a distância na forma: 20% no Ensino Médio diurno, 30% no Ensino Médio noturno e 80% na EJA.

Fonte: Elaboração própria

Conforme a legislação, portanto, a educação a distância para a EJA continua sendo uma opção para os formuladores das políticas públicas, o que foi reforçado pela

Resolução MEC nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e autoriza até 80% de sua oferta na EJA a distância.

§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico - digital ou não - e pedagógico apropriado. (BRASIL, 2018).

Estamos, então, diante de uma ambiguidade do marco legal educacional brasileiro. Ao passo que a Lei de Diretrizes e Bases estabelece que a educação a distância só deve ser oferecida em cursos de educação básica sob condições emergenciais, a normatização posterior, de caráter mais liberal, tem fomentado a modalidade sob o discurso da democratização das condições de acesso à educação.

Capítulo 2: A EJA na etapa do Ensino Médio a distância no Estado de São Paulo

Este capítulo apresenta a trajetória do Centro Paula Souza na concepção e implementação de uma proposta de oferta de Ensino Médio (EM) para EJA na modalidade a distância, situando a iniciativa no contexto das políticas educacionais para essa modalidade e etapa de ensino no Estado de São Paulo. A EJA ganha espaço na instituição, mediante a oferta de cursos de Ensino Médio integrado à educação profissional na modalidade presencial. Mais recentemente, em 2016, surge a proposta de oferecer o EM para EJA de forma exclusivamente a distância, o Programa EJA Online, nosso objeto de estudo.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos e o Estado de São Paulo: oferta pública

O percurso histórico da trajetória da implementação das políticas públicas nacionais e estaduais na EJA já foi exaustivamente descrito na literatura que teoriza a modalidade, de forma que mencionaremos neste capítulo apenas a literatura recente que analisou as políticas públicas atuais no Estado de São Paulo, lembrando que tais políticas privilegiam a educação escolar, não abarcando todo o espectro da Educação de Jovens e Adultos tal como conceitualizada por Maria Clara Di Pierro:

[...] conjunto amplo e diverso de processos de formação relacionados ao desenvolvimento da personalidade, à reorientação de valores e comportamentos, à aquisição e ampliação ao longo da vida de conhecimentos básicos, qualificações profissionais ou habilidades socioculturais, visando satisfazer as necessidades de aprendizagem dos indivíduos considerados jovens e adultos pela sociedade a que pertencem. Alguns desses processos se desenvolvem em instituições educativas especializadas, outros têm lugar fora dos ambientes escolares, nas famílias e comunidades, nos locais de trabalho e de convivência sociocultural, nas organizações e movimentos sociais e políticos, e também pelos meios de informação e comunicação. Essa definição abrangente da educação de jovens e adultos delimita um vasto campo de ação e reflexão com fronteiras fluidas e intersecções com as concepções e práticas da educação popular e da pedagogia social. (DI PIERRO, 2010).

Em São Paulo, a Rede Estadual é a principal provedora da EJA, responsável, em 2015, por 57% do total de matrículas da educação básica na modalidade, sobretudo devido a sua elevada participação na oferta de Ensino Médio (DI PIERRO *et al.*, 2017,

p. 21). A Tabela 3 apresenta a síntese da oferta pública presencial e semipresencial de EJA no Estado de São Paulo, de acordo com o Censo Escolar de 2017:

Tabela 3: Síntese da oferta pública de Ensino Médio para EJA -2017

Rede de ensino	Modalidade	Quantidade de escolas	Quantidade de matrículas	%
Municipal	Presencial	32	5.787	2,4
	Semipresencial	4	5.909	2,4
Estadual	Regular	1.140	172.721	71,2
	Semipresencial	31	55.630	23,1
	Profissionalizante	6	168	0
Federal	Regular	1	62	0
	Profissionalizante	3	185	0
Total		1.217	240.462	100,0

Fonte: Censo Escolar 2017. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/downloads.asp> (elaboração e cálculos da autora). Acesso em 28 dez. 2019

Os dados confirmam o cumprimento parcial da legislação, que responsabiliza as redes estaduais de ensino pela oferta de Ensino Médio. No caso de São Paulo, a oferta estadual corresponde a 95% do total de matrículas computadas nas redes públicas de ensino. Contudo, não deixa de ser surpreendente que uma parcela expressiva da oferta de EM (tanto de forma presencial quanto semipresencial) seja realizada pelas redes municipais, conforme as Tabelas 4 e 5:

Tabela 4: Oferta de Ensino Médio EJA (modalidade presencial) em escolas municipais no Estado de São Paulo - 2017

Município	Quantidade de matrículas	Município	Quantidade de matrículas
Aguai	168	Barra Bonita	172
Barretos	168	Botucatu	177
Cândido Mota	137	Cardoso	35
Franca	850	Igarapu do Tietê	121
Itu	988	Mauá	627
Nhandeara	14	Palmeira D'Oeste	45
Paulínia	392	Pirajuí	103
Praia Grande	520	Presidente Epitácio	113
Santana do Parnaíba	469	São Caetano do Sul	198
Taiúva	25	Vinhedo	353
Total de matrículas		5.787	

Fonte: Censo Escolar 2017. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/downloads.asp> (elaboração própria). Acesso em: 28 dez. 2019

Tabela 5: Oferta de Ensino Médio EJA (modalidade semipresencial) em escolas municipais no Estado de São Paulo

Município	Quantidade de matrículas	Município	Quantidade de matrículas
Franca	1.439	Jundiaí	1.617
São Vicente	2.853		
Total de matrículas		5.909	

Fonte: Censo Escolar 2017. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/downloads.asp> (elaboração própria). Acesso em: 28 dez. 2019

Embora não se trate de uma política educacional do governo do Estado de São Paulo, é importante destacar que dentre os 12 municípios que oferecem Ensino Médio para jovens e adultos, oito⁶ deles o fazem por meio de centros exclusivos de EJA, que são instituições que ofertam apenas essa modalidade de ensino, considerada suficientemente adequada pelo estudo de Di Pierro *et al.*, que avaliam positivamente essa forma de oferta de EJA:

As evidências empíricas colhidas corroboram a literatura, que indica que as escolas exclusivas da modalidade possuem maior autonomia para flexibilizar os tempos e os espaços escolares e acomodar a diversidade de condições de estudo dos educandos jovens e adultos. Jornadas escolares relativamente curtas, modularização do currículo e aceleração da certificação, integração da formação geral e profissional

⁶ Botucatu, Franca, Itu, Jundiaí, Mauá, Presidente Epitácio, São Vicente e Vinhedo.

foram as estratégias adotadas para mobilizar a demanda e estimular a permanência, fazendo frente à intermitência que caracteriza o vínculo que jovens, adultos e idosos mantêm com as escolas, expresso nas elevadas taxas de abandono escolar. As instalações escolares devidamente equipadas e bem conservadas, o trabalho coletivo de equipes pedagógicas relativamente coesas e estáveis (garantido por condições de trabalho adequadas e jornadas que incluem reuniões periódicas), a assistência aos estudantes com alimentação e material didático gratuitos e transporte subsidiado, a acessibilidade e o atendimento especializado às pessoas com deficiência, e uma relação dialógica entre professores e estudantes emergem também como fatores que tornam esses centros mais atrativos e que contribuem para a permanência dos estudantes. (DI PIERRO *et al.*, 2017).

A Rede Estadual também conta com esses centros e totaliza 55.630 matrículas de Ensino Médio em diversos municípios do estado, representando 32,20% das matrículas dessa etapa de ensino para a EJA, dentre as 172.721 das matrículas totais, distribuídas entre 1.143 unidades escolares que oferecem o EM EJA, de acordo com o Censo Escolar 2017, divulgado pela Secretaria Estadual de Educação.

Ainda com relação à oferta de Ensino Médio para jovens e adultos no Estado de São Paulo, destacamos também a pequena participação do Centro Paula Souza na oferta de EJA no Ensino Médio paulista. São seis Escolas Técnicas (ETECs) que ofertam o EM de forma integrada à educação profissionalizante, sendo cinco delas na capital paulista e duas no interior de São Paulo, nas Cidades de Jundiaí e Lins, com reduzido número de turmas e estudantes matriculados.

O estudo das políticas educacionais paulistas para a EJA está presente na dissertação de mestrado de Vieira (2011). Para ela, a Rede Estadual de São Paulo dispõe de uma histórica tradição inovadora e de um padrão de atendimento tido como parâmetro para outras redes por ter contado com boas condições de estrutura predial, de organização administrativa e de formação inicial e continuada de professores, dada a relevância econômica do Estado.

No entanto, a pesquisadora aponta que a Rede Estadual de São Paulo assiste a uma condição de deterioração das políticas educacionais que também incide sobre a oferta da Educação de Jovens e Adultos, em um Estado em que a demanda potencial por essa modalidade de ensino é elevada. Ou seja, o Estado mais rico do país apresenta ainda grande desigualdade de acesso aos direitos sociais mais básicos.

Nesse caso, uma ação coordenada entre União e Governo Estadual para a formulação de políticas públicas que enfrentassem esse contexto teria sido necessária, na compreensão de Vieira, o que não ocorreu tanto pela marginalidade na qual se encontra a EJA, quanto pela intensa disputa partidária envolvendo as duas instâncias. Ela aponta:

Durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores, a atuação em regime de colaboração pode ser percebida nesse campo das políticas educacionais principalmente pelo recebimento no estado de recursos provenientes de transferências automáticas realizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do MEC. Da mesma forma, seria possível que a criação do FUNDEB repercutiu positivamente no financiamento da modalidade também em São Paulo. No entanto, não houve adesão do governo estadual a muitos dos programas elaborados pelo governo federal, muito provavelmente pela recusa em associar as políticas educacionais dos dois partidos. (VIEIRA, 2018, p. 101).

Dentre as ações propostas pelo Governo Federal e ignoradas pelo Estado de São Paulo estão os Programas Brasil Alfabetizado, Projovem e a Agenda de Desenvolvimento Territorial para a EJA, que teve como objetivo firmar um pacto social para o estabelecimento de uma agenda de compromissos e metas dos estados para a EJA, visando à superação da baixa escolaridade da população. A literatura (CARVALHO, 2006; DI PIERRO *et al.*, 2017; VIEIRA, 2011; dentre outros) assinala que, ao mesmo tempo em que o Estado de São Paulo não aderiu a tais programas, os governos do Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), que se encontra no poder há 30 anos, formularam ações insuficientes para a EJA.

2.2 Ensino Médio no Estado de São Paulo: breve contextualização

A proposta de oferecer Ensino Médio para EJA em um formato de educação aberta e de forma totalmente autoinstrucional, idealizada pelo Centro Paula Souza, está inserida dentro de uma política estadual para ampliação do número de estudantes certificados nesta etapa de ensino. Nesta seção, realizamos uma breve contextualização acerca das políticas públicas para oferta do EM no Estado de São Paulo.

Corti (2015), em sua tese de doutoramento, historia a trajetória da oferta do EM ante as políticas educacionais paulistas no período de 1991 a 2003. Ela relata o processo

de democratização do antigo ensino secundário, que é datado em meados dos anos 1940, ganhando novo impulso entre as décadas de 1970 a 1980.

A massificação chegou nos anos 1990, quando políticas educacionais assumem forte protagonismo e a municipalização do Ensino Fundamental criou espaço para a ampliação da oferta do EM pelas unidades federativas. No entanto, o período – sob vigência do Fundef - assistiu a um baixo financiamento nessa etapa de ensino, uma vez que o Fundeb foi criado apenas em 2006.

No ano de 1995, ocorreu a reorganização da rede, separando o Ciclo I do Ciclo II e Ensino Médio, com a ideia de racionalizar o uso dos equipamentos e recursos humanos, otimizando a composição de jornada dos professores. Os argumentos pedagógicos não foram convincentes aos atores do processo. Para Adrião:

Antes que uma medida de caráter pedagógico, como foi vinculado pela SEE, a reorganização das escolas visava à diminuição de gastos e desperdícios do sistema, expressa em um hipotético excessivo número de professores e de salas. Dividiram-se as escolas e os níveis de ensino; quebrou-se, ao meio, a escola de oito anos e pulverizou-se, pelo interior do estado, uma infinidade de arranjos institucionais para garantir a oferta, pelos municípios do ensino fundamental. (ADRIÃO, 2008, p. 94, *apud* CORTI, 2015, p. 97).

Nas palavras de Corti:

Para os pesquisadores e grupos da sociedade civil organizada, o saldo da reorganização foi negativo, gerando problemas como dificuldades no deslocamento das crianças e adolescentes para a escola, pois em muitos casos ela ficou mais distante do local de moradia; criação de despesas extras com transporte, muitas vezes inviáveis para as famílias mais pobres; separação das escolas frequentadas por irmãos, em que geralmente os mais velhos conduziam os mais novos; recrudescimento da violência nas unidades escolares de 5ª à 8ª e Ensino Médio. (CORTI, 2015, p. 101).

A legislação brasileira propôs mudanças para o EM ao longo dos anos. Uma das medidas foi a aprovação, em 1998, da reforma do Ensino Médio, que visava à formação de um trabalhador polivalente, a partir de um currículo que trazia a ideia de diversificação, flexibilização e desenvolvimento de competências, conceitos estes associados ao pensamento neoliberal.

O Decreto nº 2.208/97, por sua vez, desintegrou a educação técnica do Ensino Médio, que era oferecida de forma integrada tanto pelas unidades da Rede Estadual,

quanto pelas escolas técnicas. O Parecer CNE/CEB nº 16/99 aponta como positiva a mudança:

A separação entre educação profissional e ensino médio, bem como a rearticulação curricular recomendada pela LDB, permitirão resolver as distorções apontadas. Em primeiro lugar, eliminando uma pseudo-integração que nem preparava para a continuidade de estudos nem para o mercado de trabalho. Em segundo lugar, focando na educação profissional a vocação e missão das escolas técnicas e instituições especializadas, articuladamente com escolas de nível médio responsáveis por ministrar a formação geral, antes a cargo da então “dupla” missão das boas escolas técnicas. (BRASIL, 1999).

No entanto, a LDB, promulgada meses antes da publicação do referido Decreto, desobriga o Estado a ofertar a educação profissional, que poderia passar a ser oferecida por espaços não formais de educação. Para Santos (2017), as críticas ao Decreto sustentaram-se no fato de uma política pública atuar sobre as necessidades do capital e

Esse quadro leva-nos a indicar que tal lei acentua a dualidade entre ensino médio considerado regular e a formação específica para um ofício destinado ao mercado de trabalho capitalista, visto que deixa em aberto a possibilidade para que a iniciativa privada possa aqui se expandir. (SANTOS, 2017, p. 231).

Já no governo Lula, no ano de 2004, o referido Decreto é revogado pelo Decreto nº 5.154/2004, que volta a prever a possibilidade da oferta de Ensino Médio integrada à educação técnica. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) analisam a revogação:

No âmbito da elaboração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional, a revogação do Decreto n. 2.208/97 tornou-se emblemática da disputa e a expressão pontual de uma luta teórica em termos da pertinência político-pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional. Isto passou a exigir uma postura política: ou manter-se afastado do processo, movimentando-se na crítica, buscando criar forças para um governo com opção e força de corte revolucionário. Ou entender que é possível trabalhar dentro das contradições do Governo que possam impulsionar um avanço no sentido de mudanças estruturais que apontem, no mínimo, mais realisticamente, o efetivo compromisso com um projeto nacional popular de massa. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 4).

Os autores apontam que o Decreto revela uma timidez do governo na direção de um projeto nacional popular, já que os dados estatísticos evidenciam a insuficiência do atendimento aos jovens do Ensino Médio.

A mais recente legislação produzida para essa etapa de ensino é a Lei nº 13.415, sancionada em fevereiro de 2017, no governo de Michel Temer. Mais conhecida por

“Reforma do Ensino Médio”, é oriunda da Medida Provisória 746/2016, de forma que não houve debate com a sociedade civil para sua elaboração.

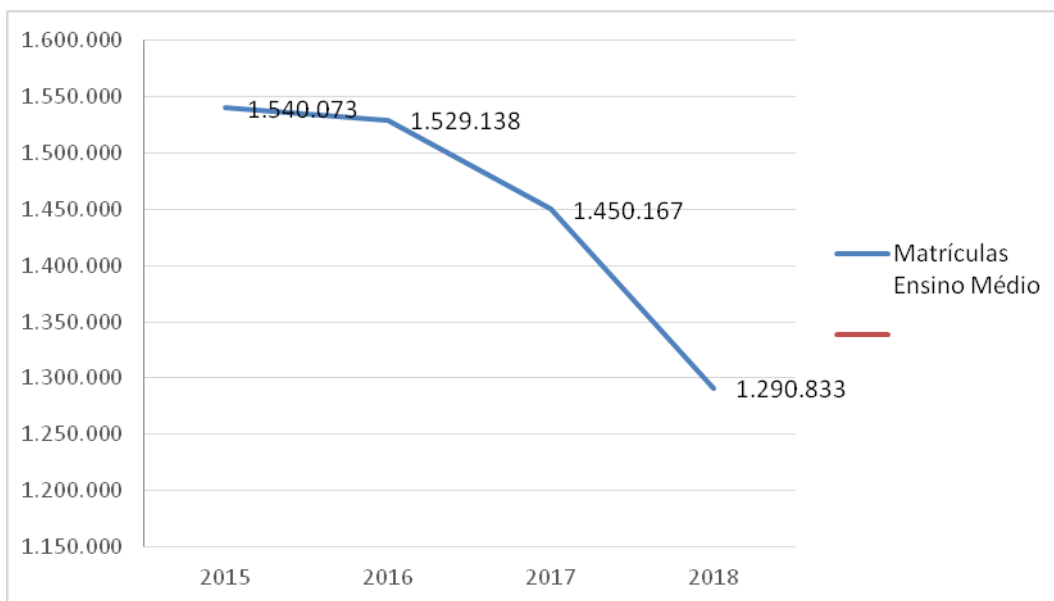
Apoiada no discurso do crescimento econômico e melhoria da aprendizagem por meio da ampliação da jornada escolar, a reforma propõe a flexibilização do currículo, prevendo que 60% da carga horária contemple as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular, e os outros 40% sejam completados por itinerários formativos, cuja oferta ficarão a cargo dos sistemas de ensino. Para Ferreti (2018):

No entanto, a flexibilização do Ensino Médio proposta pela Lei 13.415 deixa a impressão de que tanto o tema do desenvolvimento sustentável quanto o da preparação dos alunos para o mundo do trabalho pautam-se por esse olhar, reduzindo a formação deles, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do subjetivo, à participação mais eficiente e produtiva no mercado de trabalho à preservação do ambiente sem questionar as contribuições do setor produtivo para os desastres ambientais que ocorrem no país. Com isso a reforma alinha-se aos postulados da Teoria do Capital Humano, bem como do individualismo meritocrático e competitivo que deriva tanto dela quanto da concepção capitalista neoliberal. Daí a especialização precoce por áreas de conhecimento tendo em vista, também, sua continuidade no Ensino Superior, bem como a eliminação, como obrigatórias, das disciplinas Sociologia e Filosofia, que assumem papel mais questionador que adaptador. Cai por terra, nesse sentido, a proposta vigente até o momento, e mais igualitária, de oferta do mesmo currículo para todos os jovens em idade de frequentar o Ensino Médio, com o que se corre o risco de aumentar as desigualdades sociais já existentes. (FERRETTI, 2018).

Para ele, dentre outros problemas, a reforma atua de forma negativa para a valorização docente, pois a possibilidade de atuação de profissionais detentores de notório saber representa a diminuição de postos de trabalho para professores licenciados e concursados.

Por fim, ressaltamos que, seguindo tendência nacional, as matrículas no Ensino Médio da Rede Estadual de São Paulo estão em queda, conforme Gráfico 1. Corti (2015) aponta que o último surto de expansão ocorreu nos anos 1990 e que, desde 2004, assistimos a um declínio do número de matrículas nessa etapa de ensino.

Gráfico 1: Ensino Médio no Estado de São Paulo – Evolução das matrículas (2015/2018)



Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 - 2018 Consulta em www.qedu.org.br . Acesso em: 26 dez. 2019.

2.3 O Centro Paula Souza

A instituição foi criada pelo Decreto-Lei de 06/10/1969 como Centro Estadual de Educação Tecnológica a fim de articular e promover o desenvolvimento da educação técnica e tecnológica no Estado de São Paulo. Atualmente é uma entidade autárquica do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) investida de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, didática e disciplinar, que mantém cursos de Ensino Médio e Técnico-Profissional, e também de Ensino Superior. Contudo, o CPS não desfruta de fonte de financiamento regular prevista em lei (como ocorre desde 1989 com as universidades estaduais paulistas – USP, UNESP e UNICAMP), tendo que negociar ano a ano com o Executivo e Legislativo Estadual sua dotação orçamentária.

Com 50 anos de existência, o Centro Paula Souza (CPS) é uma instituição reconhecida, com tradição na oferta de educação técnica e tecnológica, e, mais recentemente, conta com supervisão própria conferida pela Resolução SE nº 78, de 7/11/2008. Até o final do ano de 2019, administra mais de 200 Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), atuando em 322 municípios

paulistas e atendendo nas ETECs a mais de 200 mil estudantes em cursos de Ensino Médio (EM), Técnico e Técnico integrado ao EM, nas modalidades presencial, semipresencial e on-line, tanto para turmas de ensino regular, quanto para a Educação de Jovens e Adultos⁷.

Os cursos oferecidos pelas Etecs estão descritos no Regimento Comum das Escolas Técnicas do CEETEPS, aprovado pela Deliberação CEETEPS nº3, de 18 de julho de 2013.

Artigo 5º - As Etecs do Centro Paula Souza poderão oferecer cursos e programas, presenciais ou a distância, de: I - Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, nas formas previstas pela legislação; II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas previstas pela legislação; III - Ensino Médio; IV - Educação de Jovens e Adultos em Nível de Educação Básica, preferencialmente em articulação com a educação profissional.

(...)

Artigo 37º - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, articulada ao Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, poderá ser oferecida nas formas: I – integrada; II – concomitante; III – subsequente. Parágrafo único - Os currículos dos cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos incluirão: 1 - componentes curriculares que constituem a Base Nacional Comum, obrigatoriamente. 2 - componentes curriculares direcionados para a formação profissional na Parte Diversificada. (SÃO PAULO, Deliberação CEETEPS nº 3 DOE 28/08/2013, Seção I, p. 126)

Vemos que desde a concepção do CPS, a educação profissional (formação técnica e tecnológica) está à frente das políticas de oferta da instituição.

Cursos profissionalizantes são concebidos no embate entre concepções de sociedade e trabalho, a fim de formar trabalhadores produtivos e adaptados ao mercado de trabalho.

A proposta de um curso de EM para EJA, exclusivamente a distância e desvinculado do ensino profissionalizante, é um fato novo na história da instituição e, ao longo deste trabalho, analisamos sua gênese, motivações e implementação.

2.4 A Educação a Distância no Centro Paula Souza

⁷ Informações retiradas do portal da instituição: www.cps.sp.gov.br . Acesso em: 3 out. 2019.

A educação a distância no CPS é normatizada pela Deliberação CEETEPS nº 15, de 15/04/2015, que dispõe sobre as normas para a criação e o funcionamento de cursos e componentes curriculares ofertados na modalidade a distância no âmbito do Ensino Médio e Técnico da instituição.

O documento está em conformidade com o Decreto Federal nº 5.622/2005 e concebe a EaD como modalidade na qual os processos de ensino-aprendizagem são mediados por meio da utilização das tecnologias de informação e comunicação, na quais as atividades educativas ocorrem em tempos e espaços diversos. O artigo 2º da Deliberação apresenta os objetivos da educação a distância no âmbito do CPS:

- I – desenvolver cultura institucional quanto ao uso de ferramentas e recursos das tecnologias da informação e da comunicação como estratégias metodológicas na oferta de cursos a distância;
 - II – ampliar o acesso aos cursos a candidatos geograficamente distantes, portadores de necessidades especiais ou por quaisquer outras restrições, possibilitando maior flexibilização no processo de apropriação dos conhecimentos;
 - III – propiciar aprendizagem autônoma e ligada às experiências dos estudantes, propiciando-lhes a aquisição de atitudes e valores que conduzam à autodeterminação e à consciência da necessidade da aprendizagem permanente;
 - IV – fomentar a educação continuada, possibilitando a capacitação permanente e o aperfeiçoamento profissional aos egressos dos cursos do CEETEPS e à comunidade em geral;
 - V – desenvolver a EaD no âmbito do CEETEPS de forma interinstitucional e colaborativa, buscando cooperação e parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais;
 - VI – viabilizar o desenvolvimento do plano de capacitação docente, buscando a incorporação de novas tecnologias e de novas práticas pedagógicas ao processo de ensino-aprendizagem;
 - VII – possibilitar o desenvolvimento de cursos e programas de capacitação profissional aos servidores técnicos administrativos.
- (SÃO PAULO, DOE 17/04/215, Seção I, São Paulo, p. 65)

De acordo com o documento, a EaD se baseia nos princípios de mediatização, interatividade e mediação. Por atividades desenvolvidas na mediatização compreendem-se aquelas que potencializam ao máximo a aprendizagem autônoma do estudante, possibilitando-lhe:

- I - compreender bases científicas e tecnológicas de cada componente curricular ou atividade;
- II - construir o conhecimento a partir de visão crítica, por meio da consulta a vários materiais didáticos disponíveis e à bibliografia indicada;
- III - organizar esquemas, resumos e sínteses;

- IV - atingir a síntese do tema estudado;
- V - realizar exercícios de autoavaliação propostos no material didático;
- VI - desenvolver as competências previstas em cada componente curricular. (SÃO PAULO, Deliberação CEETEPS nº 15 DOE 17/04/2015, Seção I, São Paulo, p. 66)

A interatividade é entendida como possibilidade de o estudante interagir tanto com materiais e recursos didáticos disponibilizados em ambiente virtual de aprendizagem, quanto com mediação de um professor tutor, presencialmente ou a distância.

A presença do professor é definida no momento em que o documento caracteriza as atividades de mediação. Elas são realizadas pelo docente tanto presencialmente quanto a distância, e de forma síncrona ou assíncrona. São atividades que têm por objetivo o acompanhamento pedagógico dos estudantes, auxiliando-os nas interações com o material didático, de forma com que eles avancem em suas aprendizagens. Para tanto, compõem as atividades de mediação docente:

- a) planejamento semanal das atividades didáticas presenciais ou a distância de acordo com as diretrizes do programa e as mídias instrucionais disponíveis;
- b) mediação da aprendizagem dos alunos potencializando os recursos técnicos e didáticos disponíveis;
- c) estruturação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades presenciais dos alunos;
- d) estruturação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades não presenciais desenvolvidas pelos alunos no ambiente virtual;
- e) monitoramento do desempenho dos alunos, propondo-lhes atividades de recuperação ou aprofundamento de estudos;
- f) postagem e atualização dos registros acadêmicos e didáticos;
- g) participação em atividades pedagógicas de orientação e capacitação continuada presenciais e a distância.

§ 2º - Poderão ser atribuídas ao mediador outras atividades próprias da docência em EaD ou previstas nos respectivos planos de curso. (SÃO PAULO, Deliberação CEETEPS nº 15 DOE 17/04/2015, Seção I, São Paulo, p. 66)

Quanto às formas de oferta de cursos a distância, a Deliberação descreve três modos, quais sejam: semipresencial, on-line e aberto, ou a combinação dessas possibilidades, de acordo com a proposta pedagógica do curso e da legislação vigente.

§ 1º - O modo semipresencial alterna momentos de aulas presenciais (tempo e espaço síncronos) com mediação a distância por intermédio

de ambiente virtual de aprendizagem. Os momentos presenciais podem ser ministrados em uma ou mais etapas. Os exames para fins de certificação são presenciais.

§ 2º - O modo online caracteriza-se por uma formação por meio da internet, com o auxílio de um ambiente virtual de aprendizagem. Apenas o acolhimento inicial do estudante e os exames para fins de certificação são presenciais.

§ 3º - O modo aberto caracteriza-se por um sistema de certificação de competências, onde o estudante é o responsável pelo seu próprio aprendizado, acompanhando as atividades propostas no curso através de material didático disponibilizado na internet. Os exames para fins de certificação são presenciais. (SÃO PAULO, Deliberação CEETEPS nº 15 DOE 17/04/2015, Seção I, São Paulo, p. 66 grifo nosso)

Na sede do Centro Paula Souza, no centro da Cidade de São Paulo, está localizado o Grupo de Estudo de Educação a Distância (GEEaD), que é um departamento vinculado à unidade de Ensino Médio e Técnico e possui as seguintes atribuições, conforme Deliberação CEETEPS nº 15, de 15/04/2015:

- I. organizar cursos e programas de EaD na sua área de atuação;
- II. elaborar diretrizes e normas para oferta de cursos em EaD na sua área de atuação;
- III. acompanhar e avaliar a implantação e funcionamento dos cursos de EaD no nível de ensino médio e técnico;
- IV. elaborar normas e manuais de procedimentos;
- V. elaborar as organizações curriculares dos cursos e validar o material didático a ser utilizado;
- VI. organizar o esquema operacional do curso indicando eventuais sedes e postos, destinados as inscrições, matrículas, distribuição de materiais didáticos e avaliação de alunos, dentre outros;
- VII. fornecer suporte técnico-pedagógico aos profissionais que irão atuar no atendimento aos alunos;
- VIII. responsabilizar-se pela organização e aplicação das avaliações presenciais;
- IX. responsabilizar-se pelos serviços de documentação e escrituração escolar;
- X. responsabilizar-se por manter atualizada a documentação e a legislação específica de cada curso;
- XI. responsabilizar-se pela expedição de certificados e diplomas e outros documentos pertinentes à vida escolar;
- XII. pesquisar e analisar recursos tecnológicos de informação e comunicação (TIC), buscando a inovação em tecnologias educacionais com vistas a apoiar as atividades pedagógicas nas UEs e em ações de EaD;
- XIII. estabelecer intercâmbios com instituições congêneres.

Parágrafo único – Parte das atribuições do GEEaD são executadas em conjunto com os demais departamentos da Cetec, Grupo de Supervisão Educacional, Grupo de Formulação e Análises Curriculares e Cetec Capacitações, no âmbito de suas

responsabilidades. (SÃO PAULO, Deliberação CEETEPS nº 15
DOE 17/04/2015, Seção I, p. 65)

O GEEaD é um departamento responsável pela organização dos cursos de Ensino Médio e Técnico na modalidade a distância. O Grupo foi liderado inicialmente pela Professora Eva Chow Belezia, que deu início à modalidade de EaD, realizou formação de educadores para a modalidade que, por sua vez, resultou em publicação institucional. Em seu artigo “Evasão em cursos a distância: o estudo de um caso” (BELEZIA, 2014), a autora investigou as causas de desistência de participantes do curso de “Ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos”, oferecido na instituição a professores das Etecs e Fatecs, e considera que as causas do abandono estão relacionadas a dificuldades na relação com o tutor, à frequência em encontros presenciais e ao acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem. Quanto a este tipo de modalidade de ensino, a autora afirma:

O EAD, na sua concepção enquanto modalidade, caracteriza-se pela condição de permitir ao aluno estabelecer sua disciplina de estudos, tanto em relação ao tempo como em relação ao local. Essa autonomia pode, muitas vezes, tornar-se um fator dificultador para a permanência do mesmo em um curso, sendo responsabilidade da instituição ofertante adotar estratégias que venham a minimizar tal situação. (BELEZIA, 2014, p. 2).

A referida publicação, ainda que datada dois anos antes da primeira oferta do Programa EJA Online, parece já se antecipar quanto a um fator dificultador para diversos estudantes do programa, que é dispor da autonomia necessária para levar adiante os estudos, sem qualquer tipo de mediação nesse processo. Nas palavras de Freire (1996):

A autonomia enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas de liberdade. (FREIRE, 1996, p. 121).

Voltando à educação a distância no CPS, a Deliberação CEETEPS nº 3, de 11/05/2016, altera a Deliberação CEETEPS 5/1993 (que dispõe sobre a estrutura interna dos órgãos da Administração Central do CEETEPS), acrescentando à Coordenadoria de

Ensino Técnico o “Centro de Educação a Distância”, que tem como atribuição específica, dentre outras, o que apresenta a alínea “b” do artigo 22:

b) elaborar diretrizes e normas para oferta de cursos a distância na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio, do Ensino Médio e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio consoante credenciamento do Ceeteps junto ao Conselho Estadual de Educação.

Destacamos que essa deliberação que atribui ao recém-criado Centro de Educação a Distância a elaboração de diretrizes para o Ensino Médio na modalidade EJA é publicada em data posterior à primeira oferta de exame presencial, quando o curso já havia sido implementado, de forma que, inicialmente, não houve um departamento responsável pelas diretrizes do curso na oferta da primeira turma.

Entendemos o aumento de vagas por intermédio da EaD uma forma de ampliação do acesso à educação pública, uma vez que, historicamente, o número de candidatos aos cursos do CPS sempre excedeu à quantidade de vagas ofertadas, disputadas em processos seletivos meritocráticos. Na análise da documentação correspondente, percebemos a preocupação da instituição em colocar os cursos em um patamar de igualdade no que diz respeito à forma de oferta, se presencial ou a distância. No entanto, verificamos que toda a estrutura que está sendo desenvolvida para a concepção e acompanhamento dos cursos a distância não contempla o curso EJA Online, talvez pelo fato de se tratar de um curso de educação aberta, que não demanda professores envolvidos no processo de mediação de aprendizagem.

2.4.1 EJA Ensino Médio na modalidade a distância

No ano de 2011, inicia o processo de solicitação do CEETEPS ao Conselho Estadual de Educação (CEE) para a abertura de um curso de Ensino Médio na modalidade EJA a distância. A análise do processo é realizada por um assistente do CEE, que verifica se a instituição atende a itens considerados mandatórios para tal e, tendo esses sido atendidos, uma equipe de especialistas designados pelo CEE realiza uma averiguação in loco para que sejam comprovadas as informações registradas pela instituição no formulário de solicitação. Lá são verificados Regimento Escolar, planos de trabalho, material didático, contratos de locação, entre outros. O grupo de

especialistas emite, então, um “parecer sem restrições”, ou “parecer com restrições”, para o caso de as informações não serem confirmadas na visita de inspeção.

No caso do CPS, a justificativa apresentada para tal solicitação apoia-se no argumento da existência de alunos inscritos nos cursos de ensino técnico da instituição que não conseguem obter certificação por não possuírem o Ensino Médio completo. Além disso, o referido formulário evidencia dados da PNAD/IBGE, que mostram uma quantidade expressiva da população que ainda não concluiu o Ensino Médio. E é para um público que não pode frequentar o ensino presencial que a proposta é idealizada.

O documento de solicitação de abertura do curso acrescenta outros elementos 1) a existência de entidades parceiras para sua execução, como a Univesp⁸, na administração do ambiente de tecnologia, e o portal educacional Click Ideia⁹, bem como a disponibilidade de material didático do Telecurso 2000¹⁰. 2) processo seletivo para o ingresso no programa, via edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado. 3) avaliação contínua das aprendizagens a partir de atividades a serem desenvolvidas nos plantões de dúvidas, sendo, inclusive, oportunizadas tarefas de recuperação. 4) existência de professores tutores que realizam a mediação dos conteúdos, tanto de forma síncrona (chats) como assíncrona (e-mail).

Ou seja, a proposta inicial apresentada ao Conselho Estadual de Educação previa um curso de EaD com diversas formas de mediação e acompanhamento das aprendizagens dos estudantes, e não uma formação baseada nos princípios da educação aberta, que propõe um formato autoinstrucional, exigindo alto grau de autodidaxia dos estudantes, como ocorre no Programa em análise.

No ano seguinte, em outubro de 2012, foi apresentado ao CEE o Plano de Curso para oferta de Ensino Médio EJA, que retoma as informações apresentadas no documento de solicitação de abertura, expondo uma proposta de curso com turmas on-line de 40 alunos, carga horária de 1.260 horas, divididas em três semestres. São

⁸ A Universidade Virtual do Estado de São Paulo foi fundada em 2012, é vinculada à SDE do Estado de São Paulo e oferece cursos de ensino superior por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem, em parceria com a Unesp, o Centro Paula Souza e a Fundação Padre Anchieta.

⁹ Plataforma educacional desenvolvida com apoio da Unicamp e do Cnpq, apresenta conteúdos didáticos correspondentes às grades curriculares dos Ensinos Fundamental e Médio

¹⁰ Sistema educacional de ensino a distância mantido pela Fundação Roberto Marinho e pela FIESP, consiste em teleaulas das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, transmitidas em diversos canais da televisão aberta.

reiteradas propostas que remetem a um curso de caráter semipresencial, como plataforma para acesso a professores tutores, chamados de facilitadores da aprendizagem, que passarão por um programa de formação continuada semestral, objetivando o aprimoramento do letramento digital. Além disso, o plano prevê a possibilidade de encontros presenciais em escolas polo já definidas, sendo elas:

- ETEC Bento Carlos Botelho do Amaral, no Município de Guariba;
- ETEC de Ibaté, no Município de Ibaté;
- ETEC Darcy Pereira de Moraes, no Município de Itapetininga;
- ETEC Nova Luz, no Município de São Paulo;
- ETEC de Sorocaba, no Município de Sorocaba;
- ETEC Alcides Cestari, no Município de Monte Alto;
- ETEC de Peruíbe, no Município de Peruíbe;
- ETEC Prof.^a Dr.^a Doroti Quiomi Kanashiro Toyohara, no Município de São Paulo;
- ETEC Prof. Adolpho Arruda Mello, no Município de Presidente Prudente;
- ETEC Bartolomeu Bueno da Silva, no Município de Santana do Parnaíba.

O documento apresenta também a organização curricular para o Ensino Médio, que está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; o Decreto nº 5.154/04, que regulamenta o artigo 2º do artigo 36 da LDB (relativo à educação profissional); a Resolução CNE/CEB 02/12, que institui diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio; a Resolução CNE/CEB, que estabelece as diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos; e a Deliberação CEE 82/09, que estabelece as diretrizes para os Cursos de Educação de Jovens e Adultos em nível do Ensino Fundamental e Médio, instalados ou autorizados pelo Poder Público no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

O Plano de Curso ainda apresenta os equipamentos que estarão disponibilizados aos estudantes no laboratório de informática ao procurarem as unidades polo para encontros presenciais, quais sejam: computadores, impressoras, *switch*, servidores e *scanners*.

O especialista Wellington Luis Sachetti - funcionário do CEETPS, graduado em Língua Portuguesa - emite, ao final do plano, um parecer positivo à implantação do curso EJA Ensino Médio, modalidade de Educação a Distância, concluindo que a instituição de ensino reúne as condições necessárias para a aprovação do plano de curso.

Em 12 de dezembro de 2012, a Diretora Superintendente do CPS Laura Laganá encaminha à então Presidente do CEE, Guiomar Namó de Mello, a documentação referente ao pedido de autorização para os cursos técnicos em Eletrônica, Informática e Ensino Médio para EJA, todos na modalidade a distância. No mesmo ofício 854 (anexo ao Processo 353/2010), há também a solicitação de credenciamento de dez novas Etecs como unidades polo para atendimento presencial.

O documento é concluído com a afirmação de que a educação a distância é a modalidade adequada para o alcance de metas públicas, já que permite a ampliação da oferta de vagas em cursos gratuitos de educação profissional.

O CEE então designa, por meio da Portaria CEEGP 332/2013, as especialistas Maria Helena Antunes¹¹ e Maria Rita Aprile¹² para verificação in loco das condições do CPS para a abertura dos cursos técnicos em Eletrônica, Informática e de Ensino Médio EJA na modalidade a distância. A primeira, jornalista mestre em Ciência da Educação e doutoranda em metodologias ativas, atua em instituições públicas e privadas com formação de professores e tecnologia na área de educação. A segunda, é doutora em Educação, pesquisadora na empresa Centro Estudos Culturais, pesquisadora associada do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), foi responsável pela implantação do Núcleo de Cursos e Seminários do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, professora e coordenadora na Anhanguera Educacional, e especialista em Educação do Senai São Paulo.

Elas elaboram um relatório circunstanciado a fim de instruir o processo 353/2010, que trata, dentre outros assuntos, do pedido de autorização para o curso “EJA Online”. Com base na documentação apresentada e a observação nas dependências da instituição, as especialistas consideram:

- Experiência acumulada e reconhecida na intersecção educação e trabalho, mediante oferta de cursos de educação profissional;

¹¹ <http://lattes.cnpq.br/5654148885823076>

¹² <http://lattes.cnpq.br/6530121974206651>

- Concorridos processos seletivos para cursos presenciais, apresentando uma relação de cerca de 3,5 candidatos por vaga, revelando que há uma demanda reprimida que poderia ser atendida pela educação a distância;
- Experiência na oferta de Ensino Médio para Jovens e Adultos na modalidade presencial, de forma que a instituição possui conhecimentos teórico-metodológicos para esse público;
- A oferta a distância permite atender a uma demanda que não pode concluir um curso técnico por não ter concluído o Ensino Médio;
- Curso com 1260 horas, distribuídas em 3 semestres. Previsão de turmas *on-line* de 40 alunos;
- Material didático apresentado no AVA e nos encontrados presenciais é considerado atrativo e motivador, atendendo a “critérios de qualidade quanto à seleção e estruturação de conteúdos, contextualização, dosagem crescente de dificuldade, estratégias motivadoras para o aprendizado, adequação da linguagem e inclusão de exercícios.” (Relatório Circunstanciado, p. 7. Anexo ao volume III do Processo CEE 353/2010);
- Apoio direto e constante de professores tutores que acompanham as aprendizagens dos alunos por meio de chats, fóruns, blogs e e-mails;
- Existência de um projeto de educação continuada aos docentes no que diz respeito a conhecimentos e práticas na educação a distância;
- Provas finais presenciais. A instituição adotará procedimentos já consagrados de sigilo e ética para aplicação desses exames e das provas previstas para o processo seletivo. (Anexo ao vol. III do Processo 353/2010)

Diante das considerações apresentadas, as especialistas consultadas pelo CEE procederam com a manifestação favorável à autorização de funcionamento dos cursos técnicos em Eletrônica e Informática, assim como a autorização para o Ensino Médio EJA a distância. O relatório é concluído em 25/10/2013.

O documento considera a experiência e conhecimentos das especificidades teórico-metodológicas do CPS no desenvolvimento de cursos presenciais de Ensino Médio na modalidade EJA. Além disso, o documento aponta para a consonância com os dispositivos legais, a saber: Lei nº 9.394/96, Decreto nº 5.154/2004, Resoluções CNE/CEB nº 01/2000 e nº 02/2012 e a Indicação CEE nº 82/2009.

Em 28/10/2013, é preenchida a ficha de avaliação, que consiste na sistematização de todas as informações aferidas. A avaliação é dividida por dimensões, a saber: 1) Solicitação; 2) Perfil da instituição de ensino; 3) Organização institucional para Educação a Distância; 4) Projeto Pedagógico do curso; 5) Unidades operacionais para desenvolvimento do curso. A proposta de curso foi avaliada com a menção máxima em todos os aspectos, com exceção ao item da Dimensão 2, que diz respeito à

experiência da instituição no curso para o qual solicita autorização. Nesse caso, houve a atribuição de 2 pontos, não 3 como em todos os outros aspectos.

A proposta de um curso com previsão de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes por meio da mediação de um professor tutor e que foi aprovada na documentação constante no Processo 353/2010 não estava de acordo com o que formato descrito na ocasião da primeira entrevista com o coordenador do curso. Anexo ao referido processo, encontramos o Parecer CEE nº 89/2014, relatado pelo conselheiro Jair Ribeiro da Silva Neto, que autorizou o funcionamento dos Cursos Técnicos em Informática e em Eletrônica e do Curso de EJA em nível de Ensino Médio. Fato curioso é a existência da abstenção de dois conselheiros na ocasião da votação do referido Parecer. Para que compreendêssemos o contexto desse posicionamento, entrevistamos um membro ocupante¹³ de cargo de destaque no Conselho Estadual de Educação. Sobre a abstenção, o entrevistado afirma:

Porque, assim, é... realmente assim, eu não conheço as práticas, porque quando eu cheguei aqui no Conselho, o Centro Paula Souza já estava credenciado pelo MEC para oferecer EaD, (...) o processo de credenciamento. Também no período que eu não estava aqui; embora, olhando o processo, ele está completo, não é? Porque, pelas nossas deliberações, eu preciso de uma documentação muito vasta e com provas de que está fazendo determinadas ações e que tem condição, por exemplo, na plataforma, nos materiais. Mas eu não participei desse processo, né? Eu só participei em 2014 e, mesmo assim, estava na Câmara de Educação Superior. Eu não participei, então, da análise do processo, dos dados todos, e do parecer do especialista. Porque todo processo EaD aqui-vai especialista nas áreas específicas em que você tem aluno de EJA. Precisa ir o pessoal da educação, não é? De Eletrônica... o pessoal das Engenharias e tal, muitas tecnologias. Enfim, é assim, você tem lá um parecer circunstanciado, porque eles têm que seguir determinados roteiros para dar determinadas informações. Então, aqui no Conselho, o meu papel foi examinar esse segundo... O terceiro processo já não é discutir. Como eu não estava na Câmara de Educação Básica, eu não participei da discussão mais aprofundada, que, em geral, existe pra essas coisas. Participei só na Plenária e eu não me julguei... eu e um outro conselheiro. Nós não julgamos em condições de votar. Como a Câmara não quis retirar o processo, porque diz que foi muito bem examinado e, de fato, o Centro Paula Souza tem uma infraestrutura boa, não vamos dizer que não.

O formato de curso aprovado em 2013 nunca foi colocado em prática. De acordo com entrevista concedida pelo coordenador do curso Carlos Augusto de Maio, em

¹³ Membro do Conselho Estadual de Educação concedeu entrevista em 12/03/2019 e solicitou anonimato.

setembro de 2019, o projeto foi gestado por um tempo, passou por todo o longo processo de autorização, porém sequer foi iniciado. Nas palavras dele, foi uma proposta ousada e a instituição “não teve pernas” para executá-la, “acabou indo para outra linha”. Em 2016, então, uma nova proposta de oferta de EJA a distância começa a ser concebida, conforme detalhado na seção seguinte.

2.5 Programa EJA Online: surge uma nova proposta

A ideia inicial de redimensionar a proposta de ofertar Ensino Médio para EJA na modalidade a distância surge a partir da necessidade observada em atender a uma demanda de sujeitos que buscavam por cursos de formação técnica em turismo na região de Cachoeira Paulista, interior do Estado de São Paulo, em 2015. Profissionais que atuavam como guias em ônibus que levavam turistas religiosos ao projeto da Igreja Católica “Canção Nova”¹⁴ ansiavam por qualificação a fim de se profissionalizarem como guias turísticos, porém muitos deles não possuíam o Ensino Médio completo.

Com o curso já estruturado, o CPS decide então oferecê-lo ao público em geral a partir de inscrições a serem realizadas a partir da postagem nos correios da documentação dos candidatos. Nesse primeiro momento foram abertas vagas apenas para ingresso no 1º ano do Ensino Médio.

O mesmo processo CEE 353/2010, em que consta a aprovação da primeira proposta, apresenta o novo Plano de Desenvolvimento Escolar, datado em 2016. Nele, vemos o interesse da instituição em adequar sua oferta de cursos a demandas específicas relacionadas ao mercado de trabalho de algumas localidades do Estado, ao perfil dos alunos ingressantes e às necessidades das unidades escolares, que buscam garantir a permanência e a certificação dos estudantes. É nesse Plano que vemos a concepção o formato de curso que conhecemos atualmente. Dentre as metas apresentadas, temos:

1. Ampliação da oferta de vagas nos cursos técnicos em Guia de Turismo e Ensino Médio – EJA na modalidade EaD **Metas:**

¹⁴ Trata-se de comunidade de fiéis católicos identificados com a Renovação Carismática, criada em 1978, com sede em Cachoeira Paulista (SP), com atuação em meios de comunicação (rádio e TV). O Secretário de Educação do Estado do período 2002-2006, Gabriel Chalita, é proveniente desse município e vinculado a essa corrente, que recebeu, em 2006, do Governador Geraldo Alckmin (político também oriundo do Vale do Paraíba) a cessão de uma fazenda no Município de Lorena.

- a) Estabelecimento de Acordo de Cooperação com a Instituição Canção Nova, para oferta piloto de 100 vagas do Curso Técnico em Guia de Turismo – modalidade online, destinadas a organizadores de caravanas de turismo religioso, com início no 1º semestre de 2016.
- b) Oferta do Curso Técnico em Guia de Turismo – modalidade online, com a oferta de 400 vagas a partir do Vestibulinho 2º Sem/2016.
- c) Oferta pública do curso de Ensino Médio – EJA, a partir de fevereiro de 2016, em *modalidade aberta*. (grifo nosso)
- d) Oferta do 1º módulo, em regime de qualificação profissional do curso Técnico em Eletrônica, em pelo menos 4(quatro) Etecs, tendo como público alvo candidatos excedentes dos Vestibulinhos de 2016.
- e) Execução do Acordo de Cooperação entre o Centro Paula Souza e o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Sorocaba, para a oferta do Ensino Médio – EJA (previsão de 150 inscritos), a partir de fevereiro de 2016. (Anexo V do vol. 3 do Processo CEE 353/2010).

No ano de 2016, o Centro Paula Souza já contava com autonomia universitária e pôde, por meio de sua supervisão própria, sem novo exame do CEE, aprovar o novo plano de curso para o programa (Anexo A), que é o documento atualmente vigente e que contém a descrição da proposta que mais se aproxima à oferta atual.

Destinado inicialmente a um público que não consegue cursar o ensino técnico da instituição por não ter concluído o Ensino Médio, a proposta se apresenta como uma oportunidade para que estudantes possam elevar sua escolaridade por meio de uma modalidade flexível, gerenciando com autonomia horário, ritmo e local de estudo. Para a instituição, a educação a distância favorece habilidades exigidas no mercado de trabalho: gestão do tempo, iniciativa e motivação.

Tanto no discurso do coordenador quanto no plano de curso, o candidato não é considerado exatamente um aluno da instituição, já que não há matrícula cadastrada na “Secretaria Escolar Digital” (SED), plataforma que gerencia operações de matrícula dos alunos no Estado de São Paulo. É realizado apenas um cadastro junto à Secretaria Acadêmica do GEEaD e ele, então, é chamado de cursista, sendo um interessado em concluir o Ensino Médio por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem e dos exames ofertados periodicamente pelo Centro Paula Souza para tal.

O plano de curso aponta para os princípios básicos nos quais estão pautados o “EJA Online”: flexibilidade e autonomia didática, que colocam o estudante como responsável por seu processo de aprendizagem. O curso, nesse sentido, é estruturado conforme o modelo da aprendizagem aberta, sendo o currículo, ainda que seriado, possível de ser realizado a partir das escolhas dos cursistas.

Ainda assim, o documento aponta a previsão para que haja um acolhimento inicial e fórum permanente para esclarecimento de dúvidas, o que comprovamos não ter ocorrido segundo o depoimento do coordenador do curso e dos cursistas entrevistados na ocasião de exame presencial, conforme descrito a seguir.

O curso é estruturado de forma que possa haver uma correspondência entre a grade da oferta regular e de cursos de EJA na forma presencial para facilitar possíveis situações de transferência ou aproveitamento de estudos. Não conseguimos comprovar essa possibilidade, uma vez que não foram localizadas matrículas cadastradas no sistema SED¹⁵.

Está previsto também no plano de curso a possibilidade de aproveitamento de competências anteriormente adquiridas pelo cursista por meio de educação formal, informal ou pelo trabalho, mediante pedido formulado por ele e submetido a uma comissão de especialistas, que avalia o pedido e emite um parecer conclusivo sobre a dispensa parcial ou total de componentes curriculares ou áreas de conhecimento da série em questão. Neste caso, os procedimentos são realizados mediante consulta à supervisão escolar.

2.5.1 Material didático disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem

O material disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes matriculados no “EJA Online” constitui-se como um guia a fim de orientar e organizar o processo de aprendizagem dos cursistas, de forma a privilegiar o estímulo da investigação e a resolução de problemas por meio de questões geradoras, conforme aponta o Plano de Curso.

Os temas de estudo são organizados e apresentados por competências a serem desenvolvidas, de forma que o roteiro é organizado em três momentos sucessivos:

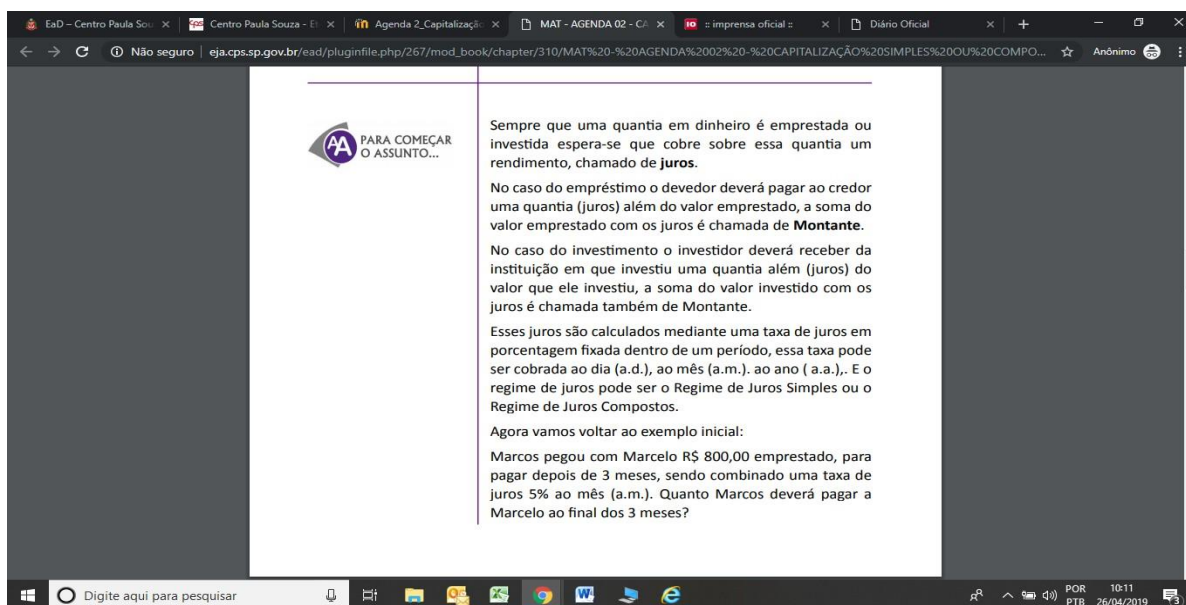
- Sensibilização – despertar para o cursista o tema proposto por meio de uma contextualização do saber;
- Organização – investigação e aprofundamento do assunto abordado;
- Sistematização – organização e avaliação do conhecimento.

¹⁵ Realizamos a pesquisa no sistema SED a partir do nome completo dos cursistas, que foram coletados a partir do questionário respondido por eles na ocasião do exame presencial, em 23/11/2018. O acesso ao sistema foi realizado com senha atribuída ao diretor de escola em função da atividade profissional da pesquisadora.

O conjunto de materiais que compõem o AVA compreende agendas de estudos, videoaulas, propostas de exercícios, indicações de fontes complementares para estudo e livros didáticos. Quanto a esse último, trata-se da versão digital do material produzido pela Secretaria Estadual do Paraná que é distribuído gratuitamente aos alunos do Ensino Médio (modalidade regular) da Rede Paranaense¹⁶. Segundo depoimento do Coordenador, a escolha dessa coleção didática se deu exclusivamente pelo fato de a instituição não dispor de recursos humanos e logísticos para produzir material próprio, sendo que o conteúdo aberto do Paraná supriu a necessidade do CPS.

Os livros didáticos estão integralmente disponíveis no AVA, um para cada disciplina. Juntamente a esse material, seguem as agendas temáticas, produzidas por professores do Grupo de Estudos de Educação a Distância (GEEaD) do CPS, que atuam como roteiros de estudo aos cursistas, elaboradas de forma organizar o conteúdo oferecido. Cada tema é enriquecido com links para páginas na internet e vídeos que complementam o assunto abordado. Ao final de cada agenda, a fim de promover a autoavaliação do estudante, há uma proposta de atividade de fixação.

Figura 2: Conteúdo apresentado na Agenda 3 da disciplina de Matemática do 2º ano



Disponível no ambiente virtual de aprendizagem.

<http://eja.cps.sp.gov.br/ead/course/view.php?id=7§ion=8> . Acesso em: 20 mar. 2019.

¹⁶ A Secretaria de Educação do Paraná desenvolveu, nos anos 2000, uma política de livro didático público que abarcou todas as etapas e modalidades da educação básica, inclusive a EJA de Ensino Fundamental, cuja coleção foi publicada em 2007, disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo>, e que, desde então, não foi atualizada.

Observa-se que os conteúdos propostos são coerentes com o currículo do Ensino Médio regular, não havendo qualquer adequação às especificidades do público da EJA. Nas Figuras 2 e 3, vemos um exemplo de conteúdo apresentado na agenda temática e, na sequência, a atividade proposta para verificação de aprendizagem.

Figura 3: Atividade proposta aos estudantes após concluído o estudo da Agenda 3 da disciplina de Matemática do 2º ano.

The screenshot shows a PDF document with the following content:

DISCIPLINA: MATEMÁTICA
CURSO: EJA
MÓDULO: 2º
ROTEIRO 02 - CAPITALIZAÇÃO SIMPLES OU COMPOSTA E OS JUROS SIMPLES

Atividades

1. O que é o juro?
2. O que significa taxa de juros?
3. Qual a diferença entre Juros Simples e Juros Compostos?
4. O capital de R\$ 530,00 foi aplicado à taxa de juros simples de 3% ao mês. Qual o valor do montante após 5 meses de aplicação?
5. Um capital de R\$ 600,00, aplicado a uma taxa de juros simples de 20% ao ano, gerou

Disponível em <http://eja.cps.sp.gov.br/ead/course/view.php?id=7§ion=8> Acesso em: 20 mar. 2019.

Podemos observar que se trata de um material rico em informação e densidade de conteúdo. Ainda que consideremos a flexibilidade do curso, que permite ao aluno administrar seus próprios tempo e ritmo de estudo, é esperada uma grande capacidade de autodidaxia do estudante. Nesse sentido, concordamos com Ribeiro:

O princípio da flexibilidade é recorrentemente evocado nos documentos curriculares de programas de Ensino Fundamental dirigidos ao público jovem e adulto (Joia *et al.* 1999); entretanto, observa-se que as formas de concretização desse princípio são limitadas. Em algumas propostas de grande penetração, a flexibilidade é traduzida na individualização do ensino, principalmente por meio de modalidades de atendimento não-presenciais. Nesses casos, a tendência é diminuir a importância do papel do educador na regulação dos processos de aprendizagem dos alunos, os quais supostamente estariam aptos a controlar seus próprios tempos e procedimentos de estudo, tendo como referência principal os materiais instrucionais. Estudo sobre as condições de alfabetismo de jovens e adultos

paulistanos (Ribeiro 1999) sugere que a capacidade de auto-regulação para tarefas que envolvem leitura de textos para busca de formação e instrução exige um grau considerável de experiência com a cultura letrada e escolar, experiência essa que majoritariamente corresponde à do pessoal com pelo menos o Ensino Médio completo. Assim, as modalidades de ensino a distância que não provêm o suporte regulador do educador e de um grupo de colegas não parece ser o mais adequado para o ensino fundamental, ao menos para a grande maioria dos que necessitam dessa modalidade educativa, constituída de pessoas que foram alijadas não só da escola, mas também dos espaços sociais em que predomina a cultura escrita. Além disso, é uma constatação muito freqüente, em diversos estudos sobre a educação de adultos, que as aprendizagens mais valorizadas pelos educandos que concluem seus estudos encontram-se no terreno das atitudes. Sabendo que os conteúdos atitudinais dependem de experiências sociais carregadas de afetividade, é inevitável ponderar também os limites de propostas de ensino que não promovem interações sociais (SARABÍA, 1992 *apud* RIBEIRO, 1999).

Dessa forma, o baixo letramento apresentado por uma grande parcela dos estudantes da EJA dificulta o processo de aprendizagem por meio da autodidaxia. O fato de a maioria dos cursistas que chega aos exames presenciais ser jovem e estar há pouco tempo fora da escola pode estar relacionado com uma melhor relação com os processos escolares, diferentemente daqueles que estão há mais tempo sem contato com a escola e, talvez, apresentem mais dificuldades para retomar conteúdos sem o auxílio e a mediação de um professor.

2.5.2 Tutoria e mediação dos processos de aprendizagem

Sabemos que, embora os relatórios circunstanciados que subsidiaram tanto a primeira autorização de funcionamento do curso EJA Online, quanto o último relatório que aprovou o curso atualmente vigente mencionem a existência de professores tutores para acompanhamento das aprendizagens, essa oportunidade não é oferecida aos cursistas. O apoio de um profissional que favoreça a aquisição de conhecimento é fundamental no processo educativo, como bem apontam Moore e Kearsley (2007):

A maioria dos alunos gosta da interação com seu instrutor e seus colegas não somente por razões relacionadas à instrução, mas também pelo apoio emocional que surge desse contato social. [...] Para muitos alunos, isso é um modo valioso de reduzir sua sensação de isolamento. (MOORE; KEASLEY, 2007, p. 195).

Mesmo que haja uma avaliação positiva por grande parte dos estudantes que responderam ao questionário com relação à estrutura do curso e do material disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem, o discurso dos cursistas entrevistados explicita que eles atribuem importância a um canal de comunicação com professores para a solução de dúvidas, como aponta um estudante de idade entre 30 e 44 anos do sexo masculino: “algumas vídeo aulas são difíceis de se entender o que o professor fala, o conteúdo é passado muito superficialmente, poderia ter algum tipo de tutor para tirar dúvidas”.

Para Bruno (2007), a mediação é o

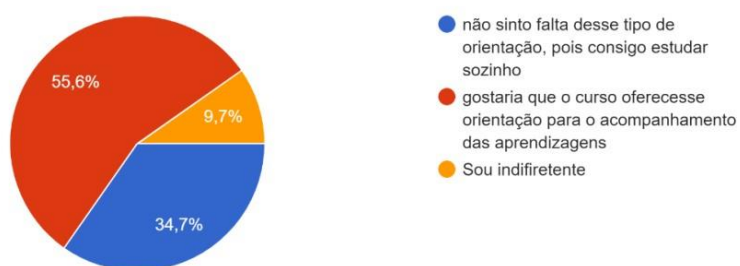
[...] alicerce das relações construídas pela ação didática e deve promover encontros entre sujeitos da aprendizagem... uma ação que reconhece na partilha a possibilidade de contribuir com o universo de formação online que descortina nos ambientes de aprendizagem da era digital. (BRUNO, 2007, p. 200, *apud* BRUNO; RANGEL, 2009).

O Gráfico 2 expõe os resultados da pergunta sobre a necessidade ou não de tutoria, que apresenta a proporção de 55,6% de estudantes que consideram necessária no curso a existência do professor tutor, de acordo com a tabulação dos dados da questão nº 13 do questionário aplicado.

Gráfico 2: Sobre a ausência de um professor tutor

13) Sobre a ausência de um professor tutor no curso

144 respostas



Fonte: Elaboração própria a partir da tabulação dos dados referentes ao questionário aplicado em 24/11/2018.

Todo processo educativo pressupõe algum tipo de interação entre os sujeitos envolvidos. Na educação a distância ela se dá de forma indireta, como pontua Belloni (2009):

Na EaD, a interação com o professor é indireta e tem de ser mediatizada por uma combinação dos mais adequados suportes técnicos de comunicação, o que torna esta modalidade de educação bem mais dependente da **mediatização** que a educação convencional, de onde decorre a grande importância dos meios tecnológicos. (BELLONI, 2009 p. 54).

A necessidade de mecanismos de mediação de aprendizagem nas propostas de educação a distância é apontada na literatura correspondente e perpassa os documentos legais que regem a modalidade. O Parecer CNE/CEB nº 6/2010 reexamina o Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que, por sua vez, instituiu diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, discutiu aspectos relativos à duração dos cursos, idade mínima para ingresso na EJA e a relação entre EJA e Educação a Distância. Sobre esse último item, o relatório expõe a discussão acerca das possibilidades de oferta da EJA na modalidade EaD, buscando a sustentação na legislação vigente. O documento apresenta os apontamentos feitos por membros que compuseram grupos de estudos sobre a temática e mostraram a necessidade de aprofundar as pesquisas a respeito por não chegarem a um consenso sobre a viabilidade de cursos de EJA na modalidade a distância.

Dentre os encaminhamentos propostos pelo documento, ressaltamos os apontamentos referentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação para a interatividade virtual. Além disso, o Parecer prevê a existência de

[...] ambiente presencial escolar devidamente organizado para as práticas de informática com internet, de grupos/turmas por projetos interdisciplinares, bem como para aquelas relativas à formação profissional e gestão coletiva do trabalho, conjugadas às demais políticas setoriais do governo. (BRASIL, 2010, p. 31).

Essas propostas se referem às séries finais do Ensino Fundamental. Para o Ensino Médio EJA / EaD, o documento estabelece que:

A EJA desenvolvida por meio da EAD, no Ensino Médio, além dos requisitos estabelecidos para o 2º segmento Ensino Fundamental, seja desenvolvida de forma a possibilitar que a interatividade virtual se

desenvolva de modo mais intenso, inclusive na produção de linguagens multimídia. (BRASIL, 2010, p. 31).

No caso da proposta “EJA Online”, a ausência do professor tutor e de qualquer tipo de mediação de aprendizagem faz com que toda a responsabilidade do processo educativo recaia sobre o estudante, que só alcançará êxito se “fizer a sua parte”, como afirmou um estudante do sexo masculino com idade entre 18 e 29 anos:

A proposta do curso é muito boa! Para que dê certo depende muito do aluno, para que o mesmo tenha disciplina e autonomia certa para estudar. As provas presenciais são boas e contêm questões de vestibulares importantes, o que ajuda no processo de quem reprovou no ensino médio e quis "encurtar o caminho", fazendo assim que as pessoas consigam ter uma base, serem vestibulandos e ingressar em uma faculdade.

Ainda que nem todos os estudantes sintam falta da mediação de um professor tutor, não há como pensarmos em uma educação sem diálogo, pois ele

[...] é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1983, p. 91).

2.5.3 O perfil dos cursistas

O Centro Paula Souza não realizou qualquer tipo de sistematização das informações dos cursistas, coletadas por meio da ficha de inscrição enviada pelos Correios. Se tabulados esses dados, poderíamos ter acesso ao perfil dos estudantes que procuram pelo Programa, informação essa que o CPS ainda não possui.

Diante disso, lançamos mão de uma estratégia para acesso aos cursistas: abordá-los na data do exame presencial no polo São Paulo (ETEC São Paulo), com a devida autorização da instituição para tal. Na primeira tentativa, no dia da prova em 07/04/2018, conversamos brevemente com os que aguardavam o início do exame e, posteriormente, ao término. Entregamos uma carta explicativa (Apêndice 3) sobre o teor da pesquisa e solicitamos o e-mail dos participantes para que lhes fosse enviado um questionário de participação voluntária.

Os questionários, elaborados na Plataforma Google, foram enviados a cerca de 150 cursistas, porém obtivemos retorno de apenas 22 (Apêndice 4A). Devido à baixa participação, partimos para uma outra possibilidade: colher as respostas pessoalmente,

no mesmo polo e nos mesmos momentos, antes e depois da prova. Foi o que fizemos no dia do exame em 24/11/2018.

Conseguimos entrevistar 145 cursistas, que responderam às mesmas questões do instrumento anterior (Apêndice 4B). A partir desta amostra, sistematizamos os dados coletados, que contribuíram para que conhecêssemos o perfil dos estudantes inscritos no curso que chegam às provas. Ressaltamos que nesta amostra há um filtro relevante.

Podemos inferir que todos aqueles que se inscrevem para o exame e comparecem ao local de prova, de alguma forma, adequaram-se à proposta do curso e sentiram-se aptos a realizar o exame de uma ou mais áreas de conhecimento previstas na grade curricular. Informações sobre aqueles inscritos que não chegaram a essa etapa ficarão apenas na secretaria da instituição, sem que haja a possibilidade de conhecermos as motivações que fazem esses cursistas não procurarem pelo exame presencial.

Agrupamos os dados coletados nas duas ocasiões de contato com os cursistas, de forma que trabalhamos com um universo de 167 participantes do questionário proposto, que possibilitaram um retrato, ainda que tímido, dos cursistas que realizam os exames presenciais (Quadro 4).

Quanto às informações de sexo e identidade de gênero, temos resultados bastante equilibrados, havendo uma sutil predominância de mulheres, que representam 56,2% do total.

Jovens entre 18 e 29 anos representam a maioria entre os cursistas entrevistados, totalizando 52,7%. A seguir, 30% dos estudantes fazem parte da faixa etária seguinte, entre 30 a 44 anos, e 17,3% dos entrevistados estão acima dos 45 anos de idade.

Com relação à forma como concluíram o Ensino Fundamental, 77,8% certificou-se nessa etapa de ensino por meio da rede pública regular e 14,9% concluiu o Ensino Fundamental na modalidade EJA, em escolas públicas; e os demais cursistas declararam conclusão por meio da rede privada de ensino, tanto na forma regular, quanto na EJA.

Quadro 4: Perfil do cursistas – síntese dos dados

Sexo	Homens	%	Mulheres	%				
Candidatos	73	43,7%	94	56,2%				
Idade	18 a 29	%	30 a 44	%	acima 45	%		
Candidatos	88	52,69%	50	29,94%	29	17,37%		
Atividade Profissional	Não Trabalha	%	Trabalha	%				
Candidatos	47	28,14%	120	71,86%				
Conclusão Ensino Fundamental	Pública Regular	%	EJA Pública	%	Privada Regular	%	EJA Privada	%
Candidatos	130	77,84%	25	14,97%	9	5,39%	3	1,80%
Estado de Nascimento	São Paulo	%	Outros	%				
Candidatos	126	75,45%	41	24,55%				

Elaboração própria a partir da tabulação dos dados coletados por meio de questionários

Os dados evidenciam que a proposta do curso atende, prioritariamente, o sujeito jovem que permaneceu pouco tempo fora da escola. Trata-se de uma geração já habituada às tecnologias digitais de informação e comunicação. Para Gobbi (2010):

Esses jovens fazem uso dos dois recursos utilizados pelas gerações anteriores. A televisão e a interatividade – propiciada inicialmente pela internet, muito antes do letramento (alfabetização). É a geração que associa o divertimento, a tecnologia; que aos três anos de idade tem aulas de computação e aos 5 procura vídeos no Youtube; brinca com Nintendo Wii, tem blogs e fotologs, diário digital e faz compras virtuais e redes de relacionamento, nos mais variados ambientes interativos. [...] Estes jovens estão acostumados com a interatividade, na acepção correta do termo. Também estão sendo criados para assumir o comando desde muito cedo. (GOBBI, 2010, p.31).

Um alunado jovem, egresso da rede pública regular de ensino e com pouca disponibilidade de tempo para frequentar o Ensino Médio na modalidade presencial. É o que podemos inferir quando verificamos que 71,2% dos cursistas declarou possuir atividade remunerada, entre trabalhar com carteira assinada, como autônomo ou em atividade informal. Do total, 27,5% não trabalha, sendo que 45,6% declarou estar desempregado, 54,3% não está à procura de emprego e 0,1% (uma estudante) está aposentada.

Quanto à naturalidade dos cursistas, 75,4% são nascidos no Estado de São Paulo e dentre os 24,6% provenientes de outras localidades, 65% são oriundos das regiões Norte e Nordeste.

2.5.4 Currículo e avaliação da aprendizagem

A aprendizagem dos cursistas é avaliada por meio de exames presenciais constituídos de provas de múltipla escolha, que se propõem a avaliar o conhecimento adquirido a cada série do curso de acordo com cada componente curricular. A mensuração do percentual de acertos é traduzida no Quadro 5:

Quadro 5: Definição dos conceitos adotados para avaliação do cursista

Menção	Conceito	Definição Operacional
MB	Excelente	O cursista obteve excelente desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
B	Bom	O cursista obteve bom desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
R	Regular	O cursista obteve desempenho regular no desenvolvimento das competências do componente curricular no período
I	Insatisfatório	O cursista obteve desempenho insatisfatório no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.

Anexo ao Vol. III do Processo CEE 353/2010 – Plano de Curso EJA, p. 44.

De acordo com o Plano de Curso aprovado pela supervisão própria do CPS, são previstos momentos de conselho de classe que tem como atribuição promover, reter ou encaminhar alunos para recuperação. Segundo o documento, as formas de avaliação das aprendizagens são apontadas como contínuas e formativas, registradas no Ambiente Virtual de Aprendizagens. Quanto ao exame presencial obrigatório, o documento aponta a exigência de que sejam cumpridos pelos alunos ao menos 75% das atividades solicitadas para cada série.

O cursista é considerado aprovado caso obtenha um dos três primeiros conceitos, ficando apto a dar continuidade aos estudos ou pedir a conclusão do EM. No caso da obtenção do conceito “I”, ele é considerado reprovado, devendo inscrever-se novamente no exame em questão.

De acordo com o Plano de Curso apresentado, há a previsão da possibilidade de recuperação contínua ao cursista que não obtém êxito nos exames, por meio de fóruns de discussão disponibilizados no AVA. Sabemos, entretanto, que esta forma de mediação que necessita da comunicação entre professores e cursistas inexistente.

É em dias de exame presencial que ocorre o único contato do Centro Paula Souza com o aluno matriculado. Ele é aplicado em quatro Etecs: Etec São Paulo (Capital – metrô Tiradentes), Etec Bento Quirino (Campinas), Etec Philadelpho Gouvêa Neto (São José do Rio Preto) e Etec Fernando Prestes (Sorocaba). Para concluir a série escolar, o estudante precisa ser aprovado nas áreas que compõem o currículo do curso: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza (para os 2^{os} e 3^{os} anos). A Língua Espanhola é opcional e poderá ser cursada no terceiro ano, conforme grade curricular:

Figura 4: Grade curricular e número de agendas - 1º ano – Programa EJA Online

ENSINO MÉDIO EJA - EaD		DISCIPLINAS	NÚMERO DE AGENDAS 1ª SÉRIE
Áreas de Conhecimento	Linguagens	<i>Língua Portuguesa e Literatura</i>	15
		<i>Educação Física</i>	1
		<i>Arte</i>	15
	Ciências Humanas	<i>História</i>	15
		<i>Geografia</i>	15
		<i>Sociologia</i>	5
		<i>Filosofia</i>	5
	Matemática	<i>Matemática</i>	15

Fonte: www.cps.sp.gov.br (área restrita ao cursista). Acesso em: 17 abr. 2019.

Figura 5: Grade curricular e número de agendas - 2º ano – Programa EJA Online

ENSINO MÉDIO EJA - EaD		DISCIPLINAS	NÚMERO DE AGENDAS 2ª SÉRIE
Áreas de Conhecimento	Linguagens	<i>Língua Portuguesa e Literatura</i>	15
		<i>Educação Física</i>	1
		<i>Língua Estrangeira Moderna (Inglês)</i>	15
	Ciências Humanas	<i>História</i>	15
		<i>Geografia</i>	15
		<i>Sociologia</i>	5
		<i>Filosofia</i>	5
	Matemática	<i>Matemática</i>	15
	Ciências da Natureza	<i>Física</i>	15
		<i>Química</i>	15
<i>Biologia</i>		15	

Fonte: www.cps.sp.gov.br (área restrita ao cursista). Acesso em: 17 abr.2019.

Figura 6: Grade curricular e número de agendas - 3º ano – Programa EJA On-line

ENSINO MÉDIO EJA - EaD		DISCIPLINAS	NÚMERO DE AGENDAS 3ª SÉRIE
Áreas de Conhecimento	Linguagens	<i>Língua Portuguesa e Literatura</i>	15
		<i>Educação Física</i>	1
		<i>Língua Estrangeira Moderna (Inglês)</i>	15
	Ciências Humanas	<i>História</i>	15
		<i>Sociologia</i>	5
		<i>Filosofia</i>	5
	Matemática	<i>Matemática</i>	15
	Ciências da Natureza	<i>Física</i>	15
		<i>Química</i>	15
		<i>Biologia</i>	15
		<i>Espanhol – Disciplina Optativa</i>	3

Fonte: www.cps.sp.gov.br (área restrita ao cursista). Acesso em: 17 abr. 2019

2.5.5 Exames presenciais

O CPS oferece de três a quatro datas ao ano para a realização dos exames, sendo o primeiro realizado em 02/04/2016, e o último em 23/11/2019. De acordo com tabela fornecida pela instituição, foram totalizados 13 exames presenciais oferecidos desde a

implementação do curso. Obtivemos acesso aos dados referentes a quatro desses exames, expressos na Tabela 6.

Tabela 6: EJA Online – Dados estatísticos de exames presenciais no polo São Paulo

Data do exame	Candidatos Inscritos	Candidatos Ausentes	% Abstenção	Reprovação Total	% Reprov.	Aprova-ção	% Aprov.
25/11/17	641	198	30,9%	113	25,5%	330	74,5
04/08/18	392	127	32,4%	116	43,8%	149	56,2
24/11/18	559	241	43,1%	117	36,8%	201	63,2
23/11/19	300	157	52,3%	44	30,8%	99	69,2
Média	473	181	39,7%	97,5	34,2%	194,75	66,7

Obs.: A reprovação total se refere àqueles que não obtiveram êxito em nenhuma das provas a que se submeteram. A aprovação se refere àqueles que obtiveram êxito em ao menos uma das provas a que se submeteram. Os percentuais de reprovação e aprovação foram calculados sobre o número de presentes.

Fonte: Dados coletados pela autora em www.cps.sp.gov.br, a partir da área restrita aos cursistas.

Os dados acima apresentados foram coletados a partir da área restrita aos cursistas, local onde consta o Ambiente Virtual de Aprendizagem. A cada exame presencial, o CPS publiciza, identificando os cursistas pelo número do CPF, os números referentes àqueles que se ausentaram no dia da prova, bem como o desempenho dos que a realizaram. Neles, se observa que as taxas de abstenção (próximas a 40%) são elevadas, e que a reprovação total chega a 1/3 dos que se submetem aos exames; dois terços dos presentes, em média, foram aprovados em pelo menos uma área de conhecimento a cujas provas se submeteram.

As altas taxas de abstenção e reprovação reforçam a hipótese de que o conteúdo disponibilizado no AVA, sem interatividade ou mediação didática, não esteja sendo suficiente para possibilitar que cursistas se sintam aptos e obtenham sucesso nos exames.

Como tentativa de diminuir o índice de abstenção no exame presencial e levando em consideração o custo para sua execução, pela primeira vez, o CPS emitiu um comunicado (Anexo B) solicitando aos cursistas para que apenas se inscrevam para prova nos seguintes casos: a) estiver preparado(a) para participar do exame; b) não estiver comprometido(a) com outra atividade profissional (trabalho) ou familiar.

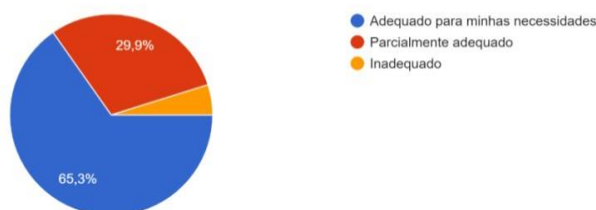
2.5.6 Avaliação do Programa

O questionário contemplou uma questão referente à avaliação do material didático disponibilizado no AVA, que foi avaliado positivamente por 65,3% dos cursistas que responderam à pesquisa.

Gráfico 3: Avaliação do material disponível no AVA

11) Como você avalia o material disponível para estudos?

144 respostas



Fonte: elaboração própria a partir da sistematização dos dados referentes ao questionário aplicado em 24/11/2018.

O dado em questão mostra que os cursistas que conseguem concluir os módulos de estudos e chegam ao exame presencial não apresentam dificuldades no uso das tecnologias de informação e possuem habilidades para aprendizagem autônoma, como exemplificado pela fala dos estudantes:

Gosto muito do curso e até agora não tenho encontrado dificuldades. Estudo bastante os livros e também acho os vídeos aulas bem mais fáceis para aprendermos... bem esclarecedor e fazendo as questões também achei que ajuda e muito no aprendizado. São bastante organizados em tudo não deixam nada a desejar estou satisfeita. (Cursista 16 A)

Para outros, ainda que tenham conseguido se adaptar à proposta e manter um ritmo de estudo de maneira autodidata, a presença de um professor tutor facilitaria o processo de aprendizagem e de compreensão do conteúdo apresentado: “Apesar de conseguir acompanhar acho que para alguns deve ser difícil, talvez um plantão de dúvidas online ajudaria.” (Cursista 5A)

Vemos também: “É um pouco difícil, porque não tenho orientação do professor, porém consigo estudar sem dificuldades”. (Cursista 79 B). E ainda: “Gosto muito deste módulo de ensino, porém gostaria de mais acompanhamento presencial, porque sinto

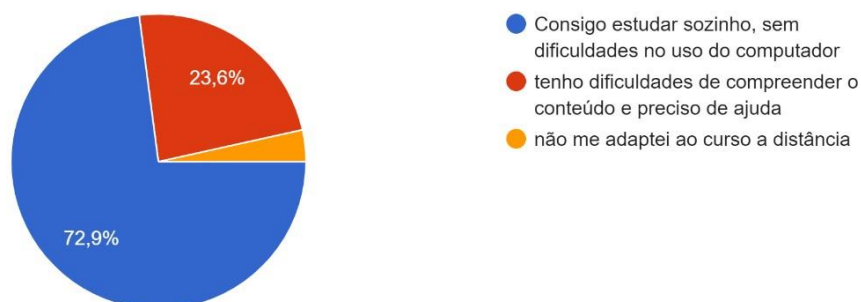
falta em tirar as dúvidas que tenho. Gostaria, se possível, de algo presencial.” (Cursista 107 B)

A capacidade de autodidaxia dos cursistas é evidenciada pelo gráfico 4, que representa a tabulação dos dados referentes à questão nº 12 do questionário aplicado:

Gráfico 4: Facilidade no acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem

12) Quanto ao acesso ao ambiente virtual de aprendizagem

144 respostas



Fonte: elaboração própria a partir da sistematização dos dados referentes ao questionário aplicado em 24/11/2018.

Não tivemos acesso ao número de candidatos inscritos no curso, de forma que não é possível mensurar a quantidade de estudantes que iniciaram os estudos no “EJA Online” e que, por inúmeras razões, não chegaram ao exame final. Saber quantos candidatos não conseguiram chegar ao exame final traria dados relevantes à análise do curso, pois teríamos possibilidades de compreender as fragilidades da proposta e a porcentagem dos estudantes que ela não está atingindo.

Considerações Finais

A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.

(Paulo Freire)

Chegamos ao fim deste trabalho não com uma conclusão pronta, mas sim com considerações sobre as reflexões que foram suscitadas ao longo da escrita deste texto a partir do objetivo da pesquisa: o estudo sobre a oferta de um curso de Ensino Médio na modalidade a distância, com proposta exclusivamente autoinstrucional.

A diversidade dentre os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos é grande. Inúmeros e diversos são os motivos que os levam ao retorno à escola, os conhecimentos prévios e as habilidades de que dispõem, os objetivos que almejam e os caminhos e possibilidades que surgem ao concluir os estudos. Diante disso, é importante que a política pública considere essa diversidade para a formulação da oferta.

Arroyo (2007, p. 7) pontua que

A EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Sendo que qualquer tentativa de diluí-los em categorias muito amplas os desfigura.

Assim, quanto maiores as possibilidades de oferta, maiores serão as chances desses jovens e adultos encontrarem um modelo de escola que seja adequado às suas necessidades.

Embora a educação a distância seja uma modalidade em expansão e o emprego das tecnologias digitais de informação e comunicação no campo educacional esteja mais acessível, é necessário um olhar cuidadoso para sua utilização como recurso para a educação básica. É certo que a possibilidade da flexibilização do tempo e dos espaços favorece o acesso à educação para muitos indivíduos, no entanto, não se deve reduzir a escolarização à capacidade de reter conteúdos, esperando-se muito da autodidaxia dos estudantes, cuja autonomia é um objetivo a ser perseguido (conforme as finalidades do Ensino Médio mencionadas no artigo 35 da LDB), mas não deveria ser um pré-requisito na educação básica.

Conforme assinalam Moore e Kearsley (2007), dentre outros autores mencionados na revisão da bibliografia sobre o tema, as interações constituem fator decisivo da qualidade da educação em geral, e da educação a distância em particular. Desse modo, é necessário valorizar o papel do professor que mediará e acompanhará a aprendizagem dos educandos, bem como a interação entre os educandos.

Contanto que as propostas de EaD não se configurem como forma de barateamento da oferta pública de EJA, não adotamos uma postura de negação da modalidade, porém há de se considerar que o público da EJA é, em sua maioria, membro das classes populares. São indivíduos que foram excluídos não apenas do sistema escolar regular, mas também de outras formas de acumulação de recursos materiais e culturais, inclusive o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, o que faz com que cursos mediados por essas tecnologias imponham, *per si*, restrições de acessibilidade.

Assim, compreendemos que a ação pedagógica deve acreditar na possibilidade de uma educação emancipatória, com práticas metodológicas amparadas em princípios humanistas. Para Paulo Freire (2005), a dialogicidade é a essência para uma educação para a liberdade. É na relação horizontal entre professor e educando que o conhecimento é ressignificado, em um processo de tomada de consciência crítica, o que seria o oposto da educação bancária. Para ele,

Na verdade, toda vez que o futuro seja considerado como um pré-dado, ora porque seja a pura repetição mecânica do presente [...], ora porque seja o que teria de ser, não há lugar para a utopia, portanto para o sonho, para a opção, para a decisão, para a espera na luta... Não há lugar para a educação. Só para o adestramento. (FREIRE, 2009, p. 92).

A possibilidade de um curso de formação básica para jovens e adultos na modalidade a distância, especialmente quando exige um alto grau de autodidaxia dos estudantes e diante da ausência de *chats* para interação entre os estudantes ou de um professor tutor que realize a intermediação das aprendizagens, pode não nos parecer adequado quando temos como balizador os pressupostos da educação popular.

A análise da legislação norteadora da educação a distância menciona a indicação de que haja alguma forma de acompanhamento das aprendizagens dos educandos, apontando para que existam mecanismos de interação para os estudantes, seja por meio

de tutoria on-line, seja na forma de orientação por meio de encontros presenciais. Nesse sentido, concordamos com Almeida (2001):

Aprendizagem não é algo espontâneo nem automático. A simples exposição às informações desconexas, mesmo que coloridas e multimidiáticas, não gera aprendizagem e, muito menos, educação. Educação é um complexo processo que supõe intencionalidade. (ALMEIDA, 2001, p. 18 *apud* HESSEL; PESCE; ALLEGRETTI, 2009).

A bibliografia que trata do tema é bastante enfática ao defender que as propostas de educação a distância devam atender a parâmetros mínimos de qualidade, lançando mão de recursos para garantir interação entre os participantes e acompanhamento das aprendizagens por meio de um professor tutor. Dessa forma, a distinção entre um curso a distância e um presencial deve se basear apenas na distância física dos participantes.

A literatura estudada evidencia que o processo de educação a distância é marcado pela separação física e temporal entre os participantes. No entanto, a figura do professor que fará a intermediação do processo de ensino e aprendizagem é fundamental para que essa modalidade de ensino atenda ao que ela se propõe.

Ainda que o Programa “EJA Online” tenha apresentado, nos exames presenciais analisados, índices de aprovação superiores aos resultados dos jovens e adultos solicitantes de certificação por meio do ENEM de 2010 a 2013 (CATELLI, 2016, p. 266), tais índices são inferiores àqueles obtidos pelos candidatos ao ENCCEJA de 2018¹⁷. Ou seja, não se pode afirmar que os resultados do EJA Online são superiores ou inferiores a outras formas de certificação pela via de exames.

Concordamos com o que pontua o Parecer CEB/CNE nº 41/2002: “[a educação a distância] não se limita a um autoestudo, pois é indispensável a existência de uma forte integração com a instituição que, através de diferentes meios de comunicação, oferece o curso”. (BRASIL, 2002, p. 14).

Dessa forma, finalizamos este trabalho com uma reflexão. Qual definição de educação é considerada pelo CPS ao colocar em prática o Programa EJA Online, que não prevê professor e aluno? Ainda que previsto em sua documentação, a figura do

¹⁷ De acordo com o INEP, 91% dos inscritos no ENCCEJA de médio em 2018 tiveram nota mínima em ciências da natureza; 81,1 % em ciências humanas; 67,3% em linguagens e redação; e 59,6 % em matemática (<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/11/13/resultado-do-encceja-2018-do-ensino-medio-e-divulgado-pelo-inep.ghtml>). Acesso em 08 jan. 2020.

mediador que acompanha a aprendizagem dos participantes, nunca existiu. Além disso, a instituição também abre mão do aluno, já que ele é considerado um cursista e não aparece como tal, ao menos, em suas escriturações oficiais.

Assim, compreendemos que falta ainda à proposta uma forma de integrar os estudantes efetivamente à instituição, proporcionando-lhes um autêntico processo de aprendizagem. Ainda que ela tenha sido estruturada como uma oferta totalmente autoinstrucional, há ajustes que precisam ser realizados para que o curso possa ser considerado uma política pública de qualidade para a EJA.

Referências

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. As teorias principais da andragogia e heurística. *In*: LITTO, Michael Fredric; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- ALVES, João Roberto Moreira. A história da EAD no Brasil. *In*: LITTO, Michael Fredric; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@: Revista de Educação de Jovens e adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-10, ago. 2007. Disponível em: http://mariaellytcc.pbworks.com/f/REVEJ@_0_MiguelArroyo.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.
- BELEZIA, Eva Chow. Evasão em cursos a distância: o estudo de um caso. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2014, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos: Ufscar, 2014.
- BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna? **Educ. Soc.**, Campinas, SP, v. 19, n. 65, p. 143-162, dez. 1998.
- BELLONI, Maria Luiza. **Crianças e mídias no Brasil: cenários de mudança**. Campinas: Papirus, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm . Acesso em: 28 abr. 2018.
- BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html> . Acesso em: 28 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 16/99**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 41/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 3/2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CLV, n. 224, p. 21-24, 22 nov. 2018.

- BRUNO, Adriana; RANGEL, Flaminio. Mediação online: partilha como ação pedagógica sob o olhar do professor em formação. *In*: HESSEL, Ana; PESCE, Lucila; ALLEGRETTI, Sonia. **Formação online de educadores: identidade em construção**. São Paulo: RG Editores, 2009.
- CARVALHO, Jaciara de Sá. **Educação cidadã a distância: uma perspectiva emancipatória a partir de Paulo Freire**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CARVALHO, Marcelo Pagliosa. **As políticas para a Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003 – 2010): incongruências do financiamento insuficiente**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CATELLI JUNIOR, Roberto. **Políticas de certificação por meio de exames nacionais para a educação de jovens e adultos: um estudo comparado entre Brasil, Chile e México**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- COIÇAUD, Silvia. A colaboração institucional na Educação a Distância. *In*: LITWIN, Edith (org.). **Educação a distância: temas para o debate de uma agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CORTI, Ana Paula. **À deriva: um estudo sobre a expansão do ensino médio no estado de São Paulo (1991-2003)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CORTI, Ana Paula. Ensino Médio em São Paulo: a expansão das matrículas nos anos 1990. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 41-8, jan./mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000100041&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 dez. 2019.
- CORTI, Ana Paula. Ensino médio: entre a deriva e o naufrágio. *In*: CASSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e a liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DI PIERRO, Maria Clara (coord.). **Um estudo sobre Centros Públicos de Educação de Jovens Adultos no Estado de São Paulo**. São Paulo: FEUSP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/148/127/638-1>. Acesso em: 24 dez. 2019.
- FARIA, Vanessa Elsas Porfirio. **A trajetória do projeto CIEJA entre as políticas públicas de EJA na cidade de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- FÁVERO, Osmar. Lições da história: avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições de analfabetismo no Brasil. *In*: PAIVA Jane; OLIVEIRA, Inês Barbosa (org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

- FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 25-42, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 jan. 2020.
- FERNANDES, Jarina Rodrigues. **O computador na Educação de Jovens e Adultos: sentidos e caminhos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Coord. Marina Baird Ferreira e Margarina dos Anjos. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.
- FREIRE, Maria Pereira Fernanda; VALENTE, José Armando (org.). **Aprendendo para a vida: os computadores da sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. *In: FRIGOTTO, G. et al.* (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-56.
- GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá (coord.). **Professores no Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.
- GOBBI, Maria Cristina. Nativos digitais: autores na sociedade tecnológica. *In: GOBBI, Maria Cristina; KERBAUY, Maria Teresa Miceli* (org.). **Televisão digital: informação e conhecimento**. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica, 2010. p. 23-55.
- GONTIJO, Cyntia Rubia Braga. Importância do material didático para a educação a distância: definições e especificidades. *In: NEVES, Inajara de S. V; CORRADI, Wagner; CASTRO, Carmem L. F. de* (org.). **EAD: diálogos, compartilhamentos, práticas e saberes**. Belo Horizonte: EdUEMG, 2016. p. 25-31.
- HESSEL, Ana; PESCE, Lucila; ALLEGRETTI, Sonia (org.). **Formação online de educadores: identidade em construção**. São Paulo: RG Editores, 2009.
- JOAQUIM, Bruno dos Santos; PESCE, Lucila. O uso das tecnologias digitais de informação e da comunicação nos contextos da Educação de Jovens e Adultos: uma revisão de literatura (2007-2014). **Olh@res**, Guarulhos, v. 4. n. 1, p. 86-106, maio 2016.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas; São Paulo: Papirus, 2007.
- LAPA, Andrea Brandão; TEIXEIRA, Graziela Gomes Stein. Tutor é docente da EaD? *In:* REALI, Aline M. de M. R.; MILL, Daniel (org.). **Educação a distância e tecnologias digitais: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos.** São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- LITTO, Michael Fredric. **Aprendizagem a distância.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- LITTO, Michael Fredric; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (org.). **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- LITWIN, Edith. Das tradições à virtualidade. *In:* LITWIN, Edith (org.). **Educação a distância: temas para o debate de uma agenda educativa.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira. **Educação a distância: referências e trajetórias.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora, 2001.
- LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Regulamentação da educação a distância: caminhos e descaminhos. *In:* SILVA, Marco (org.). **Educação Online.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje.** São Paulo: Pearson, 2007.
- MAGGIO, Mariana. O tutor na educação a distância. *In:* LITWIN, Edith (org.). **Educação a distância: temas para o debate de uma agenda educativa.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MATTAR, João. **Tutoria e interação em educação a distância.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- MILL, Daniel Ribeiro Silva; PIMENTEL, Nara Maria (org.). **Educação a distância: desafios contemporâneos.** São Carlos: EdUFSCar, 2013.
- MILL, Daniel Ribeiro Silva; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (org.). **Educação a distância, qualidade e convergências: sujeitos, conhecimentos, práticas e tecnologias.** São Carlos: EdUFSCAR, 2016.
- MOORE, Michel G. **Educação a distância: uma visão integrada.** Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thompson Learning, 2007.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação a distância: a tecnologia da esperança.** São Paulo: Loyola, 1999.
- NUNES, Ivonio Barros. A história da EAD pelo mundo. *In:* LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos (org.). **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico.** 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

- PASTORE, Juliana Dias. **Programa Alfabetiza São Paulo**: análise da política estadual de alfabetização de jovens e adultos (1997 / 2013). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PRETTO, Nelson de Luca. Desafios para a educação na era da informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas e o de sempre. *In*: BARRETO, Raquel Goulart (org.). **Tecnologias educacionais e educação a distância**: avaliando políticas e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Educação de Jovens e Adultos**: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação Educativa, 2001.
- RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 184-201, dec. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 dez. 2019.
- RODRIGUES, Marco Antônio; RUFINONI, Priscila Rossinetti. **Instituto Monitor**: memórias do ensino a distância. 1. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2006.
- SANTOS, José Deribaldo. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-240, dez. 2017.
- SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quarter, 2000.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. **Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos**. Brasília: UNESCO, 2010.
- VALLE, Lilian do. Espaço e tempo, distância e presença: conceitos para pensar a formação humana. *In*: REALI, Aline M. de M. R.; MILL, Daniel. **Educação a distância e tecnologias digitais**: reflexões sobre sujeitos, saberes, contextos e processos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- VALENTE, José Armando (org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Unicamp/NIED, 1999.
- VIEIRA, Rosilene Silva. **As relações federativas e as políticas de EJA no Estado de São Paulo no período de 2003-2009**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VIEIRA, Rosilene Silva. **E o povo com a EJA?** Estudo de caso sobre a perspectiva da população pouco escolarizada sobre as políticas educacionais no Município de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

APÊNDICES

1 - Produção acadêmica da USP acerca da Educação a Distância

Ano	Pesquisador	Tipo	Título	Resumo	Unidade
2012	Daniel Perdigão-Nass	Doutorado	Licenciaturas a distância em Física e Química no Tocantins: trajetórias, possibilidades e limites	Análise crítica da concepção, elaboração, planejamento, organização, implantação e andamento dos cursos de Licenciatura em Física e Química na modalidade a distância da Universidade Federal de Tocantins	Interunidades em Ensino de Ciências
2012	Vania Borges Bernal	Mestrado	A formação de professores em educação ambiental por meio da educação a distância (EAD): registro crítico-analítico viabilizado pela pesquisa-ação em Mirassol D'Oeste (MT)	Estudo das possibilidades e limites de formação de professores em educação a distância por meio do curso "Educação ambiental: Rede Ambiência".	Faculdade de Educação
2014	Christiane Elany Britto de Araújo	Doutorado	Educação em tempos digitais: análise de um curso de inglês online	Estudo sobre a utilização das tecnologias digitais em curso de inglês a distância.	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
2014	Elisangela	Doutorado	Contribuições para a preparação	Identificação da	Faculdade de

	Pavanelo		do professor frente às disciplinas semipresenciais	preparação dos professores de Ensino Superior para ministrar disciplinas a distância e semipresencial.	Educação
2014	Iara Cordeiro de Melo Franco	Doutorado	Complexidade e controvérsias na educação a distância: a implantação da modalidade na USP	Estudo sobre o fenômeno da complexidade e da educação a distância e semipresencial, e investigação dos atores que constituem o fórum de discussão do primeiro curso semipresencial da USP: licenciatura em Ciências.	Escola de Comunicações e Artes
2014	Joy Nunes da Silva Barros	Doutorado	Democracia e utopia na sociedade do conhecimento: reflexões sobre a educação a distância	Análise do atual discurso de legitimação da educação a distância via internet.	Faculdade de Educação
2014	Persia Paiva Barbosa	Mestrado	Formação continuada, motivação e educação a distância: um estudo com professor de Biologia e seus	Estudo das motivações que levaram professores a procurar cursos de especialização na	Interunidades em Ensino de Ciências

			tutores	modalidade a distância.	
2014	Thierry Faria Lima	Doutorado	A temática “algas” na formação continuada de professores de Biologia: uma experiência na Educação a Distância	Ampliação do conhecimento sobre a abordagem das algas na formação continuada de professores de Biologia na modalidade a distância.	Instituto de Biociências
2015	Jaciara de Sá Carvalho	Doutorado	Educação cidadã a distância: uma perspectiva emancipatória a partir de Paulo Freire	Problematização da educação a distância quanto às possibilidades de uma educação emancipatória.	Faculdade de Educação
2015	Barbara Peres Barbosa	Mestrado	Educação a distância: a articulação das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e os estruturantes didáticos (2002-2012)	Investigação das produções acadêmicas sobre EaD e questões emergentes de seu paradigma educacional.	Faculdade de Educação
2016	Olivia Mendes Gimenes	Doutorado	Atividades didático-pedagógicas dos tutores no sistema UAB: uma contribuição por meio de matriz de atribuições para a	Identificação das atribuições didático-pedagógicas dos tutores que atuam no Sistema	Faculdade de Educação

			criação de cursos de formação de tutores	Universidade Aberta do Brasil.	
2017	Rosângela Aparecida Alves	Doutorado	Um estudo de transformações educacionais e sociais em contexto amazônico sob a égide da Universidade Aberta do Brasil: um mundo não tão à parte	Estudo e problematização da UAB como política pública e educacional em polos localizados na Ilha de Marajó.	Faculdade de Educação

Fonte: Levantamento da autora, realizado em www.teses.usp.br . Acesso em: 10 ago. 2019.

2 - Hierarquização da interação

Escala	Criação de relacionamentos Sociais para a Interação	Meios de Instrução para a Interação	Interatividade dos Recursos de Tecnologia	Prova do interesse do aluno	Prova do interesse do instrutor
Qualidade e de interação reduzida	O instrutor não incentiva os alunos a se conhecerem melhor. Nenhuma das atividades requer interações sociais ou estão limitadas à introdução breve no início do curso.	As atividades de instrução não exigem interação nos dois sentidos do instrutor com os alunos; essas atividades requerem a transmissão de informações em um sentido (por exemplo, preleções do instrutor, veiculação do texto) e itens para o aluno com base nas informações.	Fax, página na web ou outros recursos tecnológicos permitem a veiculação de informações em um sentido (texto e/ou imagens).	Ao final do curso, a maioria dos alunos (50% a 75%) está respondendo às mensagens do instrutor, mas somente quando solicitadas; as mensagens algumas vezes não têm relação com os tópicos e tendem a ser breves ou excessivas e dispersas.	O instrutor responde somente de modo aleatório às perguntas do aluno; as respostas geralmente demoram mais de 48 horas; o feedback é breve e oferece pouca análise do trabalho do aluno ou sugestão para melhoria.
Qualidade e de interação mínima	Além de introduções breves, o instrutor requer outro intercâmbio de informações pessoais entre os alunos, por exemplo, biografia por escrito contendo formação e experiência pessoal.	As atividades de instrução requerem que os alunos se comuniquem com o instrutor apenas individualmente (por exemplo, formular/responder a perguntas do instrutor).	E-mails, listeserv, conferência/quadro de avisos ou outro recurso tecnológico permite troca de informações nos dois sentidos e assíncrona (texto e imagem).	Ao final do curso, a maioria dos alunos (50% a 70%) está respondendo às mensagens do instrutor e dos outros alunos, quando solicitada ou voluntariamente, as respostas geralmente têm relação com os tópicos, porém, são breves ou excessivas ou	O instrutor responde a maior parte das perguntas dos alunos; as respostas chegam geralmente no intervalo de 48 horas, o feedback, algumas vezes, oferece

				dispersas.	uma análise do trabalho do aluno e sugestões para melhoria.
Qualidade de interação moderada	O instrutor, além de proporcionar o intercâmbio de informações pessoais entre os alunos, oferece pelo menos outra atividade em classe para aumentar a comunicação e o relacionamento social entre os alunos.	Além de exigirem que os alunos se comuniquem com o instrutor, as atividades de instrução requerem que os alunos se comuniquem entre si (por exemplo, discussão em pares ou em grupos pequenos)	Além das tecnologias usadas para o intercâmbio de informações nos dois sentidos e assíncrono, a sala de bate-papo ou outra tecnologia permite intercâmbios síncronos de informações, principalmente por escrito.	Ao final do curso, todos ou quase todos os alunos (90% a 100%) estão respondendo às mensagens do instrutor e dos outros alunos, quando solicitada e voluntariamente, as respostas sempre são relacionadas a tópicos, mas, algumas vezes, são breves ou excessivas e dispersas.	O instrutor responde todas as perguntas dos alunos; as respostas chegam geralmente no intervalo de 48 horas, o feedback, algumas vezes, oferece uma análise do trabalho do aluno e sugestões para melhoria.
Qualidade de interação acima da média	O instrutor, além de proporcionar o intercâmbio de informações pessoais entre os alunos e incentivar a comunicação e interação social, também interage com os alunos em uma base social/pessoal.	Além de exigirem que os alunos se comuniquem com o instrutor, as atividades de instrução requerem que os alunos desenvolvam trabalhos atuando juntos, cooperativamente (por exemplo, em pares ou em grupos pequenos) e compartilhem o feedback.	Além das tecnologias usadas para o intercâmbio síncrono de informações escritas, tecnologias adicionais (por exemplo, teleconferência) permitem comunicação visual em um sentido e de voz nos dois sentidos entre o instrutor e os alunos.	Ao final do curso, a maioria dos alunos (50% a 75%) está respondendo e enviando mensagens quando solicitada e voluntariamente; as mensagens são detalhadas e relativas aos tópicos e, geralmente, refletem a intenção de se comunicar bem.	O instrutor responde todas as perguntas dos alunos; as respostas geralmente são imediatas, isto é, no intervalo de 24 horas; o feedback sempre oferece uma análise do trabalho do aluno e sugestões para

					melhoria.
Qualidade de interação de alto nível	Além de proporcionar um intercâmbio de informações e incentivar a interação aluno-aluno e instrutor-aluno, o instrutor oferece estruturas permanentes do curso, cuja finalidade é promover o contato social entre alunos e instrutor.	Além de exigirem que os alunos se comuniquem com o instrutor, as atividades de instrução requerem que os alunos desenvolvam tarefas trabalhando juntos cooperativamente (por exemplo, em pares ou em grupos pequenos) e compartilhem resultados e feedback com outros grupos da classe.	Além das tecnologias que permitem intercâmbio de textos nos dois sentidos, tecnologias visuais como vídeo nos dois sentidos ou as tecnologias de videoconferência permitem comunicações síncronas vocal/visual entre o instrutor e os alunos e entre os alunos.	Ao final do curso, todos ou quase todos os alunos (90% a 100%) estão respondendo e enviando mensagens, quando solicitados e voluntariamente; as mensagens são detalhadas e relacionadas aos tópicos e constituem comunicações bem desenvolvidas.	O instrutor responde todas as perguntas dos alunos; as respostas são quase sempre imediatas, isto é, no intervalo de 24 horas; o feedback sempre oferece uma análise do trabalho do aluno e sugestões para melhora, juntamente com dicas e informações adicionais para complementar o aprendizado.

Fonte: Moore e Kearsley (2008, p. 156-158).

3 – Apresentação da pesquisa para coleta de e-mail dos cursistas

Olá!

Meu nome é Lilian e sou estudante de mestrado na Faculdade de Educação da USP. Minha pesquisa pretende estudar a oferta de Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância, com atenção especial ao programa do Centro Paula Souza, **EJA ONLINE**. No momento, o objetivo é fazer um levantamento do perfil dos alunos que estão matriculados neste curso. Para aqueles que puderem colaborar de forma espontânea com meu trabalho, enviarei por e-mail um questionário solicitando informações como: idade, profissão, expectativas com relação ao curso, etc.

Agradeço a atenção.

Lilian Tavares Dias

Nº USP 3288397

E-mail: lilian.dias@usp.br

Professora Orientadora: Maria Clara Di Pierro

() Sim, aceito colaborar com a pesquisa.

Nome: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

Agradeço a atenção.

Lilian Tavares Dias

APÊNDICE 4

A - IDENTIFICAÇÃO DOS CURSISTAS ENTREVISTADOS EM 07/04/2018

	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	CONCLUSÃO DO EF	TRABALHO	UF DE NASC.
Cursista 1	Masc.	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 2	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 3	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	BA
Cursista 4	Masc.	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 5	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Desempregado	SP
Cursista 6	Feminino	30 a 44 anos	Rede privada regular	Carteira assinada	SP
Cursista 7	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 8	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 9	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 10	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 11	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PB
Cursista 12	Masc.	30 a 44 anos	Rede privada regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 13	Masc.	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	MA
Cursista 14	Masc.	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Desempregado	SP
Cursista 15	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 16	Feminino	Acima de 45	Rede pública EJA	Desempregado	BA
Cursista 17	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Não trabalha	RN
Cursista 18	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 19	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Desempregado	SP
Cursista 20	Masc.	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	TO
Cursista 21	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Desempregada	PB
Cursista 22	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PE

B - IDENTIFICAÇÃO DOS CURSISTAS ENTREVISTADOS EM 24/11/2018

	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	CONCLUSÃO DO EF	TRABALHO	UF DE NASC.
Cursista 1	Masc.	18 a 29 anos	Rede privada regular	Atividade informal	SP

Cursista 2	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregada	BA
Cursista 3	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PI
Cursista 4	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 5	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Ativ. informal	SP
Cursista 6	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 7	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 8	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 9	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	MG
Cursista 10	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 11	Masc	18 a 29 anos	Rede privada regular	Carteira assinada	SP
Cursista 12	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 13	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 14	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 15	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregado	SP
Cursista 16	Masc	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Desempregado	SP
Cursista 17	Masc.	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 18	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 19	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 20	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 21	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 22	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregado	SP
Cursista 23	Masc	18 a 29 anos	Rede privada regular	Carteira assinada	RJ
Cursista 24	Masc	18 a 29 anos	Rede privada regular	Não trabalha	SP
Cursista 25	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não respondeu	SP
Cursista 26	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 27	Masc	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Autônomo	BA
Cursista 28	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PI
Cursista 29	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregado	GO
Cursista 30	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 31	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 32	Masc	18 a 29 anos	Rede privada regular	Não trabalha	SP

Cursista 33	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 34	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 35	Masc	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Autônomo	SP
Cursista 36	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 37	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	RS
Cursista 38	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 39	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 40	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 41	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 42	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 43	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 44	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 45	Masc	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 46	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregada	GO
Cursista 47	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 48	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregada	PE
Cursista 49	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	AM
Cursista 50	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PB
Cursista 51	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 52	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 53	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 54	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 55	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 56	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 57	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 58	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 59	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 60	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônoma	SC
Cursista 61	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	MG
Cursista 62	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 63	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregada	SP

Cursista 64	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 65	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 66	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 67	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônoma	ES
Cursista 68	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 69	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 70	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Desempregada	PR
Cursista 71	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 72	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 73	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 74	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	PB
Cursista 75	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Autônoma	SP
Cursista 76	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Autônoma	SP
Cursista 77	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Autônoma	SP
Cursista 78	Feminino	18 a 29 anos	Rede privada regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 79	Feminino	18 a 29 anos	Rede pública EJA	Não trabalha	SP
Cursista 80	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 81	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 82	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 83	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Autônomo	SP
Cursista 84	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 85	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 86	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 87	Masc	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 88	Masc	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	BA
Cursista 89	Masc	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	PB
Cursista 90	Masc	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 91	Masc	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	BA
Cursista 92	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 93	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 94	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Desempregada	SP

Cursista 95	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PI
Cursista 96	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 97	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Desempregada	SP
Cursista 98	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 99	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 100	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	TO
Cursista 101	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Não trabalha	PB
Cursista 102	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 103	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 104	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	PE
Cursista 105	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 106	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 107	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 108	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Desempregada	SP
Cursista 109	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SC
Cursista 110	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 111	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 112	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 113	Feminino	30 a 44 anos	Rede privada regular	Carteira assinada	SP
Cursista 114	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 115	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Ativ. Informal	SP
Cursista 116	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Carteira assinada	PE
Cursista 117	Feminino	30 a 44 anos	Rede pública EJA	Não trabalha	CE
Cursista 118	Feminino	30 a 44 anos	Rede privada regular	Autônoma	SP
Cursista 119	Masc	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	PE
Cursista 120	Masc	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 121	Masc	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 122	Masc	Acima de 45	Rede pública regular	Ativ. Informal	SP
Cursista 123	Masc	Acima de 45	Rede pública regular	Desempregado	SP
Cursista 124	Masc	Acima de 45	Rede pública EJA	Carteira assinada	RN
Cursista 125	Masc	Acima de 45	Rede privada regular	Carteira assinada	SP

Cursista 126	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Ativ. Informal	MG
Cursista 127	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 128	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 129	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Desempregada	SP
Cursista 130	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 131	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Não trabalha	SP
Cursista 132	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	BA
Cursista 133	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 134	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Aposentada	MG
Cursista 135	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 136	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Autônoma	PR
Cursista 137	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 138	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Carteira assinada	SP
Cursista 139	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Desempregada	SP
Cursista 140	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Autônoma	SP
Cursista 141	Feminino	Acima de 45	Rede pública regular	Funcionária pública	TO
Cursista 142	Feminino	Acima de 45	Rede privada EJA	Não trabalha	SP
Cursista 143	Feminino	Acima de 45	Rede privada regular	Carteira assinada	SP
Cursista 144	Feminino	Acima de 45	Rede privada EJA	Carteira assinada	SP
Cursista 145	Feminino	Acima de 45	Rede privada EJA	Desempregada	MG

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

Nome da Instituição	Centro Estadual de Educação Tecnológica PAULA SOUZA
CNPJ	62823257/0001-09
Data	Revisado em julho/2016

Plano de Curso para:
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO
Carga Horária Total: 1.290 horas

**Curso aprovado pelo Parecer CEE/SP nº 89-2014 – publicado no D.O.E Executivo de
27/03/2014, página 70, seção I**

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC**PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO****Laura M. J. Laganá**

Diretora Superintendente

César Silva

Vice-Diretor Superintendente

Luiz Carlos Quadrelli

Chefe de Gabinete

Almério Melquíades de Araújo

Coordenador da Unidade do Ensino Médio e Técnico

Rogério Teixeira

Diretor do Grupo de Estudo de Educação a Distância

EQUIPE TÉCNICA**Carlos Augusto de Maio** – Pedagogo / Especialista em Planejamento e Implementação de EaD**Edilson Ramos de Lima** - Licenciatura em História**Felipe Benedetti Abbud Abdalla** - Licenciatura em Matemática**Fernanda Gonçalves Fontes** - Licenciatura em História / Bacharelado em Sociologia e Política**Joíra Conceição dos Santos Netto** - Licenciatura em Matemática**Lúcia Helena Campolin Rodrigues** - Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas**Michel Soares Rodrigues da Silva** - Licenciatura em Geografia**Rosemeire Cristina da Silva de Moraes** - Licenciatura em Letras**Thiago Tadeu Ferreira de Oliveira** - Licenciatura em Letras**Vânia Almeida Moraes** - Licenciatura em Letras**Vinicius César Dias** - Licenciatura em Química

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	04
REQUISITOS DE ACESSO	07
PERFIL DE CONCLUSÃO	07
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	09
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	39
APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	39
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	40
ESTRUTURA BÁSICA DAS ETECS OFERTANTES	41
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DO CURSO	41
PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO.....	42
CERTIFICADOS E DIPLOMAS	44
ANEXO - PARECER TÉCNICO DO ESPECIALISTA	46

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Justificativas

A Educação de Jovens e Adultos tem uma história recente no Brasil. Durante muito tempo, as escolas noturnas eram a única forma de alfabetizar jovens e adultos e muitas delas limitavam-se a grupos informais de estudos, não raras vezes com professores voluntários.

A crescente industrialização no país gerou a necessidade de mão de obra mais especializada e nos grandes centros urbanos criou-se uma maior necessidade de alfabetizar os jovens e adultos, ou seja, os trabalhadores que dão impulso ao crescimento da indústria e do comércio.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE)¹, em 2009, 43,1% da população ocupada tinham pelo menos o ensino médio completo, contra 33,6% em 2004, e os trabalhadores com nível superior completo representavam 11,1% do total, frente a 8,1% em 2004. Nesse intervalo de tempo, os percentuais de ocupados nos níveis de instrução mais baixos caíram, e os com níveis mais altos cresceram. Em 2009, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, os percentuais de pessoas ocupadas com pelo menos o ensino médio ultrapassavam 40%; no Sudeste (14,1%), Sul (12%) e Centro-Oeste (12,5%) o percentual de trabalhadores com ensino superior completo era maior que a média nacional. Diante disso e sendo consagrado que o mercado vem exigindo cada vez mais cidadão com o ensino médio completo, urge que ofertemos formações mais rápidas, como o caso do Ensino Médio, modalidade EJA.

Dados do Seminário "Balanço da EJA no Estado de São Paulo - Perspectivas de políticas públicas e contribuições para construção dos Planos de Educação", ocorrido em 2014, indicam que 5 milhões de paulistas não concluíram o Ensino Médio.²

¹ BRASIL Ministério da Educação Parâmetros Curriculares Nacionais PCN-Ensino Médio – Brasília MEC – 1999.

² <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/50-educacao-de-jovens-e-adultos/>. Acesso em 27/07/2016.

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

Neste diapasão, o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” viu a necessidade da criação do Ensino Médio na modalidade EJA - EaD, visto que muitos deste público, por não terem concluído e nem estarem matriculados no Ensino Médio, não conseguem cursar os ensinamentos técnico e tecnológico oferecidos pela instituição.

Voltado a trabalhadores que não puderam concluir seus estudos, o curso oferece, por meio de uma modalidade flexível de estudo, a oportunidade de elevar sua escolaridade e, por consequência, sua qualidade de vida.

Objetiva-se que o cursista perceba as vantagens de ter a opção de gerenciar com autonomia o seu horário, local e ritmo de estudo e, ciente que um curso em EaD possui a mesma validade de um presencial, possa fazer deste curso a porta de entrada para estudar nos cursos técnicos e tecnológicos oferecidos nesta modalidade pelo Centro Paula Souza.

Cabe salientar que o método de ensino na modalidade EaD acaba desenvolvendo no estudante algumas características muito valorizadas para o bom aproveitamento de uma formação profissional, como também no mercado de trabalho: a gestão do tempo, iniciativa e motivação.

A instituição busca, em todas as suas ações, proporcionar ao cursista condições para o desenvolvimento máximo de suas potencialidades para o alcance efetivo da excelência acadêmica e da formação psicossocial.

A formação referida é direcionada a jovens e adultos interessados na conclusão do Ensino Médio, com o intuito de concretizar o que consta nos artigos da LDB 9394/96, segundo orientações estabelecidas para a Educação Nacional.

Segundo o art. 27 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, cada etapa da Educação Básica pode corresponder a uma ou mais das modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica,

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação a Distância.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio, é voltado àqueles que não concluíram seus estudos na idade própria e está pautado em dois princípios básicos: flexibilidade e autonomia didática. A flexibilidade permite ao cursista estabelecer seu ritmo de estudo de maneira mais adequada à sua realidade pessoal e a autonomia didática através de uma metodologia sistematizada onde ele é o responsável pelo seu próprio aprendizado acompanhando as atividades propostas nos roteiros de estudo, livros didáticos e videoaulas, contando também com um fórum permanente para esclarecimento de dúvidas.

Princípios Pedagógicos

O Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio tem duração de 1.290 horas, divididas em três séries semestrais. O curso visa oferecer oportunidade de estudos às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade desse ensino na idade própria, assim como, prepará-los para o mercado de trabalho, dando possibilidade de prosseguimento de estudos em cursos técnicos e/ou superiores e, sobretudo, para um melhor exercício da cidadania. A oferta de cursos aos jovens e adultos proporciona oportunidade educacional apropriada, considerando as características do cursista, seus interesses, condição de vida e trabalho. A Educação de Jovens e Adultos orienta-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania; do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática; princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

O Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio do Centro Paula Souza estrutura-se segundo o modelo de aprendizagem aberta, cuja ênfase está numa aprendizagem mais autônoma e flexível, de maior acessibilidade aos cursistas, pois

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

coloca a sua disposição um currículo que, mesmo seriado, pode ser desenvolvido a partir da sua escolha. O cursista é o responsável pelo seu próprio aprendizado, acompanhando as atividades propostas em roteiros e materiais de estudo disponibilizados num ambiente virtual de aprendizagem. Conta, ainda, com um acolhimento inicial e fórum permanente de dúvidas. Quando se considerar apto, se inscreve em exames presenciais, que ocorrem sistematicamente nas escolas técnicas estaduais ofertantes.

REQUISITOS DE ACESSO

São condições para acesso ao Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio:

- ✓ Ter idade igual ou superior a 18 anos;
- ✓ Para a 1ª série: ter concluído o Ensino Fundamental;
- ✓ Para a 2ª série: ter concluído a 1ª série do Ensino Médio;
- ✓ Para a 3ª série: ter concluído a 2ª série do Ensino Médio.

O acesso ao curso é efetuado através da realização de cadastro junto à Secretaria Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza.

O Centro Paula Souza manterá em seu site institucional o **comunicado de realização de cadastro no Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio e procedimentos para realização dos exames presenciais**, regulamentando os procedimentos e normas destes atos aos interessados.

PERFIL DE CONCLUSÃO

O concluinte deve estar preparado para exercer ativa e solidariamente a sua cidadania, dar prosseguimento a seus estudos em diferentes níveis e atuar no mundo do trabalho, demonstrando, para isso, que é capaz de:

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

- dominar basicamente a norma culta da língua portuguesa e saber usar as diferentes linguagens para se expressar e se comunicar (Dominar Linguagens);
- construir e aplicar conceitos das diferentes áreas do conhecimento de modo a investigar e compreender a realidade (Compreender Fenômenos);
- selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações, trabalhando-os contextualizadamente para enfrentar situações-problema e tomar decisões (Resolução de Problemas);
- organizar informações e conhecimentos disponíveis de forma a argumentar consistentemente (Construir Argumentos);
- recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade (Elaborar Propostas).

Perfil de conclusão da 1ª Série

Ao final da 1ª série, o concluinte deverá ser capaz de:

- informar-se, comunicar-se e representar ideias e sentimento utilizando textos e tecnologias de diferentes naturezas;
- observar criticamente e questionar processos naturais, socioculturais e tecnológicos;
- ter noções básicas de como se desenvolvem as sociedades e as relações sociais.

Perfil de conclusão da 2ª Série

Ao final da 2ª série, o concluinte, além de ter desenvolvido as competências e habilidades referentes à 1ª série, deverá ser capaz de:

- articular entre si diferentes linguagens, códigos e tecnologias de informação e comunicação;
- confrontar opiniões e pontos de vistas diferentes e argumentar na defesa de suas ideias;

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

- pesquisar e sistematizar informações relevantes para a compreensão e resolução de problemas;
- perceber e articular as relações entre desenvolvimento científico e transformações sociais;
- usar a língua estrangeira para informar-se, comunicar-se e conhecer outras culturas.

Perfil de conclusão da 3ª Série

Ao final da 3ª série, o concluinte, além de ter desenvolvido as competências e habilidades e atitudes já desenvolvidas nas duas séries anteriores, deverá ser capaz de:

- expressar-se com autonomia, clareza, precisão e adequadamente, conforme o contexto em que se dá a comunicação;
- planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos;
- compreender e avaliar o papel histórico dos diferentes atores sociais.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Estrutura

O currículo foi organizado de modo a garantir o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, Decreto Federal nº 5.154, de 23-7-2004, Resolução CNE/CEB nº 02, de 30-1-2012, Resolução nº 03, de 15-6-2010, Indicações CEE nº 09/00 e 77/08 e Resolução SE, 78 de 7/11/2008.

O currículo está organizado em áreas de conhecimento que por sua vez dividem-se em componentes curriculares, onde a integração dos conteúdos ocorre por meio da definição de objetivos de aprendizagem comuns para a área como um todo. Tem-se três séries letivas, que

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

se referem a um conjunto de objetivos e bases científicas e situações de ensino-aprendizagem autoinstrucionais.

Nas séries, a sequência dos conteúdos desenvolvidos tem, dentro do possível, correspondência com séries do ensino regular ou termos de cursos presenciais de EJA, a fim de facilitar situações de transferência.

Por meio dos exames presenciais, obrigatórios, a organização curricular do curso permite ao cursista a eliminação de componentes curriculares/áreas de conhecimento dentro de cada série em que está inscrito. O Grupo de Estudo de Educação a Distância da Unidade do Ensino Médio e Técnico disponibilizará, periodicamente, através do **comunicado de realização de cadastro no Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio e procedimentos para realização dos exames presenciais**, o cronograma de realização das provas.

Nas séries são trabalhados conhecimentos e saberes provenientes de distintos campos disciplinares que, por meio de atividades, integram a formação, em função das competências que se propõem desenvolver.

As funções e as competências referentes aos componentes curriculares são diversas e direcionadas para:

- o desenvolvimento do cursista em seus aspectos físico, intelectual, emocional e moral;
- a formação da sua identidade pessoal e social;
- a sua inclusão como cidadão participativo nas comunidades onde atuará;
- a incorporação dos bens do patrimônio cultural da humanidade em seu acervo cultural pessoal;
- a fruição das artes, da literatura, da ciência e das tecnologias;
- a preparação para escolher uma profissão e formas de atuar produtiva e solidariamente na

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

sociedade;

- a aquisição de bases científicas.

A carga horária e o itinerário formativo estão de acordo com a legislação vigente, atendendo aos princípios pedagógicos atuais para a educação. As atividades que conduzem o processo de aprendizagem são orientadas por roteiros de estudo estruturados de forma que o cursista possa organizar seus estudos de maneira independente. Para favorecer o processo de aprendizagem, o curso possui uma diversidade de recursos que vão além dos textos, como exercícios simulados, hiperlinks, vídeos e ilustrações.

Uma equipe de professores especialistas por componente curricular ou área de conhecimento é responsável pela elaboração, revisão e atualização dos materiais instrucionais do curso, mediação pedagógica e confecção das provas dos exames presenciais.

Por se tratar de um curso autoinstrucional, a comunicação com os cursistas é realizada através de um ambiente virtual de aprendizagem que oferece um conjunto de tecnologias de informação e comunicação que permite desenvolver as atividades de estudo no tempo, espaço e ritmo de cada participante, bem como uma apresentação dos materiais instrucionais de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Organização da Matriz Curricular

Lei Federal nº 9394/96, Decreto Federal nº 5154/04, Resolução CNE/CEB nº 02, de 30/01/2012, Resolução CNE/CEB nº 03, de 15/06/2010 e Indicações CEE-SP nº 09/00 e 77/08 e Resolução SE, 78 de 7/11/2008.

EJA - EaD – ENSINO MÉDIO		COMPONENTES CURRICULARES	Carga Horária			Total
			1ª Série	2ª Série	3ª Série	
Áreas de Conhecimento	Linguagens	<i>Língua Portuguesa e Literatura</i>	100	80	80	260
		<i>Educação Física</i>	10	10	10	30
		<i>Arte</i>	80	-	-	80
	Ciências Humanas	<i>História</i>	40	40	40	120
		<i>Geografia</i>	40	40	-	80
		<i>Sociologia</i>	20	20	20	60
		<i>Filosofia</i>	20	20	20	60
	Matemática	<i>Matemática</i>	100	80	80	260
	Ciências da Natureza	<i>Física</i>	-	40	40	80
		<i>Química</i>	-	40	40	80
<i>Biologia</i>		-	40	60	100	
TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM:			410	410	390	1.210
Parte Diversificada	<i>Língua Estrangeira Moderna (Inglês)</i>		-	40	40	80
	<i>Língua Estrangeira Moderna (Espanhol)</i>		-	-	*	-
TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA:			-	40	40	80
CARGA HORÁRIA TOTAL:			410	450	430	1.290
Observação: *Língua Estrangeira Moderna Espanhol: componente curricular de oferta obrigatória à Instituição e facultativo ao cursista.						

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA – 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Analisar a língua portuguesa como língua materna e geradora de significado.
- ✓ Analisar os recursos linguísticos da produção textual oral e escrita, relacionando textos e contextos midiáticos mediante a função, organização e estrutura, bem como as condições de produção e recepção.
- ✓ Utilizar a língua portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais, reconhecendo os impactos tecnológicos nos processos comunicativos de leitura e de produção textual.

Temas de Estudo:

Tema 1 – Usos da Língua

- Língua e linguagens.
- Variação linguística.
- Elementos da comunicação.
- Relação entre a oralidade e a escrita.
- Conotação e denotação.
- Funções da linguagem.
- Figuras da linguagem.
- Tipologia textual.
- Interlocução.

Tema 2 – Diálogo entre Textos – um Exercício de Leitura

- Procedimentos de leitura.
- Leitura de imagens (linguagem não-verbal).
- A arte de ler o que não foi dito.
- Gêneros textuais.
- Ambiguidade.
- Intertextualidade.
- Narração/Descrição.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Exposição.
- Dissertação.
- Argumentação e persuasão.
- Interlocução.
- Articulação textual: coesão/coerência.
- Texto persuasivo.
- Carta persuasiva.

Tema 3 – Ensino de Gramática: algumas reflexões

- Fonética.
- Ortografia.
- Estrutura e formação de palavras.
- Classe de palavras.
- Sintaxe.
- Período simples e composto.
- Regência verbal.
- Regência nominal.
- Pontuação.
- Revisão gramatical.

Tema 4 – Texto como Representação do Imaginário e a Construção do Patrimônio Cultural

- Literatura: texto e contexto.
- Estilo.
- Gêneros literários.
- Trovadorismo.
- Humanismo.
- Classicismo.
- Barroco.
- Arcadismo.
- Romantismo.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Realismo/naturalismo.
- Parnasianismo.
- Simbolismo.
- Pré-modernismo.
- Modernismo.
- Fase contemporânea.

EDUCAÇÃO FÍSICA – 1ª 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Correlacionar corpo, trabalho e lazer para a promoção de qualidade de vida
- ✓ Relacionar a prática de atividades físicas à complexidade de fatores que influenciam na cidadania.

Temas de Estudo:

Tema 1 – O futebol para além das quatro linhas.

- Esporte como manifestação da cultura corporal.
- Os aspectos sociais e de convivência da educação física.
- Os interesses envolvidos para além da prática esportiva.

Tema 2 – A relação entre a televisão e o voleibol no estabelecimento de suas regras.

- Como atividades cotidianas podem ser relacionadas a educação física.
- Práticas esportivas e os interesses políticos, econômicos e sociais.
- A televisão na popularização da prática esportiva.

Tema 3 – Eu faço esporte ou sou usado pelo esporte?

- O papel do esporte “escolar”
- O esporte de competição.
- A profissionalização do esporte.

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

ARTE – 1ª SÉRIE

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Valorizar as influências dos diversos contextos socioculturais na apreciação e produção de manifestações artísticas, levando em consideração as relações de gênero, etnia, origem social e/ou geográfica, geracional/etária, ideológica, dentre outras.

Temas de Estudo:**Tema 1 – História da Arte: Movimentos e/ou Estilos Artísticos da Pré-História à Contemporaneidade**

- Estética e arte como elemento de representação, expressão e comunicação.
- Leitura e apreciação de produtos artísticos: leitura de imagens; características artísticas; produtores e produções artísticas: pintura, escultura, arquitetura, música, teatro, dança etc.
- A arte em diversos tempos: pré-história, antiguidade clássica, realismo, impressionismo, expressionismo, pós-modernismo e tendências artísticas do século 20 para o 21.

Tema 2 – Elementos Expressivos

- Linha, forma, cor, textura, volume, perspectiva.
- Equilíbrio, ritmo, simetria, proporção.
- Plano, espaço etc.

Tema 3 – Técnicas e Materiais Expressivos

- Pintura - lápis de cor, lápis 6b, guache, giz de cera etc.
- Colagem - materiais variados.
- Escultura - sucata, argila.
- Desenho - grafite, carvão, canetas etc.

Tema 4 – Produções Artísticas

- Dança: exercícios corporais, exploração do espaço, jogos.
- Teatro: exercícios corporais, exploração de espaço, jogos.
- Música: sons, parâmetros, estilos, instrumentos musicais, composições, paródias etc.
- Artes visuais: releituras, criações, vídeo, fotografia, performances, instalações, exposições, apresentações.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Tema 5 – Cultura Artística

- Tipos de cultura: erudita, popular, de massa e espontânea.
- Manifestações culturais brasileiras.
- Manifestações culturais de outros povos.

HISTÓRIA – 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Estabelecer relações entre o patrimônio histórico e cultural e as memórias e identidades locais, regionais, nacionais e mundiais.
- ✓ Situar os momentos históricos e atuar sobre os processos de construção da memória social, partindo da crítica dos diversos “lugares de memória” socialmente instituídos.

Temas de Estudo:

Tema 1 – Introdução ao Estudo da História Temática

- Tempo, memória, documento e monumento.
- Realidade, leituras da realidade e ideologia.

Tema 2 – A Importância do Trabalho na Construção da Cultura e da História

- Os diversos significados do trabalho.
- O trabalho na sociedade tecnológica, de consumo e de massa.
- Trabalho, emprego e desemprego na sociedade atual.
- O trabalho como produtor de cultura e a cultura do trabalho.

Tema 3 – As Transformações pelas quais passou o Trabalho Compulsório da Antiguidade à Contemporaneidade

- Modalidades de trabalho compulsório: escravidão, escravismo, servidão.
- Resistência dos trabalhadores à exploração e opressão.
- Permanência e influência de elementos culturais originários da antiguidade clássica e da idade média até os dias de hoje.

Tema 4 – As Transformações pelas quais passou o Trabalho Livre, da Antiguidade à 1ª Revolução Industrial

- Modalidades de trabalho livre.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Trabalho livre nas sociedades comunais.
- Artesanato doméstico e corporativo na Idade Média.
- Manufatura e assalariamento na Modernidade.
- Revolução Industrial: sistema fabril e classe operária.
- Tempo da natureza e tempo do relógio: mecanização e fragmentação do tempo, do trabalho e do homem.
- Trabalho livre no Brasil durante a Colônia e o Império.
- Permanência e influência de elementos culturais originários de comunidades indígenas, africanas, europeias e asiáticas protagonistas da história do Brasil nesse período.

Tema 5 – Características da Sociedade Global

- Novas tecnologias de informação, comunicação e transporte.
- Economia globalizada, cultura mundializada e novas formas de dominação imperialista.
- Hábitos, estilos de vida, mentalidades: mudanças, rupturas e permanências.
- O trabalho na cidade e no campo: mudanças, rupturas e permanências.
- Contrastes econômicos e sociais.
- Tendências, organizações e conflitos políticos nos tempos da globalização.

Tema 6 – As origens da Sociedade Tecnológica Atual

- O liberalismo.
- A 2ª e a 3ª Revoluções Industriais.
- O fordismo e o taylorismo.
- Movimentos operários e camponeses (fundamentação teórica, organização e luta).

Tema 7 – O Brasil na era das Máquinas – Final do Século XIX a 1930

- Abolição da escravidão e imigração.
- Formação da classe operária: condições, organização e luta.
- Propriedade da terra, poder, transformações nas relações de trabalho no campo.
- Lutas camponesas e experiências coletivas de apropriação e exploração da terra.

Tema 8 – Ditaduras: Vargas e Militar

- Características comuns e peculiaridades dos dois períodos.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Os contextos nacional e internacional em cada um dos períodos.
- Industrialização, trabalho.
- Atuação política: repressão e resistência.

Tema 9 – Os Períodos Democráticos

- Características comuns e peculiaridades.
- Constituições, partidos políticos, características dos processos eleitorais e do exercício dos três poderes.
- Modelos econômicos, questões sociais, participação política e luta pela cidadania.

Tema 10 – A Cidadania: diferenças, desigualdades; inclusão e exclusão

- Cidadania hoje e as transformações históricas do conceito.
- Origem, transformação e características do Estado hoje.
- Lutas pela cidadania: perspectiva nacional e internacional.

Tema 11 – Movimentos Nacionalistas e Internacionalistas

- Liberalismo e nacionalismo.
- Fascismo e nazismo.
- Anarquismo, socialismo e comunismo.
- As Guerras Mundiais.
- A Guerra Fria.
- As lutas contra o colonialismo e o imperialismo na África e Ásia e a constituição de novas nações.
- Nacional e/ou étnico X estrangeiro e/ou globalizado.

Tema 12 – A Cidadania no Brasil de Hoje

- Direitos, direitos humanos, direitos sociais, direitos dos povos, direitos internacionais.
- Constituição, Códigos e Estatutos.
- Organismos governamentais e não-governamentais em defesa de direitos.
- Avanços e conquistas em relação à inclusão social.
- As lutas contra as ditaduras contemporâneas.
- Perspectivas de luta e de conquistas futuras.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

GEOGRAFIA – 1ª E 2ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Analisar aspectos do desenvolvimento da sociedade e as relações da vida humana com os espaços geográficos.
- ✓ Analisar as transformações dos espaços geográficos em suas relações socioeconômicas e culturais de poder.

Temas de Estudo:**Tema 1 – Introdução ao Estudo da Geografia**

- Espaço, lugar, paisagem, natureza, cultura e técnica.
- Localização e representação.
- Mapas, gráficos, localização (latitude e longitude).

Tema 2 – O homem Cria seu Espaço

- O espaço como resultado da oposição diversidade-padrão.
- O papel da técnica e do trabalho na criação do espaço.
- A contradição: humanização-desumanização.

Tema 3 – A natureza, a Técnica e o Homem

- Os diferentes ecossistemas da terra e o homem.
- A relação do homem dentro da biodiversidade.
- Uma diversidade técnica para uma natureza diversa.

Tema 4 – Construção Espacial das Sociedades pelo Homem

- A organização da sociedade pelo modo de produção.
- As formas do espaço no tempo: das sociedades indígenas às sociedades atuais.
- As formas de sociedade e espaço no mundo do capitalismo e do socialismo.

Tema 5 – Os Espaços e os Homens

- O progresso das técnicas e os problemas socioambientais de ontem e de hoje.
- As realizações e problemas sociais do homem no espaço do capitalismo e do socialismo.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Tema 6 – O Espaço nas Modernas Sociedades Industriais

- O espaço de antes da Revolução Industrial.
- Diferenças da técnica anterior e no período entre a 1ª e a 2ª Revolução Industrial.
- O espaço brasileiro no momento da sua arrancada industrial.

Tema 7 – A formação e Mundialização do Espaço das Sociedades Contemporâneas

- A tecnologia industrial e as transformações demográficas.
- A integração dos espaços pela cidade, pelas relações de mercado e pelas comunicações.
- A dominação e aglutinação dos espaços numa só divisão internacional do trabalho.
- A urbano-industrialização e as transformações do espaço brasileiro.

Tema 8 – Os problemas do Espaço Mundializado

- A uniformização técnica e a desarrumação socioambiental.
- A globalização econômica e a fragmentação cultural e política do mundo.
- O contraste norte-sul e a nova migração internacional da população.
- A globalização e a desarrumação socioambiental do espaço brasileiro.

Tema 9 – A 3ª Revolução Industrial e o Novo Espaço do Homem

- As inovações tecnológicas e do trabalho na 3ª Revolução Industrial.
- A biorrevolução e a nova forma de percepção da natureza e seus recursos.
- O ciberespaço e a interligação do mundo pela informatização.

Tema 10 – A Distribuição da População, da Riqueza e da Pobreza em Nível Mundial

- Países Centrais e Países Periféricos.
- Blocos Econômicos.
- Produção, Concentração de renda e fome.
- Migrações regionais e internacionais.
- Metrôpoles, metropolização e problemas urbanos.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Acesso aos bens produzidos, consumismo e consumo responsável.

Tema 11 – Ações em Defesa do Substrato Natural e da Qualidade de Vida

- A fisionomia da superfície terrestre.
- Tempo geológico.
- Dinâmica da litosfera, da superfície hídrica e da biosfera.
- Os interesses econômicos e a degradação ambiental.
- Os problemas, catástrofes e consciência ambiental.
- Conferências internacionais.
- Recursos disponíveis.
- Informações sobre recursos naturais e teledetecção.
- Produção cartográfica sobre a questão ambiental.

Tema 12 – As relações Internacionais em Tempos de Globalização

- O pós-guerra fria e os tempos da globalização.
- Movimentos nacionalistas africanos e asiáticos.
- Os movimentos de minorias (étnicas, raciais, nacionais, sociais).
- Movimentos e manifestações nacionais e internacionais em defesa: dos direitos humanos, da natureza, da paz, da identidade cultural
- Movimentos e manifestações nacionais e internacionais contra: a globalização, a violência, a hegemonia norte-americana, a guerra, a manipulação da informação.
- A América no contexto mundial.
- O Brasil no contexto americano e no contexto internacional.

SOCIOLOGIA – 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Analisar as relações sociais no contexto globalizado.
- ✓ Identificar, na observação da sociedade, movimentos de ruptura de paradigmas e relacioná-los com a estrutura social e o momento histórico.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Temas de Estudo:

Tema 1 – Indivíduo e Sociedade

- Família.
- Religiosidade.
- Comunidade.
- Sociedade.
- Relações e interações sociais.

Tema 2 – O Trabalho e a Sociedade

- O trabalho em diferentes tempos e sociedades.
- Repercussões das mudanças sociais no mundo do trabalho.
- Divisão social do trabalho: divisão sexual e etária do trabalho.
- O Trabalho no Brasil.
- A flexibilização do trabalho e o desemprego estrutural.

Tema 3 – Estratificação e Mobilidade Social

- Tipos de estratificação social: sociedades organizadas em castas e por estamentos.
- Divisão e hierarquização da sociedade.
- Mobilidade social.
- Classes sociais.
- Conteúdo simbólico das estratificações e mobilidades sociais.

Tema 4 – Diferença e Desigualdade

- Desumanização e coisificação do outro.
- Questões de gênero e etnia.

Tema 5 – Mudança e Transformação Social

- Direitos, cidadania e movimentos sociais.
- Segregação e movimentos para mudanças sociais.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Inclusão e exclusão.
- Movimentos sociais.
- Movimentos sociais no Brasil.

Tema 6 – Cultura e Ideologia

- Conceitos.
- Trocas culturais e culturas híbridas.
- Cultura erudita e cultura popular.
- Tradições e Símbolos.
- A ideologia, suas origens e perspectivas.
- A ideologia no cotidiano.

Tema 7 – Identidade e Alteridade

- Conceitos.
- Da cultura ao conceito de alteridade e identidade.
- Alteridade na construção do sujeito.
- Identidade e coletividade.

Tema 8 – Grupos Étnicos e Etnicidade

- Aspectos teóricos.
- Etnicidade e raça (superação do conceito).
- Etnicidade e cultura.
- Matrizes na Formação do povo brasileira (matriz africana, portuguesa e indígena).
- Comunidades Tradicionais (Quilombos, caçaras, indígenas, caipiras, entre outras).

Tema 9 – Cultura e Indústria Cultural no Brasil

- O que caracteriza a cultura no Brasil.
- A indústria cultural no Brasil.
- A televisão brasileira e seu papel na sociedade.
- A inclusão digital.
- Meios de comunicação em massa.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Tema 10 – Violência

- Definição.
- Violência e representações sociais.
- Violência e sua construção como problema sociológico.
- Violência simbólica.

Tema 11 – O Poder e o Estado

- As teorias clássicas sobre o Estado.
- A sociedade disciplinar e a sociedade do controle.
- Estado e Governo. Sistemas de Governo e a República.

Tema 12 – Democracia, Cidadania e Justiça

- A democracia.
- Os três poderes.
- O processo legislativo no Brasil.
- Direitos Humanos.
- Direitos civis, políticos e sociais.
- Cidadania.

Tema 13– Sociologia Urbana

- A questão urbana e metropolitana do pós-fordismo a atualidade.
- A urbanização em países dependentes.
- Organização da Cidade.
- Mobilidade espacial intrametropolitana.
- Segregação sócio espacial e vulnerabilidade social.
- Expansão urbana e meio-ambiente.
- Relações homem-natureza e sustentabilidade.

Tema 14 – Sociologia Rural

- Raízes agrárias e a constituição da sociedade brasileira.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Formação e transformações do espaço agrário brasileiro.
- Relações e conflitos sociais no campo.
- Campesinato e agricultura familiar.
- Modernização da agricultura: mudanças sociais, degradação social, êxodo rural e a agroindústria.
- Questão agrária.
- Comunidades Rurais e novas identidades rurais.
- Relações homem-natureza e sustentabilidade.

FILOSOFIA – 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Identificar a relevância da reflexão filosófica para a análise dos temas que emergem dos problemas das sociedades contemporâneas.
- ✓ Identificar, de maneira reflexiva, os pressupostos dos conceitos do conhecimento científico.

Temas de Estudo:

Tema 1 – Ser Humano e a Condição Humana

- Natureza ou cultura? Um ser entre dois mundos.
- Filosofia antropológica, visões sobre o ser humano: Concepções platônica, aristotélica e cartesiana.
- Concepções de ser humano.
- Dignidade humana.

Tema 2 – O Mundo e a Natureza

- A relação do homem com a natureza na história.
- Desencantamento do mundo.
- Metafísica: a busca da realidade essencial.
- Tendências contemporâneas: como se concebe o mundo hoje.

Tema 3 – O Fazer Humano

- Descobrir, inventar, criar.
- Trabalho.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- A evolução da técnica.
- Trabalho e alienação.
- Tecocracia.

Tema 4 – Estética

- O que é estética.
- A crítica estética.
- O conceito de belo.
- A vivência através da arte.
- A arte como fenômeno universal.
- A arte como fenômeno social.
- A indústria cultural.

Tema 5 – Teoria do Conhecimento e a Verdade

- Fontes do saber.
- A questão gnosiológica (Gnosiologia) e reflexão filosófica.
- Cepticismo.
- Verdade.
- Conhecimento e a revolução científica.

Tema 6 – A Lógica

- Proposições e argumentos lógicos.
- Argumentação.
- Indução e dedução.
- Sofismas e falácias.
- Lógica tradicional e lógica matemática.

Tema 7 – O Conhecimento Mítico e o Etnoconhecimento

- O mito.
- Funções, características do mito.
- O mito hoje.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Fabricações dos mitos.
- Etnoconhecimento.

Tema 8 – Conhecimento Científico

- O que é a ciência.
- Método científico.
- Leis, teorias e os paradigmas da ciência.
- Além do método, a imaginação e a criatividade.
- Os mitos da ciência.
- Epistemologia contemporânea.

Tema 9 – Ética, Moral e Valores

- Distinção entre ética e moral.
- A ética como reflexão sobre os valores morais.
- Os desafios contemporâneos no campo da ética.
- O conceito de sujeito moral.
- Transformação da moral.
- Valores.
- Origem e função dos valores.
- Relatividade e subjetividade dos valores.

Tema 10 – Consciência e Filosofia

- Desenvolvimento da Consciência.
- Consciência e inconsciente.
- O homem como sistema aberto.
- Do senso comum ao senso crítico.
- Da consciência crítica à sabedoria.
- Consciência e cultura.

Tema 11 – Liberdade, Submissão e Pacto Social

- O pacto social como fundamento do poder político.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Direitos naturais, direitos civis e direitos humanos.
- A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Tema 12 – Política

- As principais concepções da política na Antiguidade.
- Política na história.
- O público e o privado.
- Realismo político e a lógica do poder.
- Democracia direta e democracia representativa.
- Poderes paralelos.

MATEMÁTICA – 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Identificar e fazer uso de instrumentos apropriados para efetuar medidas e cálculos.
- ✓ Construir escalas, expressões matemáticas, fórmulas, diagramas, tabelas, gráficos, entre outros.
- ✓ Interpretar textos e informações da Ciência e da Tecnologia relacionados à Matemática e veiculados em diferentes mídias.
- ✓ Identificar transformações entre grandezas ou figuras, para relacionar variáveis e dados, fazer quantificações, previsões e identificar desvios.

Temas de Estudo:

Tema 1 – Álgebra

- Conjuntos numéricos.
- Noções de função.
- Tipos de Funções: 1º grau, quadrática, modular, exponencial.
- Logaritmo.
- Sequências: P A e P G.

Tema 2 – Introdução à Estatística

- Gráficos.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Tema 3 – Trigonometria

- Trigonometria no triângulo retângulo e na circunferência.
- Funções trigonométricas: seno, cosseno e tangente.
- Matrizes e determinantes.

Tema 4 – Geometria Espacial

- Posição.
- Métrica: Áreas e Volumes.

Tema 5 – Análise de Dados

- Contagem.
- Análise combinatória.

Tema 6 – Álgebra

- Noções de Matemática Financeira.

Tema 7 – Geometria Analítica

- Representação no plano cartesiano e equação.
- Intersecção e posições relativas de figuras e circunferência.

Tema 8 – Análise Combinatória

- Estatística – Probabilidade.

FÍSICA – 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Analisar os fenômenos naturais e/ou situações-problema das diferentes áreas, utilizando o conhecimento da Física.
- ✓ Identificar os símbolos e códigos da linguagem científica próprios da Física para resolução de situações-problema.
- ✓ Identificar propriedades físicas de produtos, sistemas ou procedimentos tecnológicos às finalidades a que se destinam.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Temas de Estudo:

Tema 1 – Universo, Terra e Vida

- O Universo, sua origem, o Sistema Solar e a Terra.
- Compreensão Humana do Universo.

Tema 2 – Movimentos: variações e conservações de quantidade de movimento

- Fenomenologia cotidiana.
- Deslocamentos e rotações.
- Modelo atômico.
- Equilíbrios e desequilíbrios.
- Leis de Newton.
- Energia.

Tema 3 – Calor, Ambiente e Usos de Energia

- Fontes e trocas de calor.
- Tecnologias que usam calor: motores e refrigerações.
- Calor na vida e no ambiente.
- Energia térmica, termodinâmica e produção para uso social.

Tema 4 – Som, Imagem, Luz e Informação

- Fontes sonoras.
- Formação, detecção e criação de imagem.
- Princípios da luz.
- Gravação, reprodução e transmissão de sons e imagens.

Tema 5 – Equipamentos Elétricos e Telecomunicações

- Eletromagnetismo.
- Aparelhos e motores elétricos.
- Geradores, emissores e receptores.
- Evolução dos computadores.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Eletrônica e informática.

Tema 6 – Matéria e Radiação

- Matéria e suas propriedades.
- Radiação e suas aplicações.
- Energia nuclear, radioatividade, suas aplicações e consequências.

QUÍMICA – 2ª E 3ª SÉRIES**Competências do Componente Curricular:**

- ✓ Avaliar métodos e procedimentos próprios da Química e aplicá-los em diferentes contextos.
- ✓ Identificar propriedades químicas de produtos, sistemas ou procedimentos tecnológicos e relacioná-los às finalidades a que se destinam.
- ✓ Identificar os fenômenos envolvendo interações e transformações físico-químicas.

Temas de Estudo:**Tema 1 – Litosfera:**

- Tipos de substâncias e propriedades gerais das substâncias.
- Materiais da Natureza – extraindo sal do mar, combustíveis do petróleo, metais dos minerais, entre outros.
- Elementos químicos – descoberta dos elementos químicos.

Tema 2 – Primeiros Modelos de Construção da Matéria

- Átomo: linguagem química; símbolos, número atômico, massa atômica; modelos atômicos e estrutura atômica.

Tema 3 – Propriedades das Substâncias e Ligações Químicas: diferenças entre metais, água e sais

- Teoria do Octeto e a combinação dos átomos.
- Tabela periódica e as propriedades periódicas.

Tema 4 – Reconhecimento e Caracterização de Transformações Químicas

- Comportamento das substâncias e as funções inorgânicas.
- Reação química: transformações das substâncias e tipos de reações.
- Energia exotérmica e de endotérmica; reação de combustão e termoquímica.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Tema 5 – Reconhecimento e Caracterização das Transformações da Matéria

- Mol: unidade de medida da grandeza quantidade de matéria.
- Cálculo estequiométrico: equações das reações químicas e a resolução de problemas envolvendo cálculos.
- Estudo dos gases.
- Reagentes e produtos: rendimento das reações.

Tema 6 – Primeiros Modelos de Construção da Matéria

- Representação: linguagem química.
- Relações quantitativas – índice, coeficiente, balanceamento das reações.

Tema 7 – Energia e Transformação Química

- Combustíveis e ambiente e produção e consumo de energia.
- A natureza elétrica da matéria; Eletroquímica e Eletrólise.

Tema 8 – Aspectos Dinâmicos das Transformações

- Cinética: rapidez de reações químicas ou velocidade reações químicas.
- Equilíbrio: reversibilidade de uma reação química.

Tema 9 – Química da Atmosfera

- Gases e propriedade do estado gasoso.
- Chuva ácida e as consequências na Natureza.
- Efeito estufa e o aquecimento global.

Tema 10 – Química da Hidrosfera

- Soluções: classificação, concentração e composição dos materiais.
- Meio ambiente: discutindo possíveis soluções para o lixo, sujeira no ar, “agrotóxico” (entre outros).
- Tratamento de água.

Tema 11 – Química e Litosfera

- Metalurgia e siderurgia: extração dos metais e a importância desses materiais no nosso dia-a-dia.

Tema 12 – Química e Biosfera

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Química e vida.
- Alimentos e funções orgânicas.
- Polímeros e propriedades das substâncias orgânicas.
- Indústria química e síntese orgânica.
- Petróleo: combustíveis e suas aplicações.

Tema 13 – Modelos Quânticos

- Radioatividade e energia nuclear.
- Bombas atômicas e suas consequências.
- Lixo nuclear e desastre da desinformação radioativa.

BIOLOGIA – 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Analisar as interações entre organismos e ambiente, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.
- ✓ Distinguir códigos e nomenclaturas científicas em fenômenos e processos biológicos.
- ✓ Identificar as interações e as transformações biológicas nos diferentes processos.

Temas de Estudo:

Tema 1 – Origem e Evolução da Vida

- O que é vida? Hipóteses sobre a origem da vida e a vida primitiva.
- Ideias evolucionistas e a evolução biológica.
- A origem do ser humano e a evolução cultural.

Tema 2 – Identidade dos Seres Vivos

- A organização celular da vida e as funções vitais básicas.
- DNA – a receita da vida e seu código.
- O avanço científico e tecnológico, consequências na sociedade contemporânea e tecnologia de manipulação do DNA.

Tema 3 – Diversidade da Vida

- Diversidade: os Reinos que regem as diferenças, genética e ambiente.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- A origem da diversidade, os processos vitais, a organização da diversidade, a diversidade brasileira.
- A perpetuação das espécies.
- A diversidade ameaçada: as ameaças, principais problemas ambientais brasileiros.
- Ética do cuidado com a Natureza: prioridades e ações estratégicas.

Tema 4 – A Interação entre os Seres Vivos

- A interdependência da vida.
- Matéria e energia: os movimentos dos materiais e da energia na natureza.
- Verificação dos princípios que regem a vida: reações químicas e enzimas.
- Desorganização dos fluxos da matéria e da energia: a intervenção humana e outros desequilíbrios ambientais.
- Problemas ambientais brasileiros e desenvolvimento sustentável.

Tema 5 – As Teias da Vida, seu Desequilíbrio e seu Difícil Reequilíbrio

- Fotossíntese e respiração: processos que se intercomplementam.
- Taxas de fotossíntese e de respiração para diagnóstico ambiental.
- Micronutrientes: adequação da composição do solo para cada tipo de cultura.
- Técnicas utilizadas para determinar o pH e a composição do solo.

Tema 6 – Qualidade de Vida das Populações Humanas

- O que é saúde e distribuição desigual da saúde pelas populações.
- Agressões à saúde das populações e saúde ambiental.

Tema 7 – Transmissão da Vida, Ética e Manipulação Genética

- Os fundamentos da hereditariedade.
- Genética humana e saúde.
- Aplicações da engenharia genética: um debate ético.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (INGLÊS) – 2ª E 3ª SÉRIES

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Identificar o idioma inglês como língua de acesso a informações de outras culturas e grupos sociais.
- ✓ Apropriar-se dos conhecimentos do idioma inglês como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informações, tecnologias e culturas.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Temas de Estudo:

Tema 1 – Gramática

- Artigos.
- Plural dos substantivos.
- Caso genitivo.
- Pronomes pessoais (Sujeito/Objetivo) possessivos.
- Substantivos - Adjetivos – Advérbios - Sufixos – Prefixos.
- Discurso direto - Discurso indireto.
- Falsos cognatos.

Tema 2 – Tempos e Regência Verbal

- Verbos to be - to have.
- Verbos regulares e irregulares.
- Infinitivo – Gerúndio.
- Presente simples - presente contínuo; passado simples - passado contínuo, passado perfeito; futuro e futuro próximo.
- Verbos modais.
- Condicional - Condicional Perfeito.
- If clauses.
- Voz Passiva.

Tema 3 – Técnicas de Leitura

- Leitura rápida (skimming), leitura com objetivo (scanning), leitura seletiva (prediction).
- Diferentes tipos de texto e sua compreensão.
- Gramática e Vocabulário aplicados à compreensão de textos.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA (ESPANHOL) – OPTATIVA

Competências do Componente Curricular:

- ✓ Apropriar-se de conhecimentos básicos do idioma espanhol como meio de ampliar as possibilidades de comunicação num mundo globalizado

Tema Único de Estudo – Comunicação básica em espanhol.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

- Apresentação de pessoas.
- Nomes de eventos.
- Meses do ano e dias da semana.
- Expressões típicas.
- Palavras e expressões de atenção e cortesia.

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO****Enfoque Pedagógico do Currículo**

Constituindo-se em um meio para guiar a prática pedagógica, o currículo organizado é direcionado para a construção da aprendizagem do cursista, enquanto sujeito do seu próprio desenvolvimento. Para tanto, a organização do processo de aprendizagem privilegiará a definição de problemas e/ou questões geradoras que orientam e estimulam a investigação, o pensamento e as ações, assim como a solução de problemas. Cada tema de estudo é apresentado num roteiro formulado por competências que estrutura o estudo em três momentos sucessivos:

Sensibilização: momento de despertar os cursistas para o tema proposto, através de uma contextualização do saber, utilizando linguagens atraentes e de seu universo social e cultural.

Organização: momento de investigação e aprofundamento do assunto abordado por meio de uma situação problema de modo a levar o cursista a mobilizar competências e habilidades para a resolução.

Sistematização: momento de sistematizar o aprendizado e avaliar seu desempenho.

Dessa forma, o enfoque pedagógico do curso proporciona, aos cursistas, competências que permitem associar saberes e lhes dar sentido.

Recursos Didáticos – Pedagógicos

O curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade de EaD, em nível de Ensino Médio, conta com um conjunto de materiais didáticos que podem ser utilizados *off-line* e/ou *on-line* (a partir de conexão com a *Web*).

São eles: agendas de estudo, livros didáticos, videoaulas, exercícios resolvidos e indicações de fontes complementares de estudo disponíveis na internet.

Esses materiais se articulam no Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual os participantes

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC**PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

podem aprender, norteados pelos conceitos de aprendizagem significativa, construtivismo e interatividade.

Um fórum permanentemente aberto permite aos cursistas que esclareçam suas dúvidas sobre o uso dos materiais e dos temas de estudo.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O cursista, a seu critério, poderá realizar estágio supervisionado, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, não sendo, no entanto, condição para a conclusão do curso. Quando realizado, as horas efetivamente cumpridas e definidas em um Plano de Estágio Supervisionado, constarão no Histórico Escolar. O Plano de Estágio Supervisionado deverá prever os seguintes registros:

- ✓ sistemática de acompanhamento, controle e avaliação;
- ✓ justificativa;
- ✓ metodologias;
- ✓ objetivos;
- ✓ identificação do responsável pela Orientação de Estágio;
- ✓ definição de possíveis campos/áreas para realização de estágios.

O estágio somente poderá ser realizado de maneira concomitante com o curso e sua continuidade está condicionada à frequência da participação do cursista nos exames presenciais obrigatórios. A não participação do cursista em um dos exames presenciais, implicará no cancelamento do estágio.

APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de competências anteriormente adquiridas pelo cursista, por meio da educação formal/informal ou do trabalho, para fins de prosseguimento de estudos, será feito, a pedido do

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

cursista, mediante a realização de exame avaliatório presencial.

Será designada comissão de especialistas destinada a avaliar as competências e emitir parecer conclusivo sobre a dispensa parcial ou total de componentes curriculares ou áreas de conhecimento da série.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é realizada por meio de Exames Presenciais que se constituem de provas objetivas, com questões de múltipla escolha, formuladas para avaliar o conhecimento dos temas trabalhados nas agendas de cada componente curricular de cada uma das séries do curso.

As provas serão organizadas por componente curriculares e/ou áreas de conhecimento, de forma a avaliar as competências referentes a 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, e sintetizadas nas macrocompetências, a saber:

- I. informar-se, comunicar-se e representar ideias e sentimento utilizando textos e tecnologias de diferentes naturezas;
- II. usar a língua estrangeira para informar-se, comunicar-se e conhecer outras culturas;
- III. observar criticamente e questionar processos naturais, socioculturais e tecnológicos;
- IV. ter noções básicas de como se desenvolvem as sociedades e as relações sociais.

As sínteses de avaliação do desempenho nos exames presenciais serão expressas em menções correspondentes a conceitos, com as seguintes definições operacionais:

Menção	Conceito	Definição Operacional
MB	Excelente	o cursista obteve excelente desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
B	Bom	o cursista obteve bom desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
R	Regular	o cursista obteve desempenho regular no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO

CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

I	Insatisfatório	o cursista obteve desempenho insatisfatório no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
---	----------------	--

Aos cursistas com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório nos exames presenciais será oferecido, de forma contínua e permanente, estudos de recuperação através da participação em fóruns de discussão e dúvidas, por componente curricular, disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso.

Será considerado aprovado no componente curricular ou área de conhecimento, o cursista que tenha obtido aproveitamento para promoção equivalente às menções MB, B ou R.

O Centro Paula Souza manterá em seu site institucional o **comunicado de realização de cadastro no Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio e procedimentos para realização dos exames presenciais**, regulamentando os procedimentos e normas destes atos aos interessados.

ESTRUTURA BÁSICA DAS ETECS OFERTANTES

As Etecs que oferecerão o curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio, deverão estar estruturadas para operacionalizar os exames presenciais em conformidade com o disposto no **comunicado de realização de cadastro no Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio e procedimentos para realização dos exames presenciais**, expedido pelo Grupo de Estudo de Educação a Distância da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza.

A Direção da Etec ofertante deverá indicar um professor ou funcionário que será o responsável pelas etapas da realização dos exames presenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DO CURSO

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

Língua Portuguesa e Literatura / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006.- ISBN: 85-85380-38-1

Arte / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-30-6

Educação Física / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-32-2

História / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-36-5

Geografia / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2007. - ISBN: 85-85380-35-7

Sociologia / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-41-1

Filosofia / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-33-0

Matemática / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-39-X

Física / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-34-9

Química / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85.85380-40-3

Biologia / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-31-4

Língua Estrangeira Moderna - Espanhol e Inglês / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. - ISBN: 85-85380-37-3

Observação: Livros de uso público com autorização de sua reprodução total ou parcial pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O Grupo de Estudo de Educação a Distância da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza manterá:

- Coordenação de curso, responsável pelo gerenciamento das atividades pedagógicas e administrativas do curso.
- Equipe de professores especialistas por componente curricular ou área de conhecimento,

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO**

CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

responsável pela elaboração, revisão e atualização dos materiais instrucionais do curso, mediação da aprendizagem e confecção das provas dos exames presenciais.

- Equipe de Tecnologia da Informação, responsável pela manutenção e disponibilização do ambiente virtual de aprendizagem.
- Equipe de gestão acadêmica, responsável pela escrituração da vida escolar dos cursistas.

Estas equipes serão compostas por professores especialistas e técnicos administrativos selecionados por meio de processo interno ou externo da instituição.

Coordenação / Mediação Pedagógica		
NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Carlos Augusto de Maio	Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Planejamento e Implementação de EaD	Coordenador do Curso
Edilson Ramos De Lima	Licenciatura História; Bacharelado em Direito; Formação Pedagógica "Esquema I"	Conteudista e mediador do componente curricular História
Felipe Benedetti Abbud Abdalla	Licenciatura em Matemática;	Conteudista e mediador do componente curricular Matemática
Fernanda Gonçalves Fontes	Bacharelado em Sociologia e Política; Licenciatura em História; Mestrado em Educação; Especialização em EAD	Conteudista e mediadora dos componentes curriculares Sociologia e Filosofia
Jôira Conceição dos Santos Netto	Licenciatura em Matemática com ênfase em informática; Especialização em Educação Matemática	Conteudista e mediadora do componente curricular Física
Lúcia Helena Campolim Rodrigues	Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas	Conteudista e mediadora do componente curricular Biologia
Michel Soares Rodrigues da Silva	Licenciatura em Geografia; Especialização em Ensino de Geografia; Mestrado em Geografia Humana; Licenciatura em Pedagogia	Conteudista e mediador do componente curricular Geografia
Rosemeire Cristina da Silva de Moraes	Licenciatura em Letras	Conteudista e mediador dos componentes curriculares Língua Portuguesa, Inglês e Arte
Vinícius Cesar Dias	Licenciado em Química; Mestrado Acadêmico em Eletroquímica	Conteudista e mediador do componente curricular Química
Wellington Luiz Sachetti	Licenciado em Letras; Especialização em Design Instrucional	Designer instrucional

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC**PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

Equipe de Tecnologia da Informação		
NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Ivan Geza Borbely	Tecnologia em Processamento de Dados	Produção de mídias digitais
Lais Aparecida Silva Turk	Ensino Médio	Diagramação e editoração gráfica
Lilian Aparecida Bertini	Bacharelado em Análise de Sistemas	Responsável pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem
Lorran Goveia Rodrigues Carvalho	Licenciatura em Música	Produção de mídias digitais
Rogério Barbosa da Silva	Tecnologia em Processamento de Dados	Responsável por infraestrutura de T.I.

Equipe Técnico Administrativa		
NOME	FORMAÇÃO ACADÊMICA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Rogério Teixeira	Licenciatura em Pedagogia	Diretor GEEaD
Adelina Maria Lucio	Licenciatura em Pedagogia	Assistente técnico Administrativo II – responsável pela Secretaria Acadêmica do GEEaD
Claudia Pereira Gomez Flo	Ensino Médio	Assistente Administrativo
Juliana Leal Saula	Ensino Médio	Assistente Administrativo

CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Ao concluinte do Curso será conferido e expedido histórico e certificado de conclusão do **Curso de Educação de Jovens e Adultos, na Modalidade EaD, em nível de Ensino Médio**, satisfeitas as exigências relativas:

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC**PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

- ao cumprimento do currículo previsto.
- aproveitamento suficiente para promoção, conforme os critérios de avaliação da aprendizagem dispostos neste plano de curso.
- apresentação do certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou equivalente.

O Histórico Escolar e o Certificado de Conclusão serão registrados na forma da lei, terão validade nacional e serão expedidos pelo Grupo de Estudo de Educação a Distância da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza ou Unidade Escolar ofertante.

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

PARECER TÉCNICO

Fundamentação Legal: Deliberação CEE n.º 105/2011 e Indicação CEE n.º 108/2011

1. Identificação da Instituição de Ensino

1.1. CNPJ			
62.823.257/0001-09			
1.2. Nome e Sigla			
Centro Estadual de Educação Tecnológica "PAULA SOUZA" – CEETEPS			
1.3. Logradouro			
Praça Coronel Fernando Prestes			
Número	74	Complemento	
CEP	01124-060	Bairro	Bom Retiro
Município	São Paulo		
1.4. Contatos			
Telefone(s)	(11)3327-3060		
Fax	(11)3327-3130		
Endereço Eletrônico	geead@cps.sp.gov.br		
Website	http://www.cps.sp.gov.br		
1.5. Supervisão delegada de acordo com a Resolução SE/SP 78 de 07 de novembro de 2008.			
1.6. Direção da Instituição de Ensino			
Diretor(a)	Rogério Teixeira		
e-mail	rogerio.teixeira@cps.sp.gov.br		
Telefone do diretor(a)	(11) 3327-3060		
1.7. Dependência Administrativa			

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC

PLANO DE CURSO

CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Estadual/Municipal/Privada	Estadual
-----------------------------------	----------

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

2. Curso
2.1. Curso novo ou curso em funcionamento
Curso em funcionamento nos termos do Parecer CEE/SP nº 89-2014
2.2. Curso presencial ou na modalidade a distância
Curso na modalidade a distância.
2.3. Denominação do curso
Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio
2.4. Eixo Tecnológico
Educação Básica – Ensino Médio
2.5. Carga Horária
1.290 h

3. Análise do Especialista
3.1. Justificativa e Objetivos
<p>O curso de “Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio”, objeto de análise deste parecer técnico, está de acordo com a base nacional comum e a organização curricular está coerente com as competências requeridas pelos perfis de conclusão propostos e com as determinações emanadas da Lei Federal (LDB) nº 9394/96 e de acordo com as indicações e deliberações do CEE/SP que disciplinam a questão.</p> <p>O curso para o qual solicita parecer está autorizado para funcionamento através do Parecer CEE/SP nº 89-2014, publicado no D.O.E Executivo de 27/03/2014, página 70, seção.</p> <p>A formação, conforme exigência legal e tal qual está explorada no plano, é direcionada a Jovens e Adultos interessados na conclusão do Ensino Médio, com o intuito de concretizar o que consta na LDB nº 9394/96, segundo orientações estabelecidas para a Educação Nacional.</p> <p>A Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância é voltada àqueles que não prosseguiram seus estudos na idade própria e são pautadas em dois princípios básicos: flexibilidade e autonomia didática. A</p>

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

flexibilidade permite ao cursista estabelecer seu ritmo de estudo de maneira mais adequada à sua realidade pessoal e a autonomia didática através de uma metodologia sistematizada que reproduz um trabalho coletivo por parte de professores especialistas promovendo o ensino e a aprendizagem dos cursistas.

As razões que levaram a abertura do curso na modalidade EaD estão claras e bem definidas no que diz respeito à necessidade de ofertar educação pública e gratuita para atender àqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar o curso no tempo e idade adequados.

Outro ponto importante destacado nessa justificativa é o fato de que a modalidade a distância permite levar o curso às regiões mais remotas e àqueles que por um motivo ou outro apresentam dificuldades em frequentar os cursos regulares de forma presencial. Dessa forma, pode-se avaliar que o curso permite extrapolar os limites regionais físicos, permitindo aos cursistas a finalização do Ensino Médio bem como a continuidade de seus estudos em nível técnico e/ou superior.

O Centro Paula Souza, por manter escolas em regiões administrativas do Estado, tem grande poder de alcance e, nesta modalidade, pode ofertar um número indeterminado de vagas, desde que haja espaço para aplicação dos exames presenciais.

Atualmente, pode-se considerar a formação no ensino médio como um pré-requisito para aqueles que querem adentrar no mercado de trabalho, bem como prosseguirem seus estudos no âmbito da educação profissional de nível técnico e/ou tecnológico.

É possível verificar, ao consultar os materiais e ambiente virtual de aprendizagem, que o curso prima pela independência dos cursistas, especialmente por ser desenvolvido de maneira totalmente a distância e de modo assíncrono, estimulando o cursista a tomar ações proativas e autônomas para estudar com flexibilidade e dentro de seu tempo de aprendizagem.

3.2. Requisitos de Acesso

O plano do curso de “Educação de Jovens e Adultos, na modalidade EaD, em nível de Ensino Médio indica condições de acesso, sem os quais o cursista não poderá participar dos exames presenciais, de modo particular, a saber:

- ✓ Para a 1ª série: ter concluído o Ensino Fundamental;
- ✓ Para a 2ª série: ter concluído a 1ª série do Ensino Médio;
- ✓ Para a 3ª série: ter concluído a 2ª série do Ensino Médio;

Além disso, o cursista deve ter idade igual ou superior a 18 anos, para cursar qualquer uma das séries.

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

O acesso ao curso é efetuado através da realização de cadastro (matrícula) junto à Secretaria Acadêmica do Grupo de Estudo de Educação a Distância da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza.

O Centro Paula Souza manterá em seu site institucional orientações sobre os procedimentos de cadastro, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e materiais de estudo e inscrição nos exames presenciais.

3.3. Perfil de Conclusão

Ao concluir o Ensino Médio, os cursistas deverão ter construído basicamente as seguintes competências:

- dominar basicamente a norma culta da língua portuguesa e saber usar as diferentes linguagens para se expressar e se comunicar (Dominar Linguagens);
- construir e aplicar conceitos das diferentes áreas do conhecimento de modo a investigar e compreender a realidade (Compreender Fenômenos);
- selecionar, organizar, relacionar e interpretar dados e informações, trabalhando-os contextualizadamente para enfrentar situações-problema e tomar decisões (Resolução de Problemas);
- organizar informações e conhecimentos disponíveis de forma a argumentar consistentemente (Construir Argumentos);
- recorrer a conhecimentos desenvolvidos para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade (Elaborar Propostas).

O currículo proposto está afim com o que propões as Diretrizes Curriculares Nacionais, a LDB nº 9394/96 e com as deliberações e indicações prescritas pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

3.4. Organização Curricular

A Organização Curricular apresentada define a estrutura básica do curso e, juntamente com o itinerário formativo e com os temas a serem desenvolvidos, produz o conjunto de requisitos exigidos para a conclusão do Ensino Médio.

O curso tem duração de 1.290 horas, divididas em três séries semestrais e será oferecido na modalidade a distância de forma autoinstrucional, com apoio de fóruns de discussão para situações de recuperação da aprendizagem. Os fóruns de discussão serão conduzidos por professores mediadores, especialistas por componente curricular e/ou área de conhecimento da instituição.

Para atingir a formação em questão, na modalidade a distância, os cursistas, após estarem inscritos no

GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO

CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

Ambiente

Virtual de Aprendizagem, estudam autonomamente e, ao sentirem-se preparados, inscrevem-se para os exames presenciais, de acordo com a matriz curricular explorada no plano de curso. Em caso de dúvidas ou baixo rendimento nas provas dos exames presenciais, poderá contar com o auxílio dos professores mediadores, participando dos fóruns de discussão.

Estão previstas atividades autoinstrucionais, com gabaritos corrigidos, nas quais os cursistas testam seus conhecimentos. Espera-se que, com o estudo dos materiais, videoaulas, exercícios e *hiperlinks*, os cursistas se desenvolvam e testem seus conhecimentos, antes de realizarem os exames presenciais. Conta, ainda, com fórum permanente para esclarecimento de dúvidas. Também são previstas aos cursistas com dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento insatisfatório nos exames presenciais a oferta de estudos de recuperação através da participação em fóruns de discussão e dúvidas, por componente curricular, no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso.

A organização curricular estrutura-se em áreas de conhecimento e seus componentes curriculares, com a indicação das respectivas cargas horárias por série. Para cada componente curricular são apresentadas suas competências gerais e os temas de estudo.

3.4.1. Proposta de Estágio

O plano de curso prevê que o cursista, a seu critério, poderá realizar estágio supervisionado, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, não sendo, no entanto, condição para a conclusão do curso.

Apresenta a indicação que o estágio somente poderá ser realizado de maneira concomitante com o curso e que sua continuidade está condicionada à frequência da participação nos exames presenciais obrigatórios, explicitando que a não participação do cursista em um dos exames presenciais implicará no cancelamento do estágio.

3.5. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências anteriores

O aproveitamento dos conhecimentos e de experiências anteriores será realizado conforme a situação trazida pelo cursista e seguir-se-ão as diretrizes definidas e indicadas pelo Ministério da Educação.

Os pedidos de aproveitamento dos conhecimentos e experiências anteriores serão avaliados por uma comissão de docentes e/ou especialistas, especialmente designados para tal fim. Esta verificação deverá considerar análise documental referente aos estudos e mediante a realização de exame avaliatório presencial.

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO****3.6. Critérios de Avaliação**

A avaliação da aprendizagem é realizada por meio de Exames Presenciais que se constituem de provas objetivas, com questões de múltipla escolha, formuladas para avaliar a compreensão dos temas trabalhados nas agendas dos componentes curriculares em cada uma das séries do curso.

As provas serão organizadas por componente curriculares e/ou áreas de conhecimento, de forma a avaliar as competências referentes a 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, e sintetizadas nas macrocompetências, a saber:

- I. informar-se, comunicar-se e representar ideias e sentimento utilizando textos e tecnologias de diferentes naturezas;
- II. usar a língua estrangeira para informar-se, comunicar-se e conhecer outras culturas;
- III. observar criticamente e questionar processos naturais, socioculturais e tecnológicos;
- IV. ter noções básicas de como se desenvolvem as sociedades e as relações sociais.

As menções atribuídas serão: MB, B, R e I. A menção “MB” indica que o cursista obteve excelente desempenho na avaliação das competências do componente curricular/área de conhecimento. A menção “B” indica um bom desempenho na avaliação das competências do componente curricular/área de conhecimento. A menção “R” caracteriza um desempenho regular na avaliação das competências do componente curricular/área de conhecimento. A menção “I” representa que o cursista obteve desempenho insatisfatório na avaliação do componente curricular/área de conhecimento.

Em caso de resultado insatisfatório no exame presencial ou dúvidas no processo de aprendizagem, o cursista conta como estratégia de recuperação a participação em fóruns de discussão conduzidos por professores mediadores especialistas.

Será considerado aprovado no componente curricular/área de conhecimento, o cursista que tenha obtido aproveitamento para promoção equivalente às menções MB, B ou R.

Reitera-se que o plano de curso indica que o Centro Paula Souza manterá em seu site institucional um comunicado que regulamenta os procedimentos e normas para inscrição nos exames presenciais.

3.7. Instalações, Materiais Didáticos e Equipamentos

O Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso é o meio que dispõe dos recursos didáticos para o desenvolvimento do curso. Através de roteiros temáticos são desenvolvidos os temas de estudo de cada um dos componentes curriculares. Tem-se, em média, 15 roteiros por componente curricular por série, construídos em linguagem dialógica, que sistematizam o processo de ensino aprendizagem. Os roteiros apresentam de

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO****CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

forma organizada diferentes mídias de estudo, a saber: textos didáticos, vídeo aulas, links de internet e exercícios resolvidos. A bibliografia básica do curso é constituída por livros de uso público, elaborados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Por se tratar de um curso totalmente a distância, oferece um acolhimento inicial e os exames presenciais obrigatórios são realizados em Escolas Técnicas Estaduais indicadas pela instituição.

3.8. Pessoal Docente e Técnico

O plano de curso prevê a disponibilização de pessoal docente e técnico, vinculado ao Grupo de Estudo de Educação a Distância/CETEC, através de equipes de trabalho compostas por professores especialistas e técnicos administrativos selecionados por meio de processo interno ou externo da instituição.

São apresentadas informações sobre o corpo docente e técnico-administrativo atualmente responsável pelo desenvolvimento do curso.

3.9. Certificados e Diplomas

Os históricos escolares e certificados de conclusão referem-se aos documentos expedidos pela instituição conforme a estrutura do curso. A denominação do curso cumpre o currículo previsto na LDB nº 9394/96 e as considerações do CEE/SP. É abordada também a condição de que o cursista tenha concluído o Ensino Fundamental apresentando o respectivo histórico escolar e certificado de conclusão.

3.10. Aspectos relevantes (vide subsídios)

As bases científicas são adequadas e suficientes para conduzir ao perfil que o cursista deve atingir, ao final do curso. Os materiais adotados, com acréscimo das videoaulas e exercícios, ratificam esta condição.

A instituição de ensino dispõe por intermédio do Grupo de Estudo de Educação a Distância de recursos humanos e tecnológicos para acompanhar e avaliar o desempenho dos cursistas no desenvolvimento do curso.

4. Parecer do Especialista

Após análise do Plano de Curso do Curso de Educação de Jovens e Adultos, na modalidade de EaD, em nível de Ensino Médio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, situado na Rua dos Andradas, 140, Santa Ifigênia, CEP. 01208-000 - São Paulo, com supervisão delegada de acordo com a Resolução SE/SP nº 78 de 07 de novembro de 2008, conclui que o curso reúne as condições necessárias para a aprovação, portanto emito parecer favorável.

Wellington Luis Sachetti
RG: 25.470.988-6

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO**

CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO

5. Qualificação do Especialista			
5.1. Nome			
WELINGTON LUIS SACHETTI			
RG	25.470.988-6	CPF	168.449.998-44
Registro no Conselho Profissional da Categoria			
5.2. Formação Acadêmica			
<ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura Plena em Língua Portuguesa • Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. • Pós Graduação (Especialização) em Formação de Orientadores para o Ensino a Distância • Pós Graduação (Especialização) em Designer Instrucional para Educação a Distância 			
5.3. Experiência Profissional			
<p>Professor, mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2012/2014), especialista em Designer Instrucional para EaD Virtual (2012) pela Universidade Federal de Itajubá e em Formação de Orientadores de Aprendizagem para Educação a Distância pela PUC/SP (2010) e licenciado em Letras pela PUC Campinas (1999). Com experiência na área de Letras, Linguística, Coordenação de Áreas e de Pessoas. Além da atuação no setor privado, atualmente trabalha como Professor Responsável por Projetos no Centro Paula Souza, exercendo coordenação pedagógica e escrevendo materiais para capacitação e Programas de Formação Continuada para professores. Atuou como Tutor de Educação a Distância (2010-2011) no Programa Rede São Paulo de Formação Docente (RedeFor), da Unicamp, programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, da referida Universidade (convênio da SEE/SP e UNICAMP). Atua, sempre que requisitado, como especialista do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Frentes de Trabalho atuais: Gestão e Avaliação da Educação Pública, Educação a Distância, Formação Continuada para Professores, Letramento, Letramento Digital, Língua Portuguesa e Literatura e Leitura e Produção de Textos.</p>			
5.4. Instituição à qual está vinculado			
Centro Paula Souza.			

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE 06-06/2016

O Coordenador da Unidade do Ensino Médio e Técnico do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza designa **Adriano Di Gregório**, RG 22.215.204-4, **Amneris Ribeiro Caciatori**, RG 29.346.971-4 e **Sebastião Mário dos Santos**, RG 4.463.749, para procederem a análise e emitirem aprovação do Plano de Curso do Curso de Educação de Jovens e Adultos, modalidade EaD, em nível de Ensino Médio a ser implantado na rede de escolas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps.

São Paulo,

ALMÉRIO MELQUIADES DE ARAÚJO

Coordenador do Ensino Médio e Técnico

**GRUPO DE ESTUDO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA / CETEC
PLANO DE CURSO
CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NA MODALIDADE DE EaD, EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO**

APROVAÇÃO DO PLANO DE CURSO

A Supervisão Educacional, supervisão delegada pela Resolução SE nº 78/2008, com fundamento no item 14.5 da Indicação CEE SP 08/2000, aprova o Plano de Curso do Curso de Educação de Jovens e Adultos, modalidade EaD, em nível de Ensino Médio, a ser implantado na rede de escolas do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – Ceeteps, a partir de / / _____

São Paulo,

Adriano Di Gregório

RG 22.215.204-4
Supervisor Educacional

Amneris Ribeiro Caciatori

RG 29.346.971-4
Supervisora Educacional

Sebastião Mário dos Santos

RG 4.463.749
Supervisor Educacional

PARECER CETEC Nº

Prezado(a) Cursista!

O Grupo de Estudo de Educação a Distância do Centro Paula Souza informa que, no período de **30.09 a 04.10.2019**, estarão abertas as inscrições para o **Exame Presencial do Curso de Educação de Jovens e Adultos, modalidade EJA, em nível de Ensino Médio**, que ocorrerá às **9 horas** do dia **23.11.2019**.

Para sua inscrição, o cursista deverá acessar o site

<http://eadtec.cpsctec.com.br/eja/aluno/index.php>

Siga o **Passo a Passo** anexo a este comunicado.

Atenção:

1. Consulte a **TABELA CURSISTAS** e identifique seu nome na série em que está cadastrado, disponível no Ambiente Virtual do Curso.
2. A quantidade de Áreas de Conhecimento a serem assinaladas é uma opção do cursista.
3. Após a escolha das áreas clicar em "Finalizar a escolha das áreas".
4. Caso necessite de atendimento especial (pessoa com deficiência) deverá enviar até o dia 08/10/2019, para o e-mail atendimentoeja@cps.sp.gov.br, cópia digitalizada do laudo médico, especificando o tipo de deficiência e necessidade.
5. Não serão aceitas inscrições via Correios.

Observação 1

Entre os dias 11 e 14 de novembro de 2019 você receberá um e-mail de confirmação de sua inscrição para o Exame Presencial.

Observação 2

Devido ao alto custo para a confecção das provas, pedimos a gentileza de efetuar sua inscrição somente se

- a) estiver preparado(a) para participar do exame;***
- b) não estiver comprometido(a) com outra atividade profissional (trabalho) ou familiar.***

Somente serão aceitas inscrições para o Exame Presencial efetuadas através do site acima indicado, e para os cursistas devidamente cadastrados no curso.

Atenciosamente.

Grupo de Estudo de Educação a Distância
Centro Paula Souza